O Setor Industrial Brasileiro Frente à Integração Econômica

Mygre Lopes da Silva
Daniel Arruda Coronel
Pascoal José Marion Filho
Rodrigo Abbade da Silva

Editora Poisson

Mygre Lopes da Silva
Daniel Arruda Coronel
Pascoal José Marion Filho
Rodrigo Abbade da Silva

O SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO FRENTE À INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

1ª Edição

Belo Horizonte
Poisson
2019

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
Ms. Davilson Eduardo Andrade
Msc. Fabiane dos Santos Toledo
Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC
Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy
Ms. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586
SILVA, Mygre Lopes; CORONEL, Daniel Arruda; FILHO, Pascoal José Marion; SILVA, Rodrigo Abbade - O setor industrial brasileiro frente à integração econômica/ Belo Horizonte - MG: Poisson, 2019, 70p

Formato: PDF
ISBN: 978-85-7042-101-2
DOI: 10.5935/978-85-7042-101-2

Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia

1. **Economia 2. Indústria. 3. Comércio**
I. Título

CDD-650

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores

www.poisson.com.br

contato@poisson.com.br

Prefácio

A economia mundial está passando por importantes mudanças em termos políticos (legitimidade das democracias) e econômicos (legitimidade das políticas econômicas de defesa do mercado doméstico), possivelmente as mais intensas das últimas décadas. Esta nova configuração tem repercutido diretamente nas relações comerciais internacionais, colocando em discussão os princípios do comércio internacional e os avanços obtidos, sobremaneira, pela polarização das decisões das duas atuais maiores economias mundiais: Estados Unidos e China. Estes efeitos além de repercutirem no comércio externo de todos os países, no longo prazo, apresentam mais riscos que benefícios.

Obstante a isso, a formação de acordos regionais e bilaterais de comércio compreendem estratégias necessárias para mitigar os possíveis efeitos da atual conjuntura política-econômica como também constituem-se de mecanismos que propiciam a instrumentalização de uma economia em nível global ao potencializar o comércio com o mercado externo. Para tanto, dimensionar os efeitos das mudanças de políticas comerciais e/ou novos acordos comerciais sobre os setores econômicos, caso do *Trans-Pacific Partnership* (TPP), *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP) e *Mercoeuro* constitui tarefa importante à formulação de estratégias comerciais.

Discussão que encontra-se empreendida no livro "O setor industrial brasileiro frente à integração econômica". Sendo o foco os impactos da formação de acordos de comércio sobre o setor industrial brasileiro, o livro inicia trazendo um diagnóstico das políticas industriais brasileiras e seu correspondente setor, enfatizando os instrumentos de política utilizados ao longo das últimas décadas além da evolução da indústria, da produtividade e da composição da pauta exportadora industrial brasileira.

Em um segundo momento, o arcabouço das teorias do comércio internacional é elaborado, discutindo as formas, os tipos e a estrutura dos acordos de comércio em uma primeira parte e, as novas formações comerciais e regionais de comércio, caso do *Trans-Pacific Partnership* (TPP), do *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP) e do *Mercoeuro*, em uma segunda parte.

O suporte metodológico, conteúdo da terceira parte, apoia-se no Modelo de Equilíbrio Geral, que permite encontrar respostas às alterações de política comercial, originárias de negociações em áreas de livre comércio e às diferentes regiões a partir da simulação de cenários alternativos. Dois cenários foram simulados à consolidação dos

recentes acordos de comércio, considerando a desagregação das exportações industriais brasileiras nos níveis de intensidade tecnológica. No primeiro, as tarifas de importação de bens e serviços entre as regiões são totalmente eliminadas, o que caracteriza a formação de uma área de livre comércio, enquanto que o segundo cenário simula não apenas a eliminação total de tarifas de importação de bens e serviços, como também de eliminação total de subsídios à produção e exportação entre os membros.

A mensuração dos efeitos da implementação das formações comerciais sobre as exportações industriais brasileiras constituem o conteúdo amplamente discutido na parte "Análise e discussão dos resultados" e, concluindo com o delineamento das principais situações e tendências encontradas para o comércio industrial externo brasileiro.

O texto é de fácil leitura, aborda discussões conjunturais para o universo acadêmico ao possibilitar a compreensão das questões teóricas e metodológicas empregadas e, com isso entender os prováveis impactos à indústria nacional da formação de acordos comerciais. Ademais, destina-se aos profissionais da indústria e do comércio internacional, sejam empresários e/ou formuladores de políticas, os quais estejam interessados em compreender, mais especificamente, os desdobramentos da formação de acordos comerciais e seus impactos setoriais.

Prof. Dr. Reisoli Bender Filho

Professor Adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas da UFSM. Coordenador da Universidade Aberta do Brasil-UAB-UFSM.

SUMÁRIO

Capítulo 1: Introdução.....07

Capítulo 2: A política industrial brasileira e o setor industrial.....12

Capítulo 3: Referencial teórico 27

Capítulo 4: Metodologia.....34

Capítulo 5: Resultados.....43

Capítulo 6: Considerações finais 54

Referências e Apêndices.....57

1

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

A industrialização é um processo formado por um conjunto de eventos econômicos e sociais os quais possibilitam estruturas produtivas mais eficientes. Este processo relaciona-se ao tempo e espaço em análise (SIMANDAM, 2009).

A industrialização influencia positivamente no crescimento econômico, gerando retornos crescentes de escala, sendo a principal difusora do progresso tecnológico e contribui para a redução das restrições externas de crescimento no longo prazo (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

O setor industrial é considerado um dos setores mais relevantes de uma economia, visto que é responsável por efeitos de transbordamento e externalidades, principalmente para os países de baixos níveis de renda. Além disso, as atividades econômicas não tradicionais fornecem valiosos efeitos de demonstração os demais agentes econômicos, visto que geram aprendizado tecnológico e fornecem insumos para os demais elos da cadeia produtiva. Desta forma, a competitividade do setor industrial é fundamental para a competitividade de um país (RODRIK, 2006).

A competitividade de uma nação se dá pela produção de bens e serviços que se submetam satisfatoriamente ao teste dos mercados internacionais, mantendo e expandindo a renda real dos seus cidadãos e as oportunidades de emprego. A competitividade nacional está relacionada a fatores internos às empresas, fatores estruturais e fatores sistêmicos. Os fatores internos são os que distinguem a empresa de seus competidores, como os recursos acumulados e as vantagens competitivas. Os fatores estruturais, ou setoriais, são aqueles que mesmo não sendo inteiramente controlados pela firma estão parcialmente sob sua influência, tais como as características dos mercados consumidores, a configuração da indústria. Os fatores sistêmicos são os situados fora do âmbito das empresas e da estrutura industrial da qual fazem parte, como a ordenação macroeconômica, a infraestrutura e o sistema político-institucional nacional e internacional, por exemplo (COUTINHO; FERRAZ, 1995).

No Brasil, a perda de competitividade da indústria está principalmente relacionada a fatores estruturais e sistêmicos. Entre os fatores estruturais destacam-se o comportamento inovativo modesto, crescimento do custo unitário do trabalho, devido à redução da produtividade do trabalho e ao aumento do salário médio real (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA- CNI, 2015).

Entre os fatores sistêmicos ressaltam-se a maior apreciação cambial, a qual ocasiona em crescimento do custo do trabalho, e a fragilidade da inserção externa dos produtos industriais brasileiros, especialmente de alta e média intensidade tecnológica (AVELLAR; DAMASCENO; CARVALHO, 2014).

A inserção externa dos produtos brasileiros é cautelosa devido à participação limitada nos fluxos dinâmicos de comércio ou apenas relevante em alguns setores tradicionais de commodities (ALMEIDA, 2007).

As dificuldades do avanço das negociações de um sistema multilateral de comércio com menores barreiras comerciais na Rodada de Doha, no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), proporciona a proliferação de acordos regionais de comércio nos anos 2000. A política comercial brasileira tem priorizado relações comerciais com a América Latina e África, sul-sul, em detrimento de outras economias desenvolvidas, norte-sul (THORSTENSEN; FERRAZ, 2014a). A partir desse contexto, o isolamento comercial brasileiro podem trazer impactos importantes para o setor industrial.

Em meados da década de 1980, a participação da indústria brasileira no Produto Interno Bruto (PIB) aproximou-se de 50%. Em 2015, a participação do setor industrial foi de 22,3% do PIB (CNI, 2016). A queda na representatividade da indústria na participação do produto ao longo de determinado período, bem como a perda de importância do setor industrial como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado pode indicar o processo de desindustrialização em determinada economia (BRESSER-PEREIRA, 2010a).

A perda de competitividade desse setor se deve a vários fatores, entre estes se destacam o Custo-Brasil e a sobreapreciação da taxa de câmbio. O Custo-Brasil engloba custos provenientes do déficit público, da infraestrutura e logística (transporte e portos), da taxa de juros, da carga tributária (carga e burocracia), trabalhistas e previdenciários, de capital de giro, de energia e matérias-primas e custos de serviços non tradables (aluguéis, arrendamentos e serviços terceirizados) (SILVA; BARBIERI, 2015).

De acordo com Bresser-Pereira (2009), a tendência à sobreapreciação da taxa de câmbio apresenta duas causas estruturais principais, a doença holandesa e a atração que altos lucros e taxas de juros exercem sobre capitais externos. A doença holandesa trata da apreciação da taxa real de câmbio resultante da

entrada de divisas internacionais provenientes da comercialização da riqueza natural abundante (BRESSER-PEREIRA, 2010b).

A segunda causa da tendência à sobreapreciação da taxa de câmbio é a atração que as altas taxas de lucro e juros, frequentes nos países em desenvolvimento, exercem nos capitais externos. Essas altas taxas atrairão os fluxos de capital (aprofundamento de capital), os quais propiciam o financiamento externo. Este pode ser positivo em alguns casos, porém, em outros casos em lugar de aumentar os investimentos, a poupança externa aumenta o consumo, e, por conseguinte, há uma alta taxa de substituição da poupança interna pela poupança externa. A taxa de câmbio aprecia-se à medida que os ingressos de capital financiam o déficit em conta corrente e aumentam a dívida externa. Caso estes ingressos não sejam sustados, mais cedo ou mais tarde eles levarão a uma crise no balanço de pagamentos. Além disso, cabe destacar que a taxa de câmbio é instrumento de controle da inflação (BRESSER-PEREIRA, 2009).

O debate, no que diz respeito a estas estratégias de desenvolvimento do setor industrial, tem apresentado duas visões distintas. A primeira é a de que o processo de abertura comercial e desregulação dos mercados reúne as condições para que o Brasil avance na industrialização com base em uma dinâmica industrial semelhante à dos países desenvolvidos. A segunda visão entende que o processo de liberalização deve ser articulado a um complexo conjunto de medidas visando a construção deliberada da competitividade por meio de estratégias industriais (FERRAZ; DE PAULA; KUPFER, 2013).

Por meio da primeira visão, tem-se que o comércio internacional e a política comercial, podem vir a impactar na política industrial de uma nação. Neste sentido, os acordos regionais de comércio podem ampliar a concorrência econômica; a credibilidade aos países pertencentes; fortalecer a política, pois reforçam a segurança e soberania nacional; ampliar a cooperação regional, e não apenas a comercial (SCHIFF; WINTERS, 2003).

A integração econômica é um processo de alargamento dos mercados por meio da redução e/ou eliminação de barreiras comerciais, sejam elas tarifárias ou não tarifárias, entre os países membros para toda a economia ou para alguns setores selecionados. A integração econômica pode vir a fortalecer as economias de países desenvolvidos, e, principalmente, em desenvolvimento como o Brasil. Neste contexto, alguns acordos tais como o Trans-Pacific Partnership (TPP), Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP), a União Europeia (UE), Mercosul e o Mercoeuro, entre outros, estão sendo implementados, discutidos ou consolidados.

O Trans-Pacific Partnership (TPP) é um acordo multilateral de livre comércio, que tem como objetivo promover a integração econômica na Ásia e Pacífico para o século XXI, incluindo, primeiramente, países como Austrália, Canadá, Japão, Malásia, México, Peru, Estados Unidos, Vietnã, Chile, Brunei Singapura e Nova Zelândia. Pode-se sugerir que o acordo seja um instrumento de contenção da ascensão econômica e influência regional chinesa (AMARAL; MATTOS, 2013; UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE- USTR, 2016).

O Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) busca a formação de uma área de livre comércio entre Estados Unidos e União Europeia, devido ao intenso comércio bilateral, interdependência dos fluxos de investimento e a semelhança quanto à dotação de fatores entre os integrantes (SILVA; CORONEL; SILVA, 2016).

A União Europeia (UE) é uma união econômica, criada em 1993 com o Tratado de Maastricht, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o intuito de promover a cooperação econômica e reduzir conflitos. O bloco é formado por vinte e oito países europeus (EUROPA, 2017a).

O Mercosul, o Mercado Comum do Sul, foi criado em 1991, por meio do Tratado de Assunção, com o objetivo de possibilitar a inserção mais competitiva dos integrantes em um cenário que se consolidavam grandes espaços econômicos e o avanço do progresso técnico. O bloco é formado por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, esta desde 2012, como membros permanentes. A Bolívia está em processo de adesão desde 2012. São Estados associados o Chile, Peru, Colômbia, Equador, Guiana e Suriname (MERCOSUL, 2017 a, b).

O Mercoeuro trata da possibilidade de formação de uma área de livre comércio entre os países integrantes do Mercosul e da União Europeia, que vem sendo discutida desde as negociações da Cimeira do Rio de Janeiro, em 1999 (GURGEL; BITENCOURT; TEIXEIRA, 2002). As discussões sobre o acordo foram retomadas em 2015 (PALÁCIO DO PLANALTO, 2017a).

Estes blocos representam diferentes regiões mundiais e se tornam interessantes para a inserção externa brasileira, além de se destacarem pela importância econômica nas regiões que pertencem.

Pode-se ressaltar a necessidade da inserção brasileira em acordos comerciais com o intuito de promover crescimento, e principalmente, desenvolvimento econômico, em um cenário de crise econômica. Esse transbordamento das atividades industriais para os demais setores deve-se à absorção de produtos processados e commodities produzidos no setor agrícola e de mineração, além da contratação de diversos tipos de serviços (KALDOR, 1966).

A partir desse contexto, os acordos comerciais poderiam ocasionar maior competitividade para a indústria, bem como provocar efeitos de transbordamento para os demais setores da economia. Cabe destacar que a indústria de transformação é um importante indutor do crescimento econômico na maioria dos países em desenvolvimento (SZIRMAI, 2012).

Neste sentido, com o intuito de aprofundar a discussão no que se refere à política comercial e industrial no Brasil, este estudo busca responder à seguinte questão: Qual é o impacto causado no setor industrial brasileiro com a consolidação de acordos regionais de comércio?

Busca-se analisar o impacto no setor industrial brasileiro da consolidação dos acordos regionais de comércio, Trans-Pacific Partnership (TPP), Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) e Mercoeuro. Especificamente, pretende-se i) analisar os impactos dos acordos regionais nos fluxos comerciais dos setores econômicos brasileiros, ii) mensurar os efeitos dos acordos regionais na quantidade produzida e nos preços domésticos do setor industrial brasileiro, bem como iii) analisar os impactos dos acordos regionais nos produtos industriais com intensidade tecnológica baixa e média-baixa e média-alta e alta.

Esta temática justifica-se uma vez que, após a crise do subprime, em 2008, houve um movimento de redução da participação comercial brasileira, com a redução das exportações aos países asiáticos e em desenvolvimento. Estes passaram a adotar estratégias de promoção das exportações, redução das importações e de proteção ao mercado doméstico (HIRATUKA, 2015).

No Brasil, a conjuntura econômica internacional e as incertezas políticas ocasionaram baixo crescimento econômico. Neste sentido, faz-se necessária a busca por alternativas para a política econômica, as quais possibilitem a retomada do crescimento econômico (INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS- IBRE FGV, 2017; AGÊNCIA BRASIL, 2016).

Uma possibilidade é a política comercial. O comércio internacional brasileiro representou 17,79% do PIB em 2016, considerando que apenas as exportações representam 10,31% (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS- MDIC, 2017a; BANCO MUNDIAL, 2017). Contudo, a representatividade em termos do comércio mundial é próxima a 1% do comércio mundial em 2015 (PORTAL BRASILEIRO DE COMÉRCIO EXTERIOR- COMEX, 2017).

Cabe destacar que a participação brasileira no comércio internacional é dependente de produtos de baixo valor agregado, como commodities (BEM, 2012). Apenas os produtos do complexo soja; como soja em grão, óleo de soja; e minério de ferro representam 19,8% do total exportado em 2016 (MDIC, 2017a). A elevada participação de produtos básicos sugere a reprimarização da pauta exportadora, ocasionando em desindustrialização devido à doença holandesa (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Os ganhos comerciais com o setor agrícola e de minérios tendem a ser temporários, pois estão relacionados a ciclos de expansão de commodities e provocam menor dinamismo e externalidades internas. Estes ciclos podem enfraquecer processos de industrialização e de dinamização do comércio, caso não estejam aliados a outras estratégias (SARQUIS, 2011).

Além disso, considera-se que o crescimento econômico está relacionado com a diversificação da economia, e não a especialização; com o dinamismo do setor industrial em relação à renda e com a alteração da estrutura produtiva para setores de maior complexidade (RODRIK, 2006).

A diversificação deve ser tanto setorial, como por país de destino. No país, 20,75% das exportações brasileiras destinam-se a um único destino, a China (MDIC, 2017a). Neste sentido, a inserção brasileira em acordos regionais de comércio pode vir a fomentar a diversificação setorial e por destino, por meio da maior inclusão nas cadeias de valor global.

As cadeias de valor global permitem a globalização da produção e comércio; afetam a estrutura das empresas e das indústrias, o que pode vir a ampliar a competitividade nacional; bem como são possibilidades para países em desenvolvimento fomentarem suas economias (GEREFFI; HUMPHREY; STURGEON, 2005).

Contudo, os desafios da indústria brasileira são grandes, pois predominam as filiais de empresas estrangeiras onde raramente apresentam elos estratégicos nas cadeias globais de valor. A estrutura industrial do país não se caracteriza pela presença de grandes conglomerados diversificados que permitam reduzir riscos da inovação e internacionalização (LAPLANE, 2015).

Assim, torna-se necessária uma visão mais construtiva e qualificada das relações entre comércio e crescimento econômico, com foco no setor industrial e em seus segmentos mais dinâmicos e de maior agregação de valor (SARQUIS, 2011).

Neste sentido, cabe destacar que o setor industrial brasileiro carece de vantagens competitivas para que possa se inserir em acordos comerciais com outros países, os quais historicamente possuem vantagens competitivas neste setor.

Acrescenta-se o fato de que as velhas acepções de busca de inserção global com base nas vantagens comparativas "naturais" são inviáveis em termos de integração econômica e de política industrial. É necessária a manutenção de vantagens competitivas já existentes, bem como a criação de outras (LACERDA, 2016; GADELHA, 2016).

Além disso, o baixo grau de competitividade da indústria brasileira deve-se a frágil inserção e integração aos fluxos globais de produção, inclusive pela proteção ao mercado e à produção doméstica, e pela baixa transferência tecnológica (SARTI; HIRATUKA, 2016).

Diversos estudos debatem acerca da inserção brasileira em acordos regionais de comércio, tanto na literatura nacional quanto na internacional, os quais empregam modelos de equilíbrio geral. Na literatura nacional pode-se elencar as pesquisas de Teixeira (1998); Gurgel, Bitencourt e Teixeira (2002); Sampaio e Sampaio (2009); Thorstensen e Ferraz (2014a,b); Azevedo e Feijó (2010); Monte e Teixeira (2007); Gurgel e Campos (2003); Tourinho e Kume (2002); Figueiredo, Ferreira e Teixeira (2001) e Cavalcante e Mercenier (1999).

Na literatura internacional destacam-se os estudos de Diao e Somwaru (2000); Haddad, Domingues e Perobelli (2002); Lee e Lee (2012); Domingues, Haddad e Hewings (2006); Songfeng, Yaxiong e Bo (2014) e De Lima, Gonçalves e Teixeira (2014).

Contudo, têm-se a ausência de discussões no que diz respeito aos impactos da consolidação de acordos econômicos no setor industrial, principalmente na literatura brasileira. Neste sentido, a pesquisa tem como fator de inovação investigar esta lacuna teórica.

Além disso, os analisam-se o TPP, o TTIP e Mercoeuro por englobar importantes destinos das exportações industriais brasileiras, o Mercosul, a União Europeia e os Estados Unidos.

Com o intuito de executar os objetivos propostos, o presente trabalho está estruturado em seis capítulos. O primeiro capítulo traz a introdução, ou seja, o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa e a estrutura do livro. Em seguida, no segundo capítulo, apresenta-se um panorama sobre o setor industrial mundial e brasileiro.

O terceiro capítulo é o referencial teórico, e nele está à teoria sobre integração econômica e uma síntese sobre os acordos regionais de comércio. No quarto capítulo, apresenta-se a metodologia empregada, uma síntese dos trabalhos que utilizaram o Modelo de Equilíbrio Geral para análises que envolvem barreiras comerciais, bem como informações sobre o banco de dados, as simulações propostas, a síntese objetivo-método e as limitações do método.

No quinto capítulo, são discutidos e analisados os resultados, para a formação dos três acordos, TTIP, TPP e Mercoeuro, em dois cenários. Busca-se analisar os efeitos no bem-estar, PIB, produção, preço e fluxos comerciais. No último capítulo, as considerações finais, são destacadas as principais contribuições do trabalho, as suas limitações e as sugestões para pesquisas futuras.

2

POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA E O SETOR INDUSTRIAL

2 A POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA E O SETOR INDUSTRIAL

Neste capítulo, primeiramente, discute-se o conceito de política industrial, bem como o histórico das principais políticas industriais adotadas no Brasil, tais como o Processo de Substituição das Importações (PSI), Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e Plano Brasil Maior. Além disso, são analisados os principais fatores que causaram perda de competitividade da indústria brasileira e sua relação com o comércio internacional.

2.1 A INDÚSTRIA BRASILEIRA E A POLÍTICA INDUSTRIAL

A indústria transformou-se no principal motor da aceleração do crescimento econômico no século XIX, com as metrópoles industrializadas e as colônias com a base econômica predominantemente agrícola. Desta forma, têm-se a divisão colonial do trabalho em que os países em desenvolvimento exportaram produtos agrícolas e minerais para as economias avançadas, e estas exportaram seus produtos manufaturados para aqueles. Apesar dos esforços industrializantes dos países em desenvolvimento, no final do século XIX, suas economias continuam dependentes do desempenho da agricultura e mineração (SZIRMAI, 2012).

Com o intuito de fomentar o setor industrial, tem-se a política industrial. A política industrial é o conjunto de incentivos e regulações associadas a ações públicas, as quais podem afetar a alocação inter e intra-industrial de recursos, influenciando a estrutura produtiva e patrimonial, a conduta e o desempenho dos agentes econômicos em determinada região. Desta forma a participação do Estado na promoção da atividade produtiva busca estágios superiores de desenvolvimento aos preexistentes em determinado país (FERRAZ; DE PAULA; KUPFER, 2013).

Conforme Andreoni (2016), o Brasil experimentou três fases de desenvolvimento industrial, sendo que a primeira fase cobre o período de 1940 até 1980 e se caracterizou pelo planejamento estatal extensivo em áreas de desenvolvimento setorial, tais como aço, petroquímica e combustíveis renováveis, e pela proteção comercial. A segunda fase compreende os anos de 1980 e 1990, caracterizada pela crise da dívida externa e a política industrial relegada em favor da estabilização macroeconômica. A terceira fase tem início em 2003, com o primeiro governo Lula, em que a política industrial brasileira buscou reagir às transformações no cenário competitivo mundial.

No Brasil, o Processo de Substituição das Importações (PSI) foi uma das políticas industriais mais ativas, o qual trouxe a mudança do centro dinâmico da economia do setor cafeeiro para o setor industrial. Dentre as medidas adotadas, destacam-se a reforma tributária de 1934, o aumento de créditos ao setor industrial, a criação de diversos órgãos voltados à diversificação agrícola e ao beneficiamento da agroindústria e a legislação trabalhista. A partir do PSI o setor primário foi visto como um produtor de matérias-primas, mercado consumidor dos produtos industrializados e gerador de divisas para a indústria (CORONEL, 2010a).

Com base no pensamento cepalino[1], a política de industrialização seria possível por meio do PSI. A defesa da industrialização se baseava em três diagnósticos: a necessidade da industrialização, para absorver a crescente disponibilidade de mão de obra oriundas do crescimento demográfico do intenso processo de urbanização; as externalidades positivas decorrentes da industrialização, como a difusão tecnológica e elevação da produtividade; e a necessidade de se romper o processo de deterioração dos termos de troca, das diferenças nas elasticidades renda da demanda entre bens básicos e manufaturados. Além disso, a integração econômica na América Latina era considerada uma condição necessária para industrialização mais eficiente, a partir dos benefícios da especialização (BRAGA, 2002).

O PSI era um processo gradual. Primeiramente a substituição de importações baseava-se nos bens de consumo não duráveis, e simultaneamente nos duráveis, bens intermediários e bens de capital, não necessariamente nesta ordem. Têm-se o final do modelo de substituição de importações no final da década de 1970, por meio da conclusão do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com a expressiva substituição de bens intermediários e de capital do governo Geisel, e com a substituição de importações de bens duráveis de consumo durante o Milagre Econômico (1968-1973) (FONSECA, 2003).

[1] A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) busca contribuir para o desenvolvimento econômico, promoção e reforço das relações econômicas destas regiões.

Até a década de 1980, o Brasil era o país melhor sucedido na construção de um setor industrial diversificado em relação a todos os países integrantes da América Latina (LAPLANE, 2015), porém era necessário torná-lo eficiente e competitivo.

Neste sentido, destaca-se a ausência de política industrial nos anos 1980 do século XX, ocasionando perda de dinamismo e atraso tecnológico ao setor industrial, devido a políticas industriais anteriormente adotadas, como o protecionismo excessivo, tardio e insuficiente fomento à exportação, desleixo na capacitação tecnológica de inovar, ampla concessão de subsídios, forte intervenção reguladora e não sequencialidade dos planos e políticas de desenvolvimento industrial (SUZIGAN, 1996).

Neste contexto, o foco na construção de setores e a discussão centraram-se em questões voltadas para inovação, desenvolvimento tecnológico, qualidade e produtividade. Contudo, nos anos 1980, a política de estabilização com os sucessivos planos de combate à inflação inviabilizaram as práticas de política industrial, além dos altos níveis de endividamento externo e interno (SUZIGAN; FURTADO, 2006).

Esse quadro de submissão da política industrial, em detrimento de outras questões macroeconômicas, permaneceu nos anos de 1990, devido à vulnerabilidade externa e a instabilidade econômica. A abertura econômica provocou uma reação das empresas industriais de porte médio de enxugamento da estrutura e dos processos, de especialização da produção e de transferência da propriedade a investidores estrangeiros (LAPLANE, 2015).

Além disso, houve a redução significativa da participação do Estado como agente do desenvolvimento industrial. Deu-se início a um amplo processo de privatizações de indústrias, submetendo-as à concorrência externa de importações e investimentos estrangeiros, apesar do setor estar enfraquecido devido aos anos de estagnação (SUZIGAN; FURTADO, 2006).

Houve a retomada da política industrial com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), em 2004, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), em 2007, e o Plano Brasil Maior, em 2011. A PITCE teve como objetivo fortalecer e expandir a base industrial brasileira a partir da melhoria da capacidade de inovação das empresas. Essa política atuou em linhas de ação horizontais; por meio da inovação, desenvolvimento tecnológico, inserção externa das exportações, modernização industrial e do ambiente institucional; de setores estratégicos, como software, semicondutores, bens de capital, fármacos e medicamentos; e em outras atividades, como biotecnologia, nanotecnologia e energias renováveis (AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL- ABDI, 2017a).

Em 2008, no segundo mandato do governo Lula, foi lançada a PDP, sob a ótica desenvolvimentista. De acordo com esta perspectiva, no desenvolvimento da política industrial devem-se levar em conta três conjuntos de condicionantes: o contexto específico, o tempo histórico e o contexto internacional. Em um estágio inicial, havia a proteção à indústria nascente, considerada como elemento temporário. Além disso, todos os instrumentos de política econômica, cambial, fiscal, monetária entre outros, são colocados à disposição do objetivo de industrialização (FERRAZ; DE PAULA; KUPFER, 2013).

O objetivo da PDP foi ampliar a relação entre o setor público e o privado, com o intuito de proporcionar à indústria brasileira maior competitividade tanto no mercado nacional, quanto no internacional. Esta política beneficiou setores de baixa e média intensidade tecnológica, como os setores automobilístico e de bens de capital. Contudo, foi ineficaz para os setores de alta intensidade tecnológica. Convém destacar que há necessidade de implementação de políticas industriais horizontais, que afetem todos os setores da economia, bem como de reformas estruturais, trabalhista, tributária e previdenciária (SOARES; CORONEL; MARION FILHO, 2013).

Dando continuidade a mesma linha de política industrial, no governo Dilma, foi lançado o Plano Brasil Maior para o período de 2011 a 2014. Este plano propõe que a política industrial, tecnológica, de serviços e comércio exterior foque na inovação, com o intuito de alcançar a competitividade do setor industrial nos mercados interno e externo. O plano apresenta algumas medidas, tais como a desoneração dos investimentos e das exportações, ampliação, bem como a simplificação do financiamento ao investimento e das exportações, aumento de recursos e aperfeiçoamento do marco regulatório para inovação, estímulo ao crescimento de micro e pequenas empresas, fortalecimento da defesa comercial, criação de regimes especiais para agregação de valor e de tecnologia nas cadeias produtivas e regulamentação da lei de compras governamentais para estimular a produção e inovação no país (ABDI, 2017b). Este plano representa a continuidade da política industrial vigente, considerando que medidas não foram suficientes para melhorar as expectativas dos empresários da indústria brasileira (SOARES; CORONEL; MARION FILHO, 2013).

Neste sentido, apesar dos planos industriais adotados, a produtividade da indústria ficou aquém do desejado para superar a crise econômica de 2008. Esta se baseia em um cenário de reversão do modelo de crescimento econômico vigente anteriormente, baseado nas exportações de commodities (devido ao aumento dos preços internacionais), de políticas anticíclicas e de fomento ao consumo interno; para outra situação econômica com o desaquecimento da demanda chinesa por commodities e a adoção brasileira de políticas fiscais e monetárias restritivas (EBC, 2017a). No Quadro 1, têm-se uma síntese dos principais objetivos e resultados das políticas industriais abordadas nesta seção.

Quadro 1- Principais objetivos e resultados das principais políticas industriais brasileiras

Política industrial	Objetivos	Resultados
Processo de Substituição das Importações (PSI)	Promover a mudança do centro dinâmico da economia do setor cafeeiro para o setor industrial.	Substituição de importações de bens duráveis de consumo durante o Milagre Econômico e de bens intermediários e de capital no governo Geisel.
Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)	Fortalecer e expandir a base industrial brasileira por meio da inovação das empresas.	Inovação; desenvolvimento tecnológico; inserção externa das exportações; modernização industrial, do ambiente institucional e de setores estratégicos.
Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)	Ampliar a relação entre o setor público e o privado e proporcionar à indústria maior competitividade nos mercados nacionais e internacionais.	Beneficiou setores de baixa e média intensidade tecnológica, principalmente os setores automobilístico e de bens de capital. Porém, mostrou-se ineficaz para os setores de alta intensidade tecnológica.
Plano Brasil Maior	Promover uma política industrial, tecnológica, de serviços e comércio exterior com foco na inovação e ampliar a competitividade do setor nos mercados interno e externo.	Continuidade da política industrial do PDP. As medidas adotadas não foram suficientes para melhorar as expectativas dos empresários da indústria brasileira.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de informações de ABDI (2017a) Coronel (2010), Fonseca (2003), Soares, Coronel e Marion Filho (2013).

Em suma, pode-se destacar que entre as políticas industriais elencadas, no Quadro 1, a do PSI foi a que alterou substancialmente a matriz produtiva brasileira, sendo que as demais promoveram apenas efeitos paliativos.

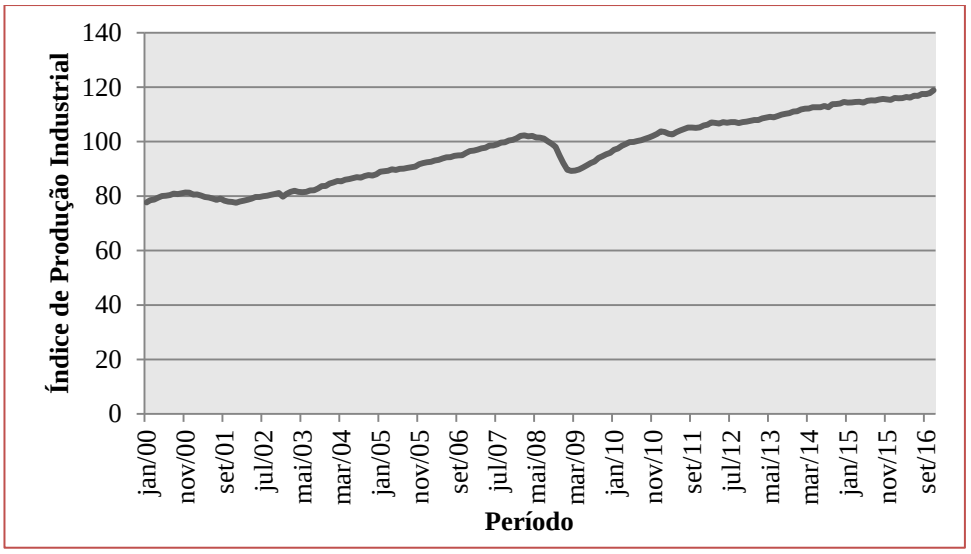
2.2 A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO MUNDIAL

As transformações da economia mundial exigem novas respostas em termos de estratégias de comércio exterior. Há uma nova geografia do crescimento, da produção e da inovação que apresentam efeitos sobre a indústria de transformação mundial (CNI, 2013).

Neste sentido, a nova geografia do crescimento populacional e econômico provoca aumento global da demanda por recursos naturais e alimentos. Os países emergentes, como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) participaram com 19% da oferta na economia global em 2011. Estes países representam 40% das reservas internacionais, sendo 72,7% chinesas (ARBACHE, 2013).

Nesta nova configuração do cenário econômico mundial, a produção industrial é crescente, principalmente, com o intuito de abastecer a demanda dos países em desenvolvimento. A Figura 1 traz o índice de produção industrial mundial.

Figura 1 - Índice de produção industrial mundial



Fonte: Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis (2018).

Nota: Base fixa 2010 = 100.

De acordo com a Figura 1, observa-se que a produção industrial mundial apresentou queda em 2008 devido aos efeitos da crise do subprime. Esta crise está relacionada ao incremento de liquidez internacional, acarretado pelo crescimento econômico chinês, e altos preços das commodities e manutenção das baixas taxas de juros pelo Federal Reserve Bank (FRED). Estes fatores fizeram com que os bancos comerciais dessem crédito imobiliário para clientes com pouca credibilidade e sem garantia real de recebimento, transformassem estes papéis em outros produtos financeiros e permitissem a venda de outros derivativos como hedge para aqueles investimentos (MENDONÇA; GALVÃO; LOURES, 2011).

Os principais produtores mundiais da indústria de transformação são os Estados Unidos, a China, o Japão e a Alemanha, os quais representam, aproximadamente, 55% da produção mundial (Tabela 1). Ressalta-se que as economias industrializadas apresentaram perda de participação, ao longo do período analisado, especialmente em decorrência do crescimento da participação chinesa neste setor.

Tabela 1 – Participação percentual dos líderes da produção da indústria de transformação no mundo (parcela do Valor de Transformação Industrial - VTI)

País	2005	2010	2014	Acumulado de 2014 (%)
EUA	22,59	19,44	19,30	19,30
China	9,97	14,99	18,41	37,71
Japão	12,29	12,01	10,89	48,60
Alemanha	7,47	7,03	6,93	55,53
Coréia do Sul	3,11	3,79	4,01	59,54
Itália	3,88	3,21	2,69	62,23
Reino Unido	3,38	2,80	2,54	64,77
França	3,29	2,79	2,46	67,23
Índia	1,60	2,26	2,31	69,54
México	1,94	1,79	1,81	71,35
Brasil	1,86	1,82	1,59	72,94
Outros	28,62	28,07	27,06	100,00

Fonte: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2015).

Conforme a Tabela 1, apesar do Brasil estar entre as economias mais industrializadas, sua participação é de 1,59% da indústria mundial em 2014. Além disso, os países vêm perdendo espaço na indústria mundial, com exceção da China, Coréia do Sul e Índia.

Os EUA apresentaram tendência de desindustrialização na primeira década de 2000. Contudo, após algumas políticas industriais e monetárias heterodoxas a indústria manufatureira tornou-se uma das principais responsáveis pelo crescimento da economia e do emprego no país (ARBACHE, 2013; RODRIK, 2016).

A Índia, China e outros países asiáticos, continuam a atrair manufaturas de massa devido ao baixo custo do trabalho, pelo crescimento de seus mercados domésticos e pelo aumento dos custos na China, o principal concorrente destes itens.

Cabe destacar que o surgimento de novas tecnologias, tais como biotecnologia, nanotecnologia, automação e robótica, tecnologia da informação e comunicação, estão modificando os modelos de produção atuais. Essas transformações exigem das empresas uma capacidade crescente de fazer o melhor uso das novas tecnologias disponíveis para ser competitiva internacionalmente (CNI, 2013).

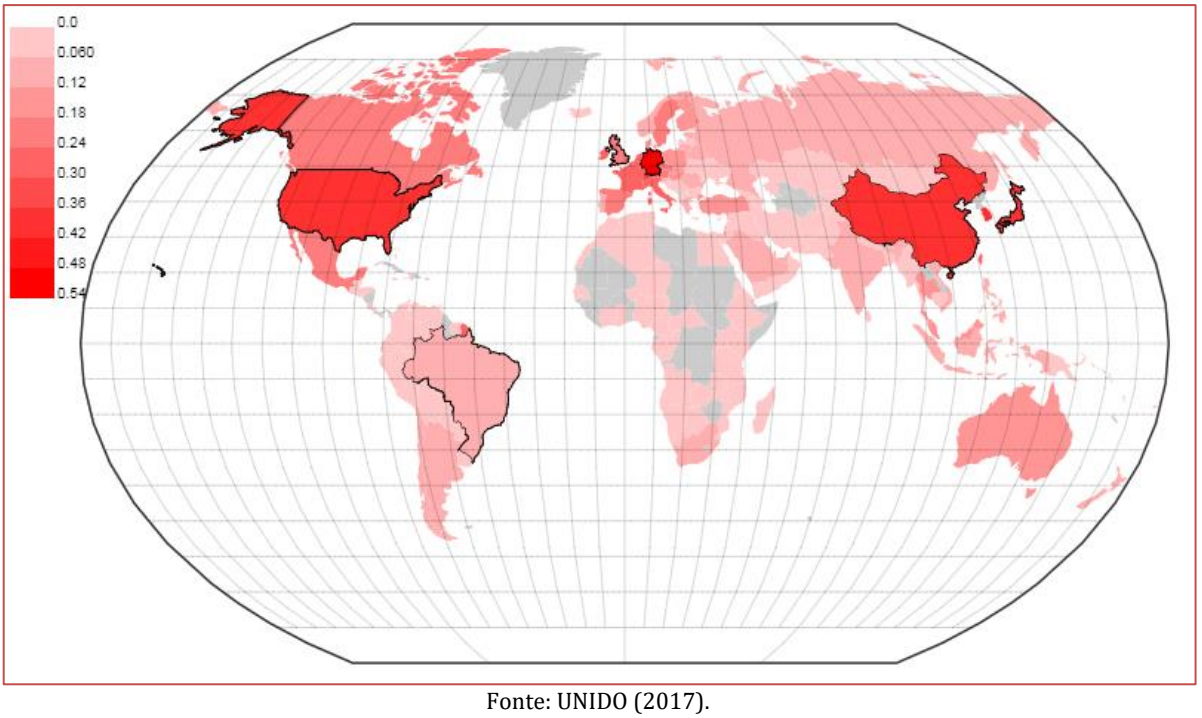
O crescimento da demanda mundial exige novas formas de organização industrial por meio de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O conhecimento aliado às inovações possibilita o crescimento do valor agregado nos produtos. A indústria volta-se para os novos setores intensivos em P&D, em detrimento dos tradicionais (CAVALCANTI, 2002).

Apesar de os países desenvolvidos terem focado na geração de conhecimento, alguns estudos mostram o retorno da atividade manufatureira para essas economias (GEISMER, 2017; STRANGLEMAN, 2017).

As maiores economias industriais também são as quatro maiores economias mundiais, as quais representam cerca de 50,84% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial são: Estados Unidos, China, Japão e Alemanha (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - FMI, 2017).

Em 2015, os países que apresentaram maior índice de competitividade industrial foram a Alemanha (0,54); Japão (0,41); China (0,40) e Estados Unidos (0,39), rompendo a sequência ordinal dos números, o Reino Unido (0,24) posiciona-se no 14º. Ainda, como visualizado na Figura 2, os países competitivos encontram-se nos continentes europeu, asiático e norte-americano (UNIDO, 2017).

Figura 2 - Desempenho da competitividade industrial global

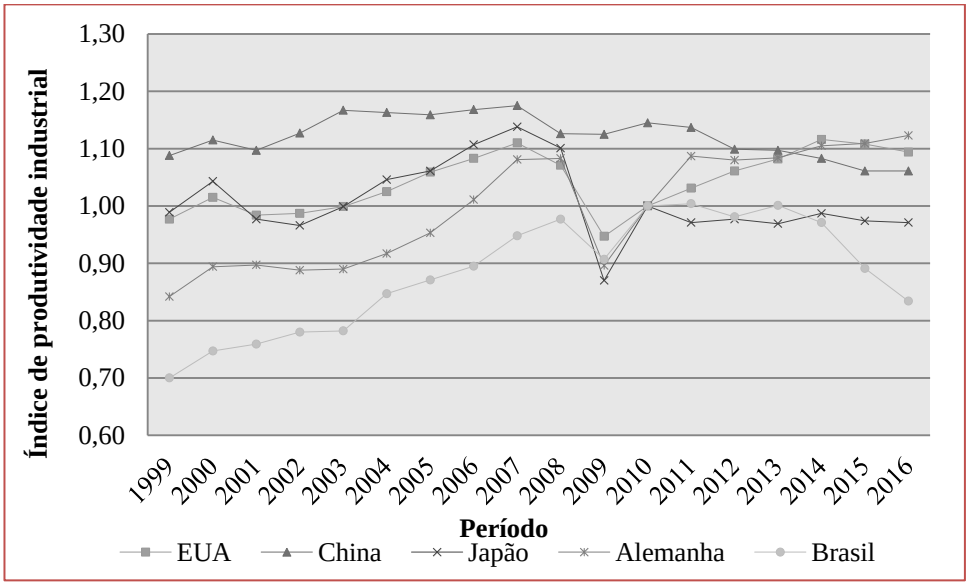


Fonte: UNIDO (2017).

Legenda: Zero para menos competitivo e maior que zero para mais competitivo.

Conforme a Figura 3, a China, desde 2010, passou a perder competitividade em detrimento da Alemanha e dos Estados Unidos no setor de manufaturas. Possivelmente fruto de políticas nacionais dos dois países, que tem como objetivo proteger as indústrias nacionais, emprego e estancar a tendência de redução no nível de renda dos trabalhadores (UNIDO, 2017). A Figura 3 traz o índice de produtividade industrial.

Figura 3 - Índice de produtividade industrial das principais economias industrializadas e do Brasil



Fonte: FRED (2017).

Nota: Base fixa 2010 = 100.

Além disso, os setores industriais estadunidense, alemão e chinês estão voltando seus esforços para o segmento de manufatura avançada. Este setor busca o aumento da eficiência energética, a redução dos custos de manutenção e o conhecimento, por meio de digitalização e automação dos processos produtivos. Neste sentido, buscam avançar na industrialização em segmentos intensivos em inovação e capital humano, em detrimento dos setores industriais tradicionais (CNI, 2017a).

É importante ressaltar, de acordo com a Figura 3, que a produtividade industrial da economia brasileira é decrescente, devido a diversos fatores, os quais serão destacados na seção seguinte. Assim, uma das possibilidades para o setor industrial brasileiro é investir em manufatura avançada, visto que é um segmento em ascensão, por meio de alianças estratégicas e de comércio exterior.

2.3 A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BRASILEIRA

A indústria de transformação brasileira está concentrada nas regiões Sudeste e Sul. Apenas o Estado de São Paulo contribui com, aproximadamente, 30% do PIB industrial. O dinamismo do Estado deve-se, principalmente, à industrialização promovida pela economia cafeeira a partir da década de 1930, e foi ocasionada pelo conjunto de vários fatores, tais como: o afluxo de imigrantes europeus, elevado número de operários qualificados, o rápido crescimento do potencial energético (principalmente hidráulico) e a abundância de matérias-primas de produção local (SUZIGAN, 1971). A Tabela 2 mostra o ranking dos estados brasileiros de acordo com o PIB industrial.

Tabela 2- Participação estadual no PIB industrial - % (2015)

Estado	Participação no PIB industrial (%)	Acumulado (%)
São Paulo	30,70	30,70
Rio de Janeiro	11,30	42,00
Minas Gerais	10,30	52,30
Paraná	7,20	59,50
Rio Grande do Sul	6,70	66,20
Santa Catarina	5,20	71,40
Bahia	4,10	75,50
Goiás	3,30	78,80
Pará	2,90	81,70
Espírito Santo	2,70	84,40
Outros	15,60	100,00

Fonte: Portal da indústria (2018).

Os principais setores industriais do Estado de São Paulo são: construção (22,8% do valor de transformação da indústria), alimentos (11,1%), químicos (7,5%), de utilidade pública (7,4%), derivados do petróleo e biocombustíveis (7,4%) e de veículos automotores (6,2%) (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2018). A produção industrial brasileira está concentrada regionalmente, pois São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais produzem 52,30% da produção industrial nacional. A Tabela 3 mostra o volume da produção e participação das atividades industriais do país.

Tabela 3 - Volume da produção e participação das classes industriais do Brasil (2015)

Classes de atividades industriais	Valor da produção (mil R$)	Participação das atividades industriais (%)	Acumulado (%)
Fabricação de produtos do refino de petróleo	193.682.716	7,49	7,49
Extração de petróleo e gás natural	152.755.546	5,91	13,40
Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	97.750.484	3,78	17,18
Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	82.876.723	3,21	20,39
Abate de reses, exceto suínos	75.948.537	2,94	23,33
Extração de minério de ferro	57.327.492	2,22	25,55
Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	45.732.685	1,77	27,32
Fabricação de álcool	45.368.539	1,76	29,08
Fabricação de adubos e fertilizantes	37.167.610	1,44	30,52
Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas	37.043.301	1,43	31,95

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2017).

As principais atividades industriais brasileiras estão relacionadas com o setor de produtos básicos, como extrativo e agrícola. A exceção destas atividades, cabe destacar a produção do setor automotivo, mais especificamente de montadoras. Parte da competitividade brasileira neste setor está atrelada aos

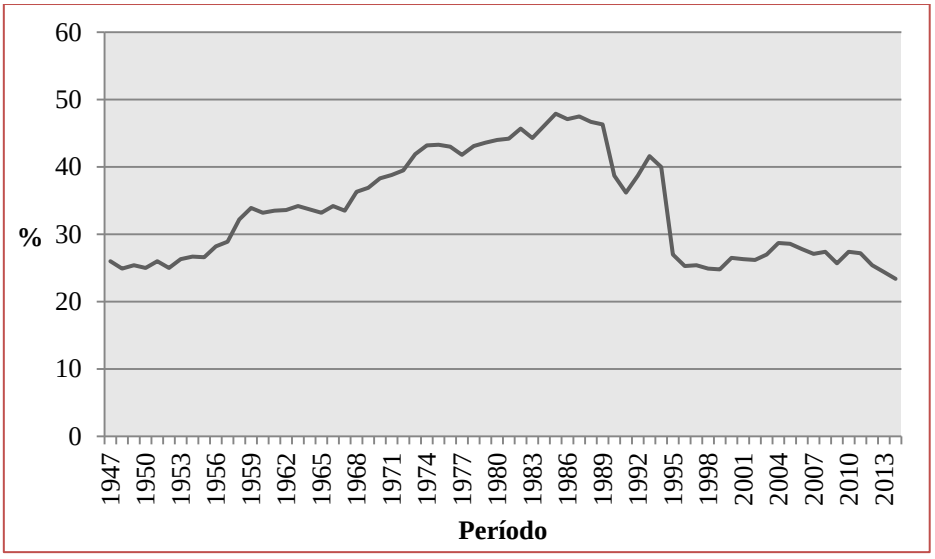
incentivos dados por meio de políticas anticíclicas, como a de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) (ALVARENGA et al., 2010).

Fora do setor petrolífero, o setor automotivo apresenta o maior valor agregado. No entanto, este apresenta alguns desafios, tais como arquitetura internacionalizada e desbalanceada da cadeia produtiva, multinacionais dividindo o mercado com pequenas empresas nacionais, elevados e crescentes custos produtivos, redução do nível de empregos e utilização intensiva de automação (SAKURAMOTO; DI SERIO, 2015).

Segundo Kupfer (2009), o Brasil não pode promover uma especialização maior de suas atividades industriais devido à ineficiência de investimentos de capacitação tecnológica e financeira. Estes fatores são essenciais para a indústria se integrar à economia mundial e ampliar sua competitividade em produtos de maior valor agregado.

Neste sentido, apesar das políticas industriais citadas na seção 2.1, convém destacar, conforme Figura 4, que as mesmas não surtiram efeitos, de acordo com a participação do Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria de transformação em relação ao VAB total.

Figura 4 - Participação do VAB da indústria brasileira em relação ao VAB total



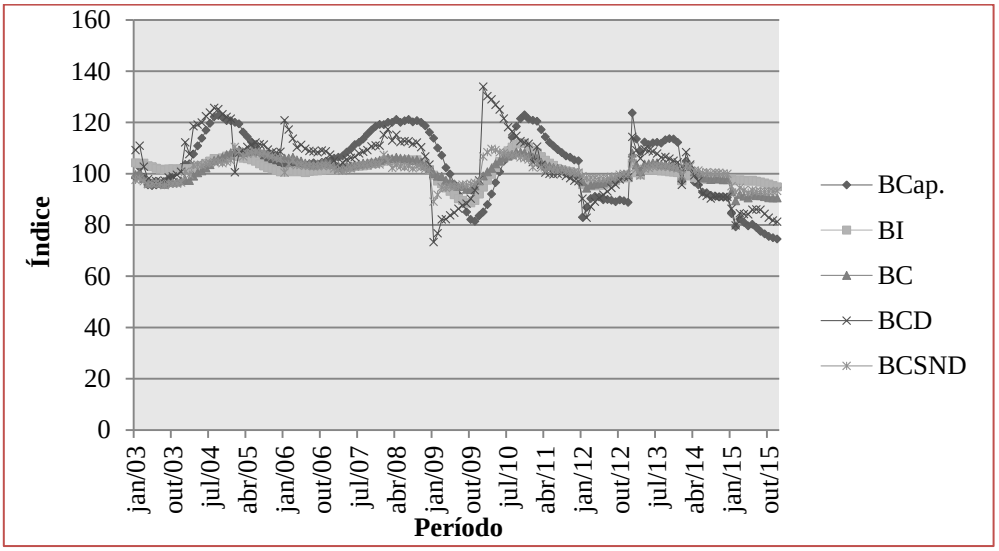
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

A partir da Figura 4, verifica-se que o comportamento da indústria é de retração da participação de, aproximadamente, 20 pontos percentuais no VAB total, entre as décadas de 1980 e 1990. Esse fato está relacionado à ausência de políticas industriais devido às políticas de contenção da inflação, conforme discutido na seção 2.1.

Contudo, no que tange às políticas industriais adotadas a partir dos anos 2000, os investimentos e o aumento de produtividade foram insuficientes frente à concorrência externa, devido à apreciação cambial e ao aumento de salário real no país (LAPLANE, 2015).

Em uma análise desagregada a partir de categorias de uso, é possível observar a mesma tendência de redução da produção industrial para todos os tipos de bens, principalmente os de capital, de acordo com a Figura 5. A produção de bens de capital é uma das principais responsáveis pelos investimentos produtivos, uma vez que oferta máquinas, equipamentos e outros meios de produção.

Figura 5- Índice de produção industrial por categorias de uso, bens de capital (BCap.), bens intermediários (BI), bens de consumo (BC), bens de consumo duráveis (BCD) e bens de consumo semiduráveis e não duráveis (BCSND)

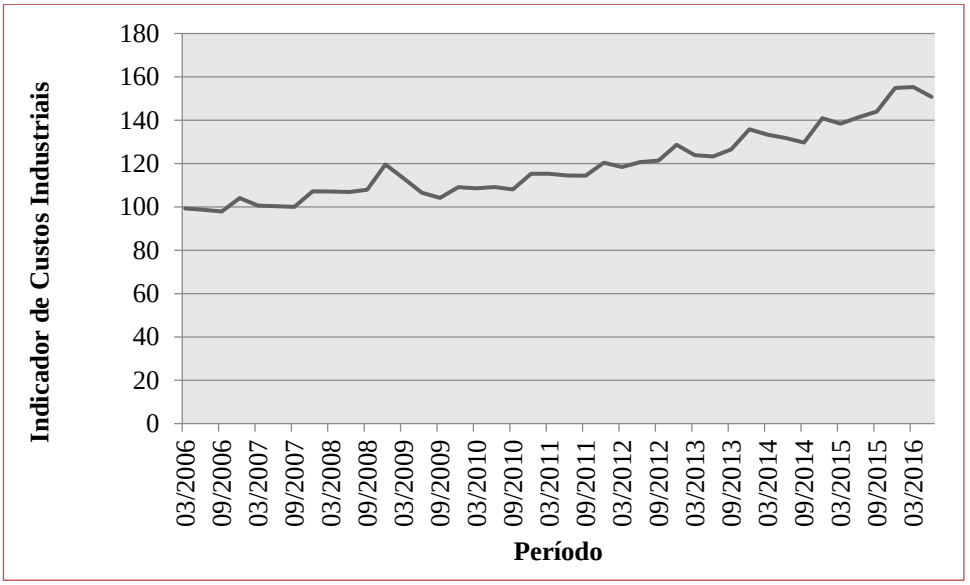


Fonte: IBGE (2017).

Nota: Base igual período do ano anterior = 100.

Muitos são os fatores que causaram perda de competitividade da economia brasileira, tais como: o surgimento de novos produtores mais competitivos no exterior, o desenvolvimento de novos canais para a integração econômica, como as cadeias globais de valor, por exemplo, os entraves que englobam o custo-Brasil (infraestrutura, logística, taxa de juros, carga tributária, trabalhista e previdenciária), o aumento do custo unitário do trabalho e a apreciação cambial (SOUZA, 2015). A Figura 6 mostra o indicador de custos industriais de acordo com a Confederação Nacional da Indústria.

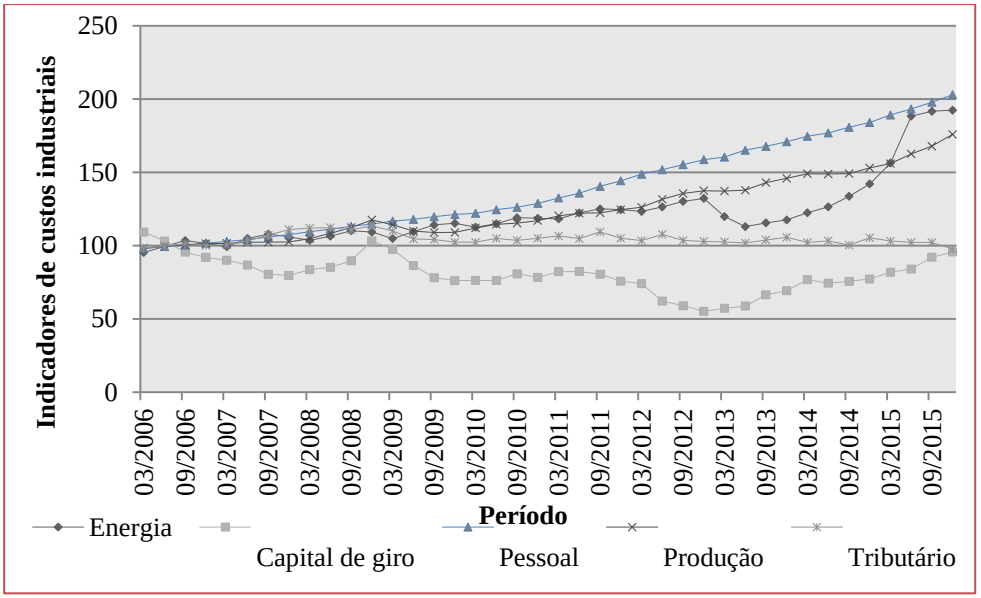
Figura 6 - Indicador de Custos Industriais



Fonte: Indicadores CNI (2017b).

De acordo com a Figura 6, observa-se que o indicador de custos industriais cresceu 50,80% de 2006 a 2016, em relação ao mesmo período, o qual pode ser explicado por diversos custos industriais, conforme a Figura 7.

Figura 7 - Índices componentes dos custos industriais



Fonte: Indicadores CNI (2017b).

De acordo com a Figura 7, os custos com pessoal, produtivo e com a energia são os mais onerosos no setor industrial. Esses custos formam um grupo maior de custos, denominados custo-Brasil, o qual representa as deficiências dos fatores sistêmicos da economia brasileira que se traduzem em maiores custos internos em comparação com outras economias (PINHEIRO, 2014).

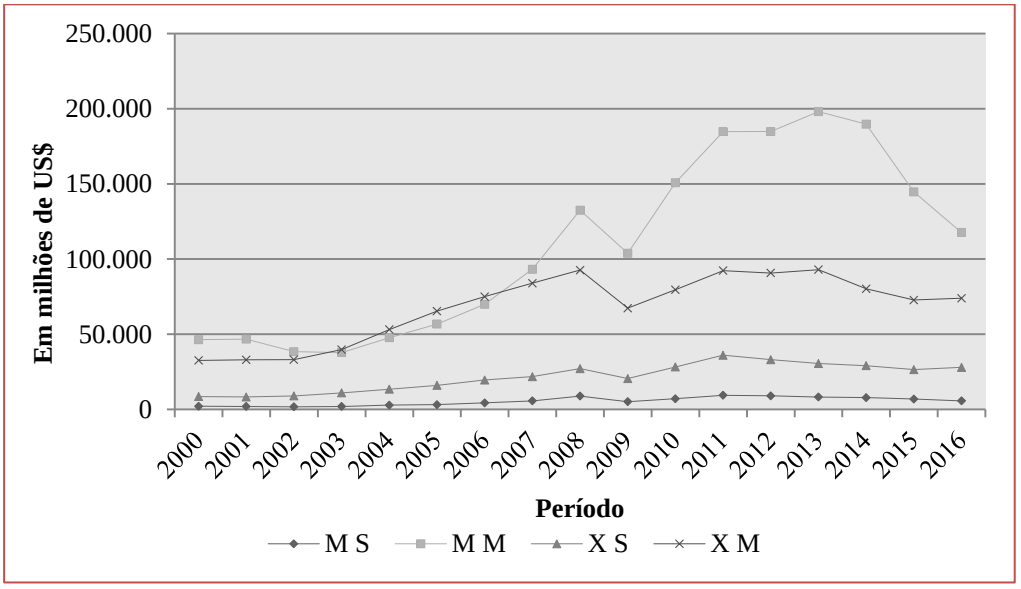
Neste sentido, a perda de competitividade do setor industrial repercute no comércio internacional do país. Além disso, países especializados na exportação de bens manufaturados apresentam uma base produtiva melhor preparada, se comparados com países especializados em produtos primários, para iniciar outras atividades econômicas com potencial de produtividade elevado (RODRIK, 2006).

Desta forma, de acordo com a Figura 8, observa-se o saldo negativo da balança comercial brasileira de bens industrializados. O vazamento de parte da demanda por bens industriais para as importações, principalmente a partir da crise internacional, impede a recuperação do setor industrial e amplia a especialização regressiva de estrutura produtiva (SARTI; HIRATUKA, 2017).

Cabe destacar que o crescimento, e posterior desenvolvimento econômico, está atrelado a concepção da complexidade econômica. A partir deste conceito, tem-se que a estrutura produtiva do país, a partir da especialização produtiva em atividades econômicas com retornos crescentes de escala, influencia os níveis de desigualdade de renda e é influenciada por este (GALA, 2017).

Conforme a Figura 8, observa-se o crescimento das importações de manufaturados na balança comercial brasileira, sendo oriundos, principalmente da China. A questão da perda de participação do setor industrial na economia brasileira está atrelada à questão comercial. Desde 2009, a China passou a ser a principal parceira comercial do Brasil (PALÁCIO DO PLANALTO, 2017b).

Figura 8 - Exportações (X) e importações (M) brasileiras de bens industrializados, manufaturados (M) e semimanufaturados (S)

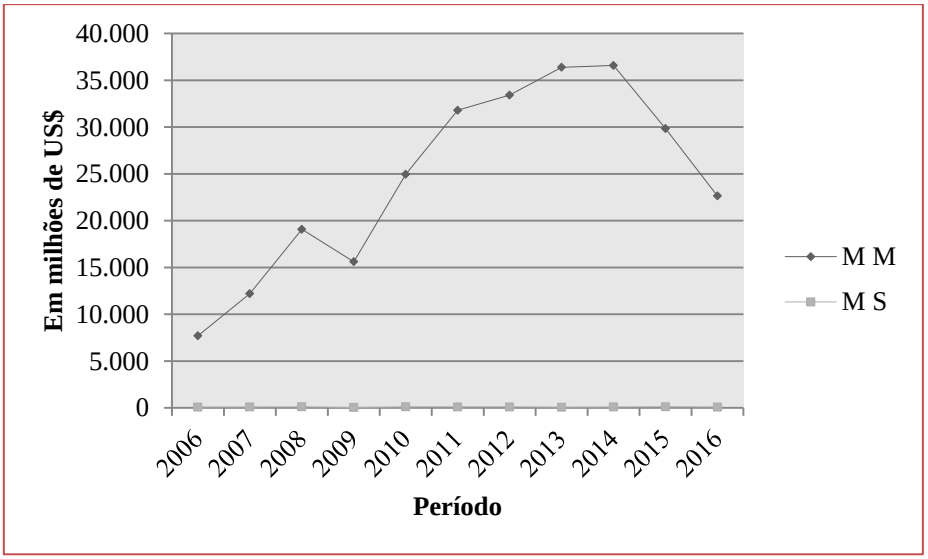


Fonte: MDIC (2017b).

A partir da abertura econômica chinesa, por meio de sua adesão à OMC em 2001, houve a alteração do modelo econômico da China de economia agrícola para um modelo baseado em investimentos e exportações (PANZINI et al., 2016).

Neste sentido, a maioria das importações brasileiras de produtos industriais da China se concentra nos manufaturados, de acordo com a Figura 9.

Figura 9 – Importações (M) brasileiras de bens industrializados, manufaturados (M) e semimanufaturados (S) da China



Fonte: MDIC (2017b).

As importações brasileiras de bens industrializados da China são crescentes, a exceção de 2009, devido a crise do subprime, e a partir de 2015, devido à instabilidade da economia brasileira. A contração econômica deve-se a política de redução da taxa básica de juros e do spread da taxa de juros, a qual buscava retomar a atividade econômica. Contudo, provocou forte desaceleração do consumo do governo e dos investimentos públicos (MEDEIROS, 2015).

Na economia chinesa, alguns fatores como a oferta altamente elástica de trabalho, a adoção de instrumentos como subsídios, restrições a investimentos externos, elevada produtividade dos investimentos e limitações de acesso ao seu mercado doméstico, proporcionaram o cenário ideal de transformação do modelo de desenvolvimento econômico, com o predomínio da indústria manufatureira. Cabe ressaltar que a competitividade da indústria se deve, principalmente, a mecanismos políticos e administrativos por meio da ampla concessão de subsídios a empresas estatais (VEIGA; RIOS, 2016).

Neste sentido, a aproximação chinesa com o Brasil busca abastecer-se de commodities agrícolas e minerais, a melhoria da infraestrutura para o escoamento destas, o acesso ao mercado interno brasileiro para a venda de bens industriais chineses, bem como a aquisição de terras, jazidas minerais, empresas do setor de energia elétrica, empresas potencialmente compradoras de bens intermediários e de capital chineses (DE CONTI; BLIKSTAD, 2017).

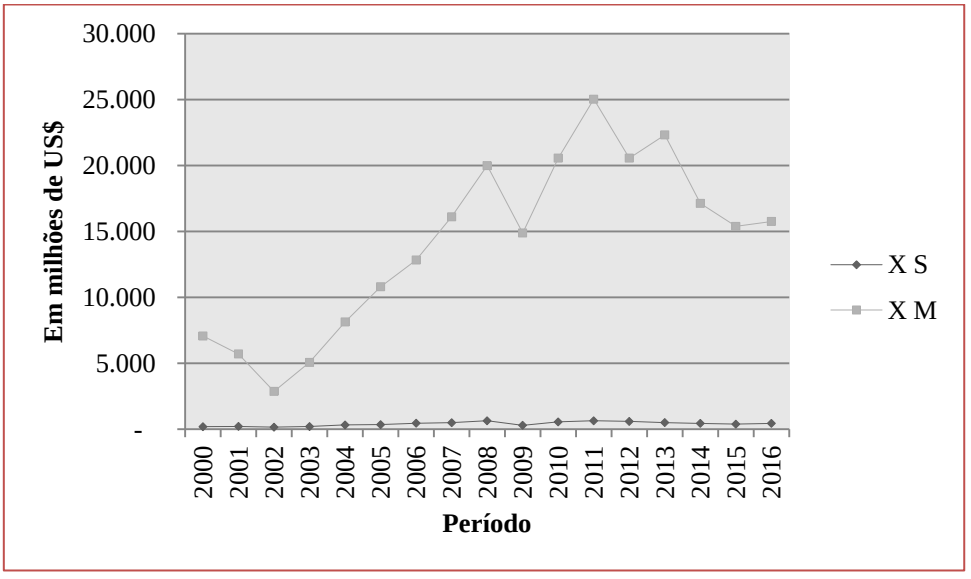
O processo de "chinalização industrial", a partir da internacionalização, desverticalização, fragmentação e de outsourcing das atividades produtivas, impôs um novo patamar competitivo de economias de escala e de escopo. Além disso, a difusão de novas tecnologias disruptivas[2] dificulta a melhor internacionalização da economia brasileira, pois o país ainda não internalizou de forma adequada os setores da terceira revolução tecnológica (SARTI; HIRATUKA, 2017).

Além disso, pode-se destacar que há deslocamento das exportações brasileiras pela China nos mercados norte-americano, entre 2002 e 2006, e sul-americano após esse período, apesar da proximidade geográfica e da concessão de regime de livre comércio intrabloco. Ainda neste contexto, ressalta-se que Brasil e China concorrem em produtos industriais, e que a inserção em cadeias globais de valor por parte do Brasil pode ser uma estratégia para ampliar sua competitividade (PEREIRA, 2014).

Contudo, além do efeito-China, pode-se sugerir que a desindustrialização, em termos mundiais, apresenta como principais causas a globalização, com redução dos custos de transporte e transação, e o progresso tecnológico de poupança de mão de obra na indústria manufatureira, dado que os países asiáticos e os exportadores de manufaturas foram amplamente isolados dessas tendências, enquanto os países latino-americanos são os mais afetados. Neste sentido, muitas economias basearam seu crescimento em entradas de capital, transferências externas ou booms de commodities. Na ausência de indústrias de grande porte, estas precisam de novos modelos de crescimento, como de serviços de alta produtividade e negociabilidade, para que este seja sustentado (RODRIK, 2016).

No que tange às exportações, os produtos industriais brasileiros se destinam principalmente ao Mercosul, a União Europeia e aos Estados Unidos, respectivamente, de acordo com as Figuras 10, 11 e 12.

Figura 10 – Exportações (X) brasileiras de bens industrializados, manufaturados (M) e semimanufaturados (S) para o Mercosul



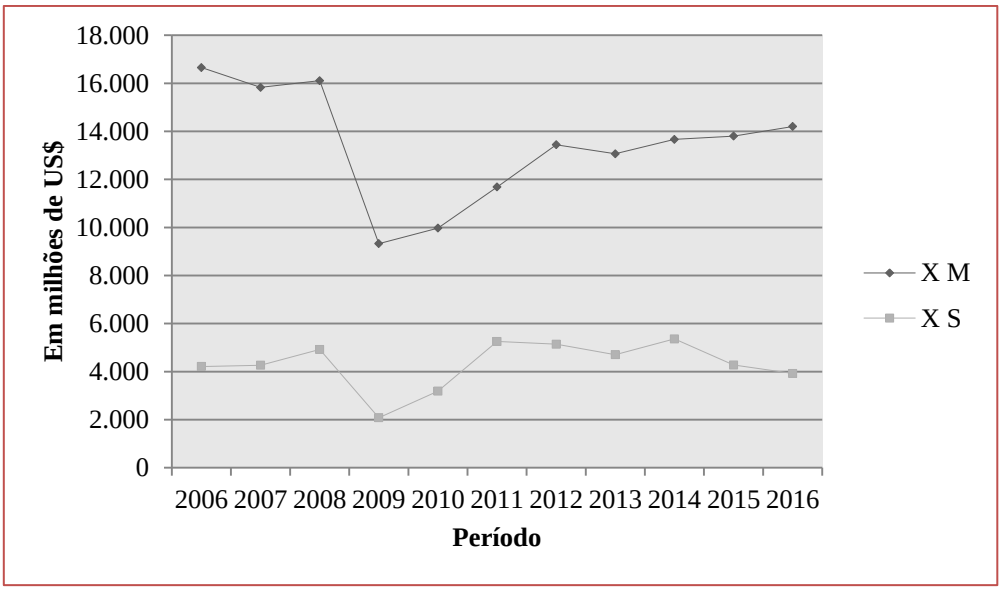
Fonte: MDIC (2017b).

[2] As tecnologias disruptivas são aquelas que não podem ser facilmente avaliadas por uma empresa dominante, alteram as características iniciais do mercado e são incorporadas rapidamente por novos produtores.

De acordo com a Figura 10, as exportações brasileiras de bens industrializados para o Mercosul apresentaram queda, a partir de 2012, principalmente devido à desaceleração da economia argentina, principal parceira comercial brasileira. Esta desaceleração foi ocasionada pela interação de taxas de inflação, alterações na política distributiva, crescente restrição externa e outros instrumentos empregados pelas políticas monetária e cambial (AMICO, 2013).

As exportações brasileiras de produtos industriais destinados ao Mercosul concentram-se principalmente em automóveis de passageiros, veículos de carga, partes e peças para veículos (MIDIC, 2017b). A Figura 11 apresenta as exportações brasileiras de produtos industrializados para o segundo principal destino, os Estados Unidos.

Figura 11 – Exportações (X) brasileiras de bens industrializados, manufaturados (M) e semimanufaturados (S) para os Estados Unidos



Fonte: MDIC (2017b).

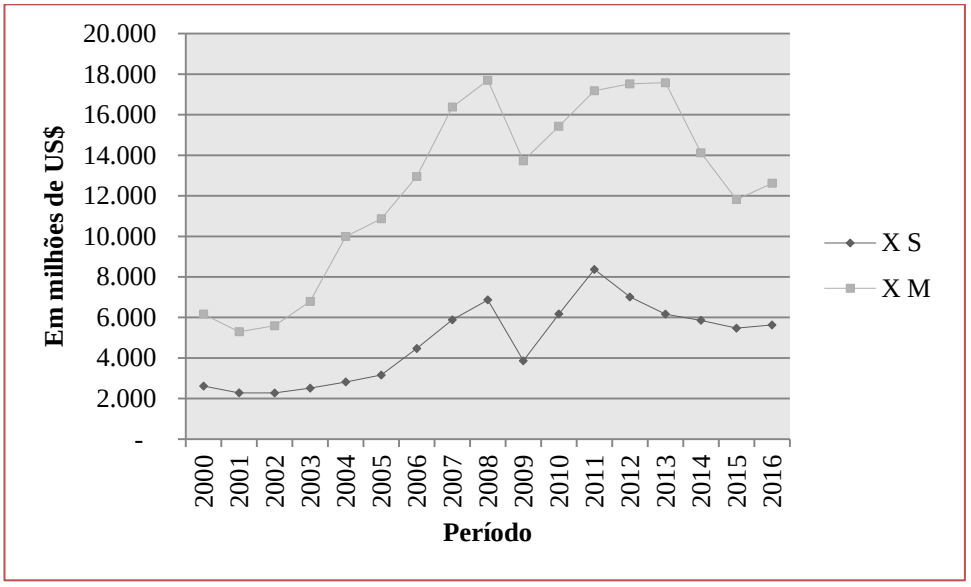
A pauta exportadora brasileira de produtos industrializados destinada aos EUA se concentra em manufaturados. Os principais produtos exportados são os semimanufaturados de ferro e aço, partes de turborreatores ou de turbopropulsores, álcool etílico, ferro, aviões e veículos aéreos, calçados de couro natural, entre outros produtos (MDIC, 2017c).

O terceiro principal destino dos produtos industriais brasileiros é a União Europeia. A pauta exportadora brasileira de produtos industrializados destinada a esta região se concentra em manufaturados, de acordo com a Figura 12.

Os produtos brasileiros mais importados pela União Europeia são pastas químicas de madeira, óleos brutos de petróleo, fuel oil, minérios de cobre, tubos flexíveis de ferro ou aço, entre outros (MDIC, 2017c).

Apesar dos significativos fluxos comerciais de bens industriais e das políticas industriais adotadas pelo Brasil serem importantes, o setor industrial carece de um maior crescimento da indústria de transformação. Para tal, é necessário uma taxa de câmbio competitiva, um saldo mais elevado em transações correntes e a redução do consumo no PIB. Além disso, destacam-se a ineficiência dos instrumentos tributários e cambiais, devido ao hiato temporal entre depreciação e o aumento das exportações, para o reaquecimento da indústria nacional (SOUZA, 2015).

Figura 12 – Exportações (X) brasileiras de bens industrializados, manufaturados (M) e semimanufaturados (S) para a União Europeia



Fonte: MDIC (2017b).

Dado que o regime de crescimento econômico brasileiro é baseado em lucros, profit-led[3], uma taxa de câmbio mais depreciada provoca efeitos positivos sobre a lucratividade dos investimentos, na acumulação de capital, poupança, exportações, ocasionando um maior nível da demanda agregada. Este modelo de crescimento, caracterizado por mais investimentos e menos consumo, como o da China, Coreia, Tailândia e Malásia, por exemplo, acarreta em crescimento sustentado e menos submetido a restrições de demanda externa (ARAÚJO; GALA, 2012).

Pode-se destacar também o fato de que há ausência de atuação sistêmica do conjunto de instituições, o envelhecimento destas, complexidade do atual conjunto de instituições, necessidade de adequar a capacitação dos quadros técnicos das instituições da área aos novos requisitos da política industrial e tecnológica, bem como há fragilidade do comando político e falha de coordenação e articulação do sistema institucional da política industrial e tecnológica (SUZIGAN; FURTADO, 2010).

Além da influência das instituições no desempenho industrial, cabe destacar que há influência das instituições domésticas sobre os acordos regionais de comércio. Assim, as instituições domésticas apresentam alguma relação com o tipo de acordo regional que os países aderem, pois, quanto mais democrático for um país, mais provável será a formação de acordos regionais, e quanto mais heterogênea estas preferências, menor é a probabilidade de integração. Além disso, à medida que o número de players aumenta, em governos democráticos, há menor probabilidade de integração. Assim, a democracia e os players têm um forte impacto sobre as decisões nacionais de integração, no que tange a participação em um acordo ou ao tipo de acordo em questão (MANSFIELD; MILNER; PEVEHOUSE, 2008).

Para Rodrik (2006), uma estratégia de apoio ao desenvolvimento industrial deve se basear em duas vertentes. Primeiramente, uma política industrial robusta dirigida a novos setores exportáveis. Em um segundo momento, deve-se considerar, na política industrial, uma política de câmbio de apoio que incentive a produção de bens comercializáveis.

Além da esfera econômica, a industrialização desempenha um papel fundamental na criação de estados modernos e políticas democráticas, como nos casos europeu e norte-americano, uma vez que é o trabalho que permitiu o desenvolvimento da democracia, devido ao movimento operário. A fraqueza do trabalho organizado nos países em desenvolvimento pode vir a promover democracias eleitorais ou iliberais (RODRIK, 2016).

[3] Regime de crescimento econômico em que a demanda agregada responde de forma positiva a um aumento na participação dos lucros na renda.

3

REFERENCIAL TEÓRICO

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, discutem-se os principais argumentos da Teoria da Integração Econômica, bem como o Trilema da Economia Mundial e os conceitos de criação e desvio de comércio. Posteriormente, é feita uma síntese dos principais acordos comerciais, tais como o Mercosul, o TPP, o TTIP, UE e Mercoeuro, os países integrantes, seus objetivos e sua situação atual.

3.1 TEORIA DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Os primeiros escritos sobre o comércio internacional são de pensadores gregos e romanos, por volta de 100 d.C., os quais tinham o mar como principal meio de transporte para o acesso a diversas regiões do Mediterrâneo Oriental. O mar poderia ser visto como uma bênção divina, por promover a interação e facilitar o comércio entre os povos, ou como uma maldição, por expor aos estrangeiros e a moral dos bárbaros (IRWIN,1996).

A partir do mar, houve a colonização de muitas regiões e a vigência do imperialismo. As potências europeias conquistaram grandes mercados sem ter que suportar muito do custo da heterogeneidade, pois as colônias não compartilhavam das mesmas instituições que os colonizadores, já que os direitos políticos não eram concedidos para a população no geral. A partir da primeira metade do século XIX, têm-se um o trade-off entre os benefícios da dimensão do mercado conquistado e os custos da heterogeneidade da população (ALESINA; SPOLAORE; WACZIARG, 2000).

A liberalização do comércio preferencial tornou-se uma das principais características do sistema de comércio global a partir da metade do século XX, devido à dificuldade da liberalização multilateral do comércio (CIEŚLIK; HAGEMEJER, 2011).

Após a onda de regionalismo de 1960, cujo único sobrevivente bem-sucedido foi a Comunidade Europeia, houve outros fatores capazes de explicar a retomada da integração regional entre os países, tais como o fim da Guerra Fria e outras mudanças econômicas, como a globalização, por exemplo (MALAMUD, 2004). Além disso, houve a transição dos países pertencentes ao bloco soviético para o sistema democrático e capitalista, e o entendimento de que a abertura comercial era necessária para o desenvolvimento dos países (SCHIFF; WINTERS, 2003).

Apesar das barreiras formais ao comércio se reduzirem substancialmente, desde a década de 1970, os mercados internacionais de bens, serviços e capitais não são totalmente integrados, devido, principalmente, aos custos de transação. A soberania nacional interfere na execução dos contratos, em que as operações internacionais apresentam um risco mais elevado em relação às nacionais, pois dependem dos tribunais internacionais, o que pode vir a ampliar o comportamento oportunista dos agentes. Além disso, os contratos são na sua maioria incompletos, devido a diferenças, ou proximidades, étnico-culturais, os quais aproximam ou afastam determinados mercados (RODRIK, 2000).

A ampliação dos fluxos de comércio e investimento internacionais se dá devido ao clima econômico favorável e reorganização geográfica da produção pelas empresas. Dessa forma, os acordos comerciais e de integração econômica podem vir a proteger as economias, principalmente dos países em desenvolvimento, contra a concorrência global (GARCÍA; GRIGONYTE; OLIVER, 2015).

Nesse sentido, em um acordo de integração regional é a opção de second best frente ao multilateralismo. A integração regional é caracterizada por um processo dinâmico de intensificação das relações entre os integrantes, o que acarreta em novos arranjos político-institucionais de escopo regional e a criação de organizações formais internacionais (COUTINHO; HOFFMANN; KFURI, 2007).

Além disso, a integração regional baseia-se na transferência das funções e lealdades dos Estados para instituições supranacionais. A partir de uma perspectiva neofuncionalista, a integração regional só ocorre efetivamente quando os interesses das principais elites são atendidos. Sob a ótica liberal intergovernamentalista, a interdependência entre os membros é uma condição necessária e motivadora para a integração, sendo que as práticas resultantes da maior interdependência entre os integrantes não afetariam a condição dos Estados de controlarem suas decisões (VIGEVANI et al., 2008).

Neste contexto, a integração regional promove relações não apenas econômicas, como crescentes fluxos de comércio e investimento, mas também fluxos crescentes de pessoas e comunicações, formando assim, uma consciência regional (MALAMUD, 2004).

Além disso, sob o ponto de vista econômico, a integração econômica torna as flutuações macroeconômicas dos países pertencentes simétricas, pois o comércio mais intenso permite que os choques de demanda se

espalhem mais facilmente através das fronteiras, bem como os choques políticos e os spillovers de conhecimento e tecnologia tendem a aumentar (KALEMLI-OZCAN; SORENSEN; YOSHA, 2001).

A integração econômica é justificada pelo fato de conferir credibilidade aos investidores; o acesso a determinados mercados; a abertura dos mercados visando ao aumento da concorrência, o acesso a tecnologias e aos investimentos estrangeiros; a manutenção da soberania de países pequenos; a estabilização e crescimento econômicos, bem como pelo receio de ser excluído do regionalismo (SCHIFF; WINTERS, 2003).

Os acordos de integração regional podem ser distinguidos em quatro tipos, os quais são a área preferencial de comércio, a área de livre comércio, a união aduaneira e o mercado comum. A área preferencial de comércio consiste em reduzir as tarifas comerciais de determinados bens e/ou serviços entre os países membros. A área de livre comércio é formada pela remoção de tarifas comerciais entre os países membros, sem alterar as tarifas sobre as importações de países não membros. A união aduaneira apresenta remoção de tarifas comerciais entre os países membros, porém com a existência de uma Tarifa Externa Comum (TEC) para os países não pertencentes ao bloco. O mercado comum destaca-se pela livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos (BALDWIN; VENABLES, 2004; PANAGARIYA, 2000).

O acordo de integração regional apresenta três tipos de efeitos econômicos: alocação, acumulação e localização. O efeito de alocação traz os impactos da alocação dos recursos no bem-estar dos países integrantes, por meio de uma análise estática. A partir de um acordo de integração regional, podem-se provocar mudanças nos retornos dos investimentos, por meio do capital físico, humano ou do conhecimento, o que leva a um aumento da acumulação. O efeito localização trata da repartição espacial dos recursos em países pertencentes ao bloco. Em ambientes de concorrência imperfeita e retornos crescentes de escala, tem-se que as empresas tomam decisões no que diz respeito à localização, ampliando-se as diferenças de preços dos fatores, e nos níveis de renda, entre os diferentes países pertencentes ao acordo (BALDWIN; VENABLES, 2004).

Conforme Rodrik (2000), a globalização apresenta uma situação de trilema político com três objetivos, os quais são integração econômica, soberania nacional e democracia, sendo possível alcançar apenas dois destes concomitantemente, de acordo com a Figura 13.

Figura 13 - Trilema da Economia Mundial

Fonte: Rodrik (2000).

Neste sentido, os países que buscam a integração econômica global precisam aliar a política nacional, democracia, com a política global, ou seja, ao federalismo global. Neste caso, são empregadas taxas de câmbio flutuantes. Por integração econômica global entende-se uma economia mundial onde inexistam custos de transação no comércio e nas finanças internacionais entre as fronteiras nacionais, em que os países assumem um compromisso de harmonização de políticas em detrimento das políticas nacionais (RODRIK, 2000).

Entre a democracia e a soberania nacional, tem-se uma situação semelhante ao acordo de Bretton Woods (1944-1971). Neste sistema financeiro internacional, regido pela hegemonia dos EUA, no pós Segunda Guerra Mundial, havia taxas de câmbio relativamente fixas, com o dólar atrelado ao ouro (KILSTAJN, 1989).

Cabe destacar que havia controle de capital, do lado das finanças internacionais, e um conjunto de regras que mantinham o comércio global fora do multilateralismo por parte do comércio internacional. Acrescenta-se também que havia espaço para as políticas nacionais keynesianas, de estímulo a demanda, às políticas de reestruturação e industriais, excluída qualquer tentativa de integração econômica global (RODRIK, 2000).

Além disso, entre a integração econômica global e a soberania nacional há a "camisa de força dourada", caracterizada por um conjunto de regras fixas em que todos os países devem obedecer, ou "vestir", como mercados de bens e capitais livres, maior empreendedorismo, governos mínimos, resultando em crescimento econômico e redução da política nacional (RODRIK, 2000).

Neste sentido, a globalização realmente promove o crescimento, principalmente no que tange os fluxos e restrições econômicas e os fluxos de informação, apresentando como exemplo, o caso chinês. Os países com taxas de crescimento baixas são aqueles que não globalizaram, devido à presença de instituições frágeis, as quais restringem o crescimento econômico (DREHER, 2006).

De acordo com Scheve e Slaughter (2001), a economia política da política comercial aborda que as preferências dos indivíduos têm um papel central nas decisões da política comercial. Nesse sentido, além da abundância de determinados fatores produtivos e dos preços relativos influenciarem as preferências individuais no que diz respeito à abertura comercial, de acordo com os teoremas de Heckscher-Ohlin, Ricardo-Viner e Stolper-Samuelson, as posses desses agentes também impactam a política comercial, como, por exemplo, a habitação. Dessa forma, as regiões com maior concentração de atividades de setores com desvantagem comparativa são mais vulneráveis aos choques de habitação.

Assim, as decisões sobre grau de abertura e integração comercial são explicadas pelas necessidades políticas nacionais, pelas preferências dos indivíduos, onde a formação de coalizões, lobby, ou eleições exercem influência nos rumos do comércio de determinada região. Deve-se ressaltar que as preferências dos indivíduos estão estreitamente ligadas ao seu nível de satisfação da utilidade (PANAGARIYA, 2000; SCHIFF; WINTERS, 2003).

Cabe ressaltar que esses acordos promovem a concorrência econômica e a credibilidade aos países pertencentes; fortalecem a política, pois reforçam a segurança e soberania nacional; ampliam a cooperação regional, e não apenas a comercial. Porém, deve-se ressaltar alguns detalhes, como o fato de que os acordos formados entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, Norte-Sul, são preferíveis aos acordos entre países em desenvolvimento, Sul-Sul, pois países de renda elevada são mais propensos a gerar ganhos econômicos significativos do que os países com menor nível de renda (SCHIFF; WINTERS, 2003).

Contudo, argumenta-se que a integração econômica leva à desintegração política, baseado no argumento da integração da União Europeia, pois países com diferentes línguas, culturas e etnias formam uma união economicamente viável. Assim, os países menores se beneficiam mais com a abertura comercial do que os países grandes, sugerindo que a abertura comercial e o separatismo político caminham lado a lado (ALESINA; SPOLAORE; WACZIARG, 2000).

Cabe destacar que a integração econômica está inserida em uma política comercial estratégica, em que há a necessidade de uma interdependência econômica entre os integrantes. A renúncia de políticas comerciais protecionistas e a cooperação comercial entre os integrantes faz com que estes estejam em uma situação mais benéfica em relação a períodos anteriores ao acordo (IRWIN, 1996).

Além disso, a integração econômica proporciona ganhos estáticos a partir da criação e desvio de comércio. A criação de comércio consiste no aumento das importações de uma mercadoria de um país pertencente ao bloco, através das reduções tarifárias, mesmo que isto implique em queda de produção doméstica. Desta forma, têm-se a elevação do bem-estar das nações integrantes devido a maior especialização na produção com base nas vantagens comparativas. O aumento de bem-estar ocorre também com as nações não integrantes, pois parte do aumento de sua receita transforma-se em importações crescentes do resto do mundo (VINER, 1950).

O desvio de comércio consiste no deslocamento das importações de uma nação fora do bloco para uma pertencente ao mesmo devido à eliminação de tarifas existentes entre os países-membros. Assim, torna-se mais vantajoso transacionar com um produtor menos eficiente, o que acarreta em perda de bem-estar da sociedade. Em suma, a formação do bloco comercial é desejável apenas se os ganhos resultantes da criação de comércio forem superiores às perdas do desvio de comércio (VINER, 1950).

Apesar de serem amplas as discussões relacionadas ao debate entre regionalismo e multilateralismo, pode-se ressaltar um consenso teórico. A proliferação de acordos comerciais pode levar a uma confusão de tarifas dos bens em relação a sua origem, aos vários graus de discriminação dos produtos pelos países, às restrições comerciais impostas pelos demais integrantes de cada bloco no qual o país pertence (PANAGARIYA, 2000).

Além disso, em um acordo bilateral, as negociações comerciais estão sujeitas a lobbies de grupos de interesse, os quais buscam por proteção comercial. Desta forma, a melhor solução seria acelerar a liberalização comercial, com a eliminação de tarifas, uma vez que o comércio internacional não é visto apenas como uma troca de bens entre dois países, mas sim como uma rede interligada de relações comerciais entre diferentes regiões. Neste sentido, tem-se que as políticas comerciais desempenham um papel fundamental na formação da rede comercial (CIEŚLIK; HAGEMEJER, 2011; BENEDICTIS; TAJOLI, 2011).

3.2 SÍNTESE DOS ACORDOS REGIONAIS DE COMÉRCIO

Os primeiros sinais de cooperação econômica[4] no continente europeu iniciaram em 1958, com a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), a qual formava uma união aduaneira com livre comércio e uma política comercial uniforme. Desde então, o processo de integração econômica se transformou, abrangendo questões em comum, tais como domínios de intervenção, clima, ambiente, saúde, relações externas e segurança, justiça e migração. A partir deste contexto, a união aduaneira passou a formar uma união econômica, a União Europeia (UE), em 1993 (EUROPA, 2017a).

A UE é uma das três maiores potências mundiais, juntamente com os Estados Unidos e a China. O volume das trocas comerciais do bloco europeu com o resto do mundo corresponde a, aproximadamente, 20 % do volume das exportações e importações mundiais. Além disso, cerca de 62% das trocas comerciais dos países da UE realizam-se com os países intrabloco, o que ressalta a importância da união econômica (EUROPA, 2017b).

O North American Free Trade Agreement (NAFTA) é uma área de livre comércio formada por Canadá, Estados Unidos e México. O acordo entrou em vigor em 1994, eliminando a maioria das barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio e ao investimento (NAFTA, 2018).

O acordo trata de questões como regras de origem, procedimentos aduaneiros, agricultura e medidas sanitárias e fitossanitárias, compras governamentais, investimento, comércio de serviços, proteção de direitos de propriedade intelectual entre outros procedimentos. Em 2017, as discussões do bloco centravam-se na busca estadunidense pela criação de empregos de maior remuneração no próprio país, com o intuito de melhorar as oportunidades comerciais com Canadá e México (USTR, 2018).

A Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) é uma associação formada inicialmente por Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos e Camboja. O bloco entrou em vigor em 1967, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, social e cultural (por meio de programas cooperativos), a estabilidade política e econômica da região. Além disso, a associação busca promover discussões sobre as diferenças intra-regionais (CONGRESSO NACIONAL, 2018a).

A integração comercial ampliou-se a partir de 2004, com o ingresso da China, Coréia do Sul, Japão, Índia, Austrália e Nova Zelândia. A associação busca acelerar as negociações com o intuito de formar uma área de livre comércio, promovendo cooperação financeira e monetária (ASEAN, 2018).

O Quadro 2 traz os principais blocos econômicos, os países membros do bloco e seus objetivos.

[4] Blocos econômicos são associações de países que estabelecem relações econômicas privilegiadas entre si e com uma soberania comum. Os blocos podem-se classificar em zona de preferência tarifária (ou acordos regionais de comércio), área de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica e monetária (CONGRESSO NACIONAL, 2018b).

Quadro 2 - Principais blocos econômicos, países e objetivos e situação em 2017

Blocos	Países	Objetivos	Situação em 2017
Mercosul	Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Equador, Peru, Colômbia, Guiana e Suriname 5	Fortalecer as capacidades de cada um dos membros, aprofundar a integração regional; reduzir as assimetrias, intercambiar conhecimentos e experiências, boas práticas e políticas públicas.	Baixa internalização de decisões e incapacidade de negociação com economias grandes.
TPP	Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Singapura e Vietnã.	Propor o livre comércio e investimento entre países banhados pelo Oceano Pacífico, da América do Norte, do Sul, da Ásia e da Oceania.	A saída dos EUA, no início de 2017, coloca em risco a sobrevivência do bloco.
TTIP	União Europeia e Estados Unidos.	Propor o livre comércio e investimento entre a União Europeia e os Estados Unidos.	Em negociação.
UE	Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, República Checa, Roménia e Suécia.	Regulamentar questões de domínios de intervenção, clima, ambiente, saúde, relações externas e segurança, justiça e migração.	Processo de negociação da saída do Reino Unido da União Europeia.
Mercoeuro	Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Equador, Peru, Colômbia, Guiana e Suriname, Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, República Checa, Roménia e Suécia.	Propor uma área de livre comércio entre Mercosul e União Europeia.	Em negociação.
Nafta	Canadá, Estados Unidos e México.	Regulamentar questões como regras de origem, procedimentos aduaneiros, agricultura, medidas sanitárias e fitossanitárias, compras governamentais, investimento, comércio de serviços, proteção de direitos de propriedade intelectual.	Os EUA buscam a criação de empregos de maior remuneração no país e de melhores oportunidades de comércio com os integrantes.
Asean + 6	Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos, Camboja, China, Coréia do Sul, Japão, Índia, Austrália e Nova Zelândia.	Promover o desenvolvimento econômico, social e cultural, salvaguardando a estabilidade política e econômica.	Processo de negociação em busca de cooperação financeira e monetária.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de informações de Abreu e Florêncio (2015), Europa (2017a), Comissão Europeia (2017), Silva, Coronel e Silva (2016), EBC (2017, a, b, c), Mercosul (2017a, b), Parlamento Europeu (2017), USTR (2018) e ASEAN (2018).

A integração econômica no continente sul-americano teve um novo redimensionamento, com a aproximação entre Brasil e Argentina, em um período de redemocratização de ambos os países. Em 1985, os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín assinaram a Declaração de Iguaçu, em que os dois países

[5] Chile, Equador, Peru, Colômbia, Guiana e Suriname são Estados associados, os demais são Estados partes.

comprometeram-se em revitalizar as políticas de cooperação e integração entre os países latino-americanos (PALÁCIO DO PLANALTO, 2017c).

A criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ocorreu em 1991 com o Tratado de Assunção. Desde então, o comércio intrabloco multiplicou-se por mais de 12 vezes em duas décadas, entre 1991 e 2013, transformando-o na quinta maior economia do mundo (MERCOSUL, 2017c).

Cabe destacar, contudo, que o Mercosul passa por uma crise desde 1999, com a depreciação da moeda brasileira, e 2001, com a crise do sistema de conversibilidade monetária na Argentina, onde problemas internos das principais economias integrantes do bloco tiveram maior relevância em detrimento de questões específicas do Mercosul (ALMEIDA, 2011).

As dificuldades do bloco devem-se a perda de prioridade no contexto da política externa brasileira, resultados comerciais aquém do desejável, perfurações da Tarifa Externa Comum (TEC); baixa internalização de decisões do Mercosul e incapacidade de negociar acordos de preferências comerciais e acordos de livre comércio com economias grandes (ABREU; FLORÊNCIO, 2015).

Além disso, a situação desfavorável do bloco deve-se também à crise institucional vivida pela Venezuela desde 2016, e a tentativa chavista de assumir a liderança do bloco, e pela crise econômica mundial atual (EBC, 2017c).

Após meados dos anos 2000, o debate sobre integração econômica trouxe outros acordos em questão como Trans-Pacific Partnership (TPP), Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) e Mercoeuro.

O Trans-Pacific Partnership (TPP) é um acordo de livre comércio e investimento formado por países banhados pelo Oceano Pacífico, da América do Norte, do Sul, da Ásia e da Oceania. Após cinco anos de negociações, o acordo foi assinado em 2016 e com expectativa de implementação nos próximos dois anos. As principais economias integrantes eram Japão e Estados Unidos (ASIAN DEVELOPMENT BANK- ADB, 2016).

O acordo pode ser entendido como uma tentativa de conter o elevado déficit comercial dos Estados Unidos para com a China, bem como ampliar a influência norte-americana na Ásia, uma vez que a China é excluída do acordo. Neste sentido, haveria o fortalecimento dos fluxos de comércio e investimento entre os participantes do acordo por meio dos polos norte-americano e japonês (COZENDEY; GURGEL, 2016).

O Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) teve o início de suas negociações em 2013, e propõe o livre comércio e investimento entre a União Europeia e os Estados Unidos. O acordo comercial poderá unir as duas maiores economias industriais avançadas do mundo, bem como representar 46,5% do PIB mundial, conforme dados de 2011, e 30% do comércio internacional mundial, em 2013 (USTR, 2017; LEÃO; NOGUEIRA, 2014).

Além disso, a forte intensidade do comércio bilateral, a interdependência dos fluxos de investimento e a semelhança quanto à dotação de fatores dos países integrantes são elementos relevantes quando se aborda a formação de uma área de livre comércio. A partir deste acordo, busca-se integrar os maiores volumes de capital, tecnologias, cultura e poder político-econômico em termos mundiais (SILVA et al., 2015).

O Mercoeuro teve início na Cimeira do Rio de Janeiro, em 1999, as negociações buscavam a formação de uma área de livre comércio. Este bloco engloba os dois principais destinos dos produtos industriais brasileiros (GURGEL; BITENCOURT; TEIXEIRA, 2002; MDIC, 2017b).

Os países integrantes do Mercoeuro, americanos e europeus, são ligados por meio de laços culturais, comerciais e de investimentos, os quais facilitam a integração econômica. Cabe ressaltar que os dois blocos apresentam potencial de crescimento dos fluxos de comércio e investimentos com a consolidação do bloco (MRE, 2017a).

Porém, a efetivação do Mercoeuro, bem como do TTIP, depende de negociações sobre barreiras tarifárias e subsídios aplicados pelos integrantes do acordo, principalmente no setor agrícola (SILVA, 2016a).

4

METODOLOGIA

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, discute-se sobre o Modelo de Equilíbrio Geral, o Global Trade Analysis Project (GTAP), as relações econômicas e comportamento dos agentes no modelo, o fechamento macroeconômico e a alocação do investimento entre regiões. Após estas considerações iniciais, esboçam-se a fonte de dados e a agregação, os cenários analisados, a síntese objetivo-método empregados, os estudos sobre efeitos dos acordos comerciais na indústria brasileira e as limitações do método. O método empregado é o hipotético-dedutivo.

4.1 MODELO DE EQUILÍBRIO GERAL

O equilíbrio geral, que remonta a Leon Walras (1834-1910), compreende que a economia é formada por muitos mercados e que estes interagem entre si, sendo seus comportamentos interligados. A demanda por um bem depende dos preços de todos os demais bens e da renda. A renda depende dos salários, lucros, juros e aluguéis. Estes dependem de tecnologia, da oferta de fatores e produção, e esta depende da demanda. Além disso, destaca-se que os preços dependem de salários e lucros e vice-versa (GLOBAL TRADE ANALYSIS PROJECT - GTAP, 2017a).

Os Modelos de Equilíbrio Geral (MEGs) devem ser capazes de simular o funcionamento de economias, com soluções simultâneas para preços e quantidades. Neste sentido, o equilíbrio entre demanda e oferta é estabelecido em cada um dos mercados analisados, ajustando os preços de bens e fatores de produção. Neste sentido, há a especificação dos agentes econômicos, as suas regras de comportamento e os axiomas em que os agentes interagem (CURY, 1998).

Os MEGs englobam o conjunto da economia, determinando relações microeconômicas de otimização, os preços relativos e as quantidades produzidas. A base empírica destes modelos é a Matriz de Contabilidade Social (MCS). A MCS registra receitas e despesas de todos os agentes econômicos, tais como empresas, fatores de produção, famílias, governo e resto do mundo. As matrizes são formadas por meio de dados contidos nas matrizes de insumo/produto e contas nacionais (FOCHEZATTO, 2003).

Os MEGs podem ser estáticos ou dinâmicos. Os modelos estáticos analisam as economias em determinados períodos de tempo. O equilíbrio ocorre no longo prazo. Os modelos dinâmicos descrevem a economia a economia de acordo com o seu desenvolvimento ao longo do tempo. Cabe acrescentar que estes modelos possibilitam visualizar aspectos como crescimento econômico, uma vez que possibilitam a análise da acumulação de capital.

Os MEGs são amplamente empregados em análises de integração regional, pois assumem premissas por vezes compatíveis com a realidade, como competição perfeita nos mercados e retornos constantes à escala, permitindo diversas interações entre as variáveis. O emprego dos MEGs trabalham com estimações ex-ante, pois antecipam os efeitos econômicos associados à integração regional (PORTUGAL; AZEVEDO, 2000).

4.2 O GLOBAL TRADE ANALYSIS PROJECT (GTAP)

O Global Trade Analysis Project (GTAP), criado em 1992, consiste em uma rede global de pesquisadores e formuladores de políticas econômicas, principalmente de política internacional, os quais realizam pesquisas de cunho quantitativo. Esta ferramenta é coordenada pelo Center for Global Trade Analysis do Departamento de Economia Agrícola da Purdue University e descreve padrões de comércio bilateral, produção, consumo e uso intermediário de commodities e serviços (GTAP, 2017b).

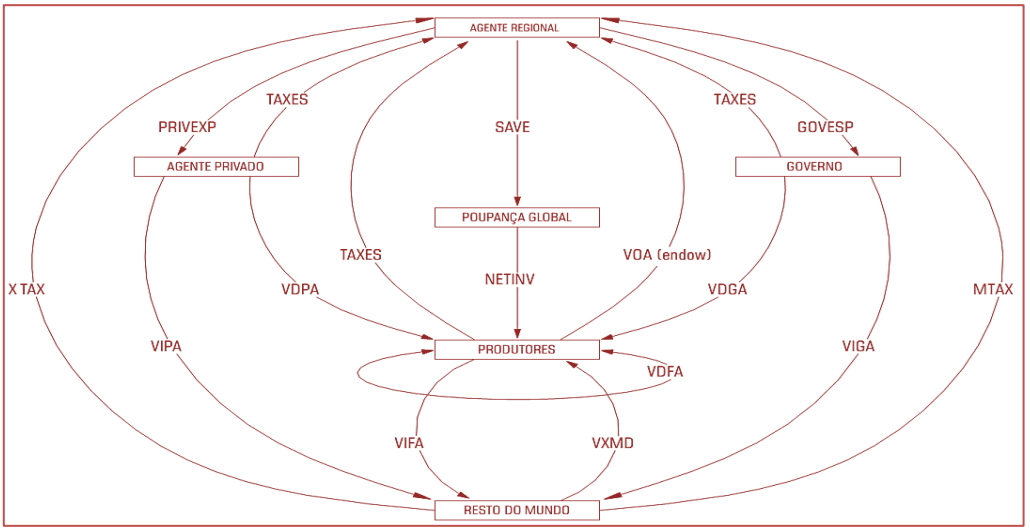
O GTAP é um modelo de equilíbrio geral estático, multirregional, multisetorial, com competição perfeita e retornos constantes de escala, fatores de produção de mobilidade livre dentro de uma dada região (trabalho qualificado, trabalho não qualificado e capital) e fatores de produção fixos (terra e outros recursos naturais), desenvolvido dentro do ambiente do software RunGTAP. Este software é formulado usando a linguagem GEMPACK, que é um conjunto de softwares de modelagem econômica. A base de dados do GTAP é construída pelo centro de estudos, anteriormente citado, e por dados específicos de cada país, fornecidos por membros da rede GTAP (GTAP, 2017b).

Os Modelos de Equilíbrio Geral (MEGS) são construídos sobre sólidas bases microeconômicas, já que é preciso definir os agentes (consumidores, produtores, governo e resto do mundo) através de equações de comportamento, além de apresentarem consistência interna entre todas as variáveis, uma vez que derivam de uma base de dados necessariamente consistente e coerente. Estes modelos fornecem soluções

numéricas para todas as variáveis endógenas, o que possibilita analisar os efeitos de mudanças em políticas econômicas e prever variáveis como quantidades de produto, preços e bem-estar, por exemplo (FOCHEZATTO, 2005).

Os choques de políticas comerciais podem ser aplicados no modelo, como a alteração de tarifas às importações e impostos às exportações. Essas alterações implicam em mudança dos preços relativos de produtos importados e exportados, as quais afetam as demandas finais e intermediárias (GURGEL; BITENCOURT; TEIXEIRA, 2002). A Figura 14 apresenta as inter-relações dos agentes do modelo.

Figura 14 - Economia multirregional e aberta



Fonte: Hertel e Tsigas (1997).

Conforme a Figura 14, observa-se que a despesa do agente regional é dada por uma função de utilidade agregada, em que as despesas são alocadas entre consumo privado (PRIVEXP), consumo do governo (GOVESP) e poupança global (SAVE). A receita do agente regional é função da venda dos serviços dos fatores primários de produção, representado por VOA (valor do produto, a preços dos agentes) e pelos impostos TAXES (incididos sobre os bens domésticos), MTAX (tarifas à importação) e XTAX (taxas à exportação).

Os produtores têm suas receitas oriundas das vendas de sua produção aos agentes domésticos, sendo estes os agentes privados (VDPA = valor das compras domésticas pelo setor privado, a preços de agente), o governo (VDGA = valor das compras domésticas do governo, a preços de agente), outras firmas (VDFA = consumo intermediário), e aos agentes externos (Resto do Mundo, que representa a fonte de importação e o destino das exportações), por meio das exportações (VXMD). Ainda neste contexto, a receita pode ser gerada pelo valor das vendas de bens de investimento para satisfazer à demanda de poupanças pelos agentes regionais (REGINV).

A receita dos produtores é gasta com consumo intermediário (VDFA), na aquisição de serviços dos fatores primários (VDPA), nas importações (VIFA) e no pagamento de impostos (TAXES) ao governo. Assim, toda receita gerada é despendida com a compra de fatores intermediários e serviços de fatores primários, o que permite a condição de lucro econômico zero, pressuposto do fechamento do modelo.

O governo e os agentes privados gastam suas rendas em produtos domésticos e importados, VIGA e VIPA, respectivamente, bem como ambos os agentes pagam impostos de importação (MTAX) e de consumo (TAXES) e poupam (SAVE). Os fluxos regionais de poupança são agregados em nível global (poupança global), os quais são distribuídos para investimento em cada região (MONTE; TEIXEIRA, 2007).

4.3 RELAÇÕES ECONÔMICAS E COMPORTAMENTO DOS AGENTES

A tecnologia utilizada pelas firmas em cada indústria do modelo é caracterizada pela árvore tecnológica ou de produção, a qual representa as tecnologias de forma separada e com retornos constantes à escala. O fechamento macroeconômico do GTAP é do tipo neoclássico, onde vigora a lei dos rendimentos constantes de escala (MONTE; TEIXEIRA, 2007).

Admite-se que as firmas escolham sua combinação ótima de fatores de produção independentemente dos preços dos insumos intermediários. Por admitir esse pressuposto da separabilidade, impõe-se que a elasticidade de substituição entre quaisquer dois fatores primários, de um lado, e entre quaisquer dois insumos intermediários, de outro, seja igual. Isso permite a obtenção da árvore de produção, pois, como sua elasticidade é comum, consegue-se traçar o primeiro nó da árvore, na qual insumos intermediários e fatores primários são combinados.

Dentro do grupo de fatores primários, as possibilidades de substituição reduzem-se a um único parâmetro, ou seja, admite-se uma função do tipo Elasticidade Constante de Substituição (CES[6]), conforme a Equação 1:

$$Q = a[\delta K^{-p} + (1-\delta)^{-p}]^{-1} (1)$$

sendo A > 0; 0 < δ < 1; p > -1, em que Q é a quantidade produzida; os fatores de produção K e L, o capital e trabalho. Os parâmetros A, p e δ são, respectivamente, um indicador do estado de tecnologia; o valor da constante da elasticidade de substituição; e o parâmetro de distribuição que se relaciona com as participações relativas dos fatores no produto.

Para funções do tipo CES, que possuem elasticidade de substituição constante e diferente da unidade, as mudanças percentuais na relação de preços refletem sempre a substitutibilidade dos bens ou fatores (MONTE; TEIXEIRA, 2007). Dada a Equação 1, tem-se a elasticidade de substituição na Equação 2:

$$\sigma = \frac{1}{1+p} (2)$$

Reescrevendo a Equação 2 e substituindo-se em (1), obtém-se a Equação 3:

$$Q = A[\delta K^{\frac{\sigma-1}{\sigma}} + (1-\delta)^{-\frac{\sigma-1}{\sigma}}]^{\frac{\sigma}{\sigma-1}} (3)$$

O fator terra é empregado apenas na atividade agrícola e é imperfeitamente móvel entre os setores, enquanto os fatores L e K são empregados em todos os setores e são considerados perfeitamente móveis em uma economia. A elasticidade de substituição entre os pares de fatores primários varia de atividade para atividade, mas não entre regiões.

Os fatores intermediários também admitem a separabilidade, isto é, a combinação ótima dos fatores intermediários também independe do preço dos fatores primários. Assume-se que a elasticidade parcial de substituição entre os fatores intermediários seja constante e igual a zero, isto é, a combinação entre eles ocorre em proporção fixa. Admite-se a separabilidade entre insumos domésticos e importados, ou seja, as firmas decidem a fonte de suas importações e, baseadas nos preços de importação, determinam a combinação ótima de insumos domésticos e importados.

Para a análise do comportamento dos indivíduos, verifica-se que o consumo regional é formado por uma função de utilidade agregada que depende do consumo privado (CP), das despesas do governo (CG) e da poupança (S). Assim, a renda regional é distribuída de acordo com a demanda final, do consumo privado, consumo do governo e da poupança, por meio de uma função de utilidade per capita Cobb-Douglas, de acordo com a Equação 4:

$$U = KCP^{\theta CP} CG^{\theta CG} S^{\theta S} (4)$$

[6] A sigla CES, refere-se ao termo em inglês *Constant Elasticity of Substitution.*

sendo U a utilidade total em cada região, K e θ os parâmetros da função. A maximização da função utilidade determina a alocação da renda em cada região. O fechamento padrão do GTAP faz com que a participação de cada um daqueles itens da demanda final na renda total seja constante.

4.4 FECHAMENTO MACROECONÔMICO DO MODELO E ALOCAÇÃO DO INVESTIMENTO ENTRE REGIÕES

O GTAP não considera as políticas macroeconômicas e os fenômenos monetários que são fatores explicativos do investimento agregado. Por não ser um modelo intertemporal e sequenciado no tempo, o investimento não é capaz de afetar a capacidade produtiva das indústrias/regiões. A alocação de investimentos entre as regiões afeta a produção e o comércio apenas por meio dos efeitos sobre a demanda final. Essas observações justificam a maior atenção dada a essa questão, além de o tratamento entre poupança e investimento ser necessário para completar o sistema econômico global, assegurando consistência no sistema de contas.

Além disso, é necessário lidar com mudanças potenciais na conta-corrente. Geralmente, os procedimentos de fechamento forçam a convergência entre poupança e investimento doméstico, fixando o balanço da conta-corrente, que pode ser expresso pela fixação do lado esquerdo da identidade das contas nacionais, como segue:

$$S - I \equiv X + R - M (5)$$

onde S representa a poupança; I, o investimento; X, as exportações de bens e serviços; M, as importações de bens e serviços e R, as transferências internacionais.

No lado direito da identidade citada assegura-se a igualdade entre poupança e investimento global, mesmo sem presença de um banco global para fazer a intermediação. Essa abordagem representa um fechamento de equilíbrio neoclássico, uma vez que o investimento é forçado a se alinhar às mudanças regionais da poupança. Além disso, os fatores de produção que possuem mobilidade entre os setores são capital, mão de obra qualificada e mão de obra não qualificada, e terra e recursos naturais possuem mobilidade parcial (CORONEL, 2010).

4.5 AVALIAÇÃO DE MUDANÇAS NO NÍVEL DE BEM-ESTAR

Para avaliar os ganhos de bem-estar advindos da conolidação dos acordos regionais, utiliza-se a medida de variação equivalente. Esta medida tem sido adotada em trabalhos de equilíbrio geral com o objetivo de mensurar os ganhos de bem estar, bem como possibilita indicar o aumento na utilidade dos consumidores domésticos em termos de aumento do consumo (VARIAN, 1992). A representação da variação equivalente do bem-estar é a seguinte:

$$VE = \frac{(U^F - U^0)}{U^0} C^0 (6)$$

em que VE representa a variação equivalente; UF, nível de utilidade final; U0 representação do nível de utilidade inicial; e C0, representação do consumo do agente privado no equilíbrio inicial.

4.6 FONTE DE DADOS E AGREGAÇÃO

O banco de dados empregado é o Global Trade Analysis Project (GTAP), versão 9.. Nesta versão a base de dados é referente aos anos de 2004, 2007 e 2011 compreendendo 140 regiões[7] e 57 setores/commodities. A agregação regional e setorial utilizada pode ser visualizada no Quadro 3.

[7] Para mais detalhes sobre quais países e quais produtos estão inseridos na base de dados do modelo acesse https://www.gtap.agecon.purdue.edu/databases/v9/default.asp.

Quadro 3 - Agregação regional e setorial

Acordos	Regiões	Setores
TPP	1-Brasil 2-TPP 3-Resto do mundo	Produtos primários
TTIP	1-Brasil 2-TTIP 3-Resto do mundo	Produtos de baixa e média-baixa intensidade tecnológica
Mercoeuro	1-Brasil 2-Mercoeuro 3-Resto do mundo	Produtos de média-alta e alta intensidade tecnológica
		Serviços

Fonte: Elaborado pelos autores.

A agregação setorial baseia-se na classificação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1984) em setor primário, baixa e média-baixa, média-alta e alta intensidade tecnológica, e serviços. Esta classificação permite compreender em quais níveis tecnológicos os acordos trouxeram maiores impactos, bem como traz uma discussão focada, quando comparada a análise individual por setores. Neste sentido, a classificação está de acordo com o Quadro 4.

Quadro 4 – Classificação setorial

Classificação	Produtos do GTAP
Produtos primários	Arroz (pdr), trigo (wht), cereal (gro), frutas e vegetais (v f), oleaginosas (osd), cana de açúcar e açúcar de beterraba (c b, ocr), fibras e outras culturas (pfb), animais vivos, produtos de origem animal (ctl, oap), leite e lã (rmk, wol), silvicultura (frs), pescados (fsh), carnes (cmt, omt), óleos vegetais e gorduras (vol).
Produtos de baixa e média-baixa intensidade tecnológica	Arroz processado (pcr), laticínios (mil), açúcar processado (sgr), outros produtos alimentícios processados (ofd), bebidas e tabaco (b_t), têxteis (tex), vestuário (wap), artigos em couro (lea), produtos de madeira e de papel (lum, ppp), produtos de petróleo e de carvão (coa, oil, gas, p_c), produtos minerais não metálicos (nmm), produtos de minério de ferro e aço (i_s), produtos de metais preciosos e não ferrosos (nfm), outros produtos metálicos (fmp), outros produtos minerais (omn).
Produtos de média-alta e alta intensidade tecnológica	Veículos motorizados, peças automotivas e equipamentos de transporte (mvh, otn), produtos químicos (crp), máquinas e equipamentos (ome), equipamentos eletrônicos (ele) e outras manufaturas (omf).
Serviços	Eletricidade (ely), distribuição de gás (gdt), água (wtr), construção (cns), comércio (trd), transporte marítimo, aéreo e outros (otp, wtp, atp), comunicação (cmn), serviços financeiros (ofi), seguros (isr), serviços para negócios (obs), recreação (ros), administração pública, defesa, saúde e educação e habitação (osg, dwe).

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Moretto et al. (2017).

Contudo, cabe ressaltar que foram realizadas algumas adaptações com o intuito de enquadrar os setores apresentados na base de dados do GTAP. Além disso, cabe especificar os países integrantes em cada bloco econômico, conforme o Quadro 5.

Quadro 5 – Agregação regional

Blocos econômicos	Países
TPP[8]	Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Singapura e Vietnã.
TTIP	União Europeia e Estados Unidos.
Mercoeuro exceto Brasil	Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, República Checa, Roménia e Suécia.
Brasil	Brasil

Fonte: Elaborado pelos autores.

Estes blocos econômicos foram selecionados uma vez que envolvem os três principais destinos das exportações brasileiras de produtos industriais, o Mercosul, a União Europeia e os Estados Unidos (MDIC, 2017b).

Estes acordos constituem parcela significativa do comércio mundial, além de possibilitarem o crescimento do comércio exterior brasileiro, uma vez que o TPP, o TTIP, a UE, o Mercosul e o Mercoeuro tiveram participação de 12,63%, 30,51%, 18,01%, 11,38% e 29,39% das exportações brasileiras e 12,49%, 39,89%, 22,58%, 15,33% e 37,91% das importações, respectivamente, no ano de 2016 (MDIC, 2017a).

4.7 CENÁRIOS ANALISADOS

São utilizados dois cenários para simular a consolidação dos acordos. No primeiro cenário, as tarifas de importação de bens e serviços entre as regiões são eliminadas totalmente, o que caracteriza a formação de uma área de livre comércio. O segundo cenário aborda não apenas a eliminação total de tarifas de importação de bens e serviços, como também de eliminação total de subsídios à produção e exportação entre os membros. Os choques empregados no primeiro e segundo cenários estão descritos dos Apêndices A e B, respectivamente. A simulação não inclui a eliminação de Barreiras Não Tarifárias (BNTs) uma vez que o modelo não a permite.

Os acordos regionais empregados são Trans-Pacific Partnership (TPP), Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) e Mercoeuro.

4.8 SÍNTESE OBJETIVO-MÉTODO EMPREGADOS

Com o intuito de esclarecer as etapas da pesquisa e como os objetivos são alcançados, o Quadro 6 traz uma síntese dos objetivos e dos métodos empregados.

Quadro 6 - Síntese objetivo-método empregados

	Objetivos	Métodos empregados
1	Analisar o impacto no setor industrial brasileiro da consolidação dos acordos regionais de comércio.	Pesquisa bibliográfica, análise de séries históricas do setor e simulação por meio do Global Trade Analysis Project (GTAP).
2	Avaliar os impactos dos acordos regionais nos fluxos comerciais do setor industrial brasileiro.	Simulação por meio do Global Trade Analysis Project (GTAP).
3	Avaliar os efeitos dos acordos regionais na quantidade produzida e nos preços domésticos do setor industrial brasileiro.	Simulação por meio do Global Trade Analysis Project (GTAP).
4	Analisar os impactos nos níveis de bem-estar e PIB.	Simulação por meio do Global Trade Analysis Project (GTAP).

Fonte: Elaborado pelos autores.

[8] A simulação do TPP não inclui os EUA no acordo.

Desta forma, a compilação destas informações é organizada em tabelas, gráficos e quadros, com o intuito de responder aos objetivos apresentados.

4.9 ESTUDOS SOBRE EFEITOS DOS ACORDOS COMERCIAIS NA INDÚSTRIA BRASILEIRA

O Quadro 7 reúne os principais resultados encontrados na literatura no tange à integração econômica em Modelos de Equilíbrio Geral. Entre as pesquisas, ressaltam-se os resultados relacionados ao setor industrial, uma vez que este é o foco da análise.

Quadro 7 - Síntese de estudos relacionados ao setor industrial brasileiro, integração econômica e MEGs

Objetivos e autores	Metodologia	Resultados
Verificar o impacto da criação de uma área de livre comércio entre Estados Unidos e União Europeia, TTIP (SILVA; CORONEL; SILVA, 2017a).	Simulação por meio do Projeto de Análise de Equilíbrio Geral da Economia Brasileira (PAEG).	Os impactos econômicos nas regiões brasileiras foram, na sua maioria, negativos, prejudicando principalmente os setores de vestuário, calçados e indústria têxtil.
Avaliar os impactos dos principais acordos de interesse do Brasil, TTIP, TPP e Estados Unidos e a UE (THORSTENSEN; FERRAZ, 2014a).	Simulação por meio do GTAP.	A entrada em vigor do TTIP e do TPP implica uma redução dos fluxos de importação e exportação do Brasil, contribuindo para o isolamento do país do comércio internacional. Nos acordos com Estados Unidos e UE, na negociação apenas de tarifas, há um aumento mais expressivo das importações brasileiras comparado ao aumento das exportações. A negociação das BNTs é essencial para permitir um acesso mais expressivo aos mercados.
Analisar os principais impactos do TTIP e TPP para as economias BRICS (THORSTENSEN; FERRAZ, 2014b).	Simulação por meio do GTAP.	Caso haja consolidação do TTIP, o setor industrial se beneficiará de pequenos ganhos para uma série de setores. Esses ganhos são explicados pelo aumento dos fluxos de comércio resultante da integração econômica, que criará alguma demanda para exportações também de outros países. A partir da consolidação do TPP, verifica-se, para o setor industrial, pequenos ganhos para a maioria dos setores, com perdas relevantes, em especial com a entrada da China, principalmente em couro e têxteis.
Avaliar os impactos na alocação do emprego formal do fator trabalho no Brasil e verificar evidências de desindustrialização, mediante a simulação de cenários de aprofundamento do comércio internacional (FEIJÓ; STEFFENS, 2015).	Simulação por meio do GTAP.	Os resultados indicaram evidências de desindustrialização, devido à queda do emprego na indústria de transformação brasileira, principalmente quando os acordos são com a Ásia e a União Europeia.
Avaliar os impactos da integração econômica entre Brasil e União Europeia e Brasil e BRICS (SCHUNKE; AZEVEDO, 2016).	Simulação por meio do GTAP.	Os resultados demonstraram que há um aumento da produção e exportação de produtos primários brasileiros, com uma melhoria dos termos de troca e um aumento de bem-estar. Porém, têm-se uma redução da produção dos produtos com maior intensidade tecnológica.

Fonte: Elaborado pelos autores.

De forma geral, pode-se ressaltar que estes trabalhos mostram ganhos para o setor industrial, dependendo da região em que o acordo é efetivado, e tendência a reprimarização da pauta exportadora na maioria das simulações analisadas.

4.10 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Pode-se citar, como limitação do software empregado, a periodicidade da base de dados do GTAP, de 2004, 2007 e 2011 devido à atualização e tabulação de dados em nível global (GTAP, 2017b).

Além disso, os MEGS apresentam pressupostos neoclássicos, tais como competição perfeita e retornos constantes de escala. A ausência de instituições financeiras e mercado de títulos é outra crítica ao modelo, uma vez que este assume implicitamente o ajuste de oferta de moeda da economia em função do nível de preços domésticos (CURZEL, 2007).

De acordo com Bandara (1991), ressalta-se como limitações a estimativa das elasticidades e parâmetros do modelo, bem como as questões de interpretação dos resultados gerados devido a estrutura matemática que envolve os MEGS.

A análise estática é outra limitação, uma vez que nem todos os consumidores e produtores possuem o mesmo comportamento na tomada de decisão em questões relacionadas aos gostos, preferências e decisões econômicas. Cabe destacar também, quanto mais geral for a análise, no caso dos MEGS, haverá menor profundidade em termos de resultados encontrados (CHAND, 2017).

Contudo, apesar das críticas expostas, os modelos de equilíbrio geral são amplamente empregados pela literatura com o intuito de realizar simulações e analisar diferentes cenários, principalmente em termos de integração econômica.

5

RESULTADOS

5 RESULTADOS

Este capítulo apresenta e discute os resultados dos cenários analíticos, de eliminação de tarifas de importação e de exclusão de subsídios à exportação e produção, para uma hipótese de consolidação de acordos, o TTIP, o TPP e Mercoeuro. São especificadas as alterações no bem-estar, PIB, quantidade produzida, exportada, importada e preços domésticos oriundas da formação dos blocos econômicos.

5.1 IMPACTOS DO TRANS-PACIFIC PARTNERSHIP (TPP) NO BRASIL

De acordo com o cenário 1, a eliminação de tarifas de importação de bens e serviços entre as regiões do TPP gera perdas de bem-estar para a economia brasileira (BRA), com perda de US$ 288,04 milhões e redução no PIB de 0,13%. Essa queda de bem-estar pode estar associada a perdas nos fluxos comerciais, principalmente do setor primário. Além disso, os impactos da formação do TPP sobre o bem-estar e PIB são positivos apenas para membros do TPP, com aumento em US$ 8.682,73 milhões e 0,35%, respectivamente. Esses ganhos podem ocorrer, principalmente, devido à maior eficiência na alocação dos insumos e fatores produtivos globais.

Todavia, o resto do mundo (RDM) tem piora na participação do PIB (US$-8.507,45 milhões). Assim, há uma relativa queda de bem-estar no resto do mundo (-0,09%) devido à redução da oferta dos bens, assim como preços mais elevados dos produtos nacionais, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 - Mudanças no bem-estar e Produto Interno Bruto do acordo TPP

	Cenário 1		Cenário 2	
Regiões	Mudanças no bem-estar dos consumidores (ev*)	Mudanças no Produto Interno Bruto (vgdp)	Mudanças no bem-estar dos consumidores (ev*)	Mudanças no Produto Interno Bruto (vgdp)
	Δ US$ milhões	Δ % PIB	Δ US$ milhões	Δ % PIB
BRA	-288,04	-0,13	-3.816,62	-2,23
TPP	8.682,73	0,35	74.626,56	3,34
RDM	-8.507,45	-0,09	-70.531,30	-1,57

Fonte: Resultados da pesquisa.

No cenário 2, apresentam-se os resultados da eliminação de tarifas de importação, subsídios à exportação e à produção entre as economias do TPP. A proposta de liberalização de comércio entre os membros do TPP gera perdas de bem-estar em todas as regiões extrabloco. As perdas para a economia brasileira são de US$ 3.816,62 milhões e para o resto do mundo de US$ 70.531,30 milhões.

Apesar disso, somados os efeitos do Brasil e do resto do mundo em milhões de dólares (-3.816,62 - 70.531,30 = -74.347,92 milhões), para representar o mundo extra TPP, percebe-se um impacto global positivo (74.626,56 - 74.347,92 = 278,64 milhões) no comércio mundial, em relação ao equilíbrio inicial. Neste sentido, a formação do acordo promove alterações na alocação dos fatores produtivos, os quais promovem maiores vantagens econômicas em termos globais.

As perdas de bem-estar no Brasil e restante do mundo ocorreriam principalmente devido às alterações nos preços relativos dos produtos no comércio internacional, como consequência da formação do TPP. Para Reitzes et al. (1997) e Mukunoki (2016), os preços intrabloco tendem a diminuir com a redução ou, até mesmo, com a eliminação de barreiras comerciais entre os países que assinaram o acordo de preferência comercial.

Bhagwati (1995, 2008) e Bhagwati e Panagariya (1996) sugerem que a formação de acordos de preferência comercial pode gerar o efeito noodle bowl[9]. Os acordos criam diversas redes de produção, em

[9] Essa situação leva a uma estrutura onde há ligações entre jurisdições, fenômeno que diminui o prazo para o governo autorizar as exportações entre esses países, acelerando a velocidade do fluxo circular financeiro e de bens e serviços intrabloco.

torno das quais produtos e peças semifinalizadas fluem, utilizando diferenciação tarifária, e com isso é possível exportar produtos finais com preços baixos.

Ainda no cenário 2, a eliminação de subsídios agrícolas à produção e à exportação entre o comércio intrabloco no TPP aumenta a eficiência econômica dos membros do acordo, bem como o desvio de comércio mundial, acarretando uma retração contínua das economias extrabloco. Possivelmente, há a redução das divisas internacionais destas economias, bem como sua competitividade, gerando uma ampliação da oferta de mercado por parte do bloco TPP ao resto do mundo, gerando crescimento do PIB em 3,34% (FRIEDMAN, 2009; CARLEIAL; CRUZ, 2012).

Por outro lado, os impactos da liberalização comercial da TPP sobre o PIB do Brasil são significativos, apresentando uma redução de 2,23%. Essa perda ocorre, principalmente, devido à maior ineficiência na combinação dos insumos e aumento no desvio de comércio global, em detrimento do crescimento econômico intrabloco. As economias participantes do acordo TPP direcionam grande parte do seu fluxo comercial para membros do acordo, reduzindo as importações do Brasil e do resto do mundo. Estes resultados vão ao encontro de Silva, Coronel e Silva (2017b).

No cenário 1, os resultados, em termos de variação no valor de produção, exportação, importação e preços domésticos para o caso de eliminação das barreiras tarifárias entre membros do TPP, são apresentados na Tabela 5. Os resultados positivos podem ser interpretados como ganhos de eficiência econômica. Em contrapartida, os valores negativos, na maioria dos casos, indicam que a produção passou a ser menos rentável, menos eficiente, alocando os recursos em outras atividades.

Tabela 5 - Mudanças na quantidade produzida (qo), exportações (vxwfob), importações (viwcif) e nos preços domésticos (pm) brasileiros do acordo TPP no cenário 1 e 2 - em variações percentuais (Δ%)

Cenário 1				
Setor	Quantidade Produzida (qo)	Valor das Exportações (vxwfob)	Valor das Importações (viwcif)	Preços Domésticos (pm)
Primário	-0,05	-0,46	-0,26	-0,14
Baixa e média-baixa	0,08	0,14	-0,21	-0,12
Média-alta e alta	0,05	0,14	-0,27	-0,11
Serviços	-0,01	0,24	-0,20	-0,13
Cenário 2				
Setor	Quantidade Produzida (qo)	Valor das Exportações (vxwfob)	Valor das Importações (viwcif)	Preços Domésticos (pm)
Primário	1,12	2,79	-2,97	-1,83
Baixa e média-baixa	0,73	0,62	-2,61	-2,03
Média-alta e alta	0,76	5,13	-4,35	-1,99
Serviços	-0,31	2,42	-3,25	-2,19

Fonte: Resultados da pesquisa.

No primeiro cenário, o aumento na produção dos setores brasileiros de baixa e média-baixa; média-alta e alta intensidade tecnológica podem ser explicados pela possível diminuição de divisas internacionais do país ligado a redução nas exportações do seu setor chave, setor primário (-0,46%) e a diminuição dos preços domésticos (-0,12% e -0,11%) ligados a grande demanda interna brasileira que precisa ser abastecida.

Assim, a redução nas divisas internacionais do Brasil forçaria o país a direcionar seus esforços, aumentando a produção para abastecer o mercado interno, uma vez que o Brasil é o quinto país mais populoso do mundo, com 207,7 milhões de habitantes (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS- ONU, 2017). Neste sentido, a ênfase no mercado interno ampliaria a produção nacional, reduziria a dependência por

importações e promoveria algum excedente destinado às exportações. Tal argumento vai ao encontro de Pinto (2000), Fonseca (2000) e De Paiva (2006).

Além disso, a ampliação do mercado interno na economia brasileira ocorre inclusive pelo fomento de políticas sociais e de crédito, as quais promovem crescimento do poder aquisitivo da população brasileira, permitem a ampliação da demanda, principalmente de bens duráveis, e maior estímulo à industrialização nacional (MORA, 2015).

Os setores primários (40% do total das tarifas mundiais) e média-alta e alta intensidade tecnológica (41,5% do total das tarifas mundiais) apresentaram, de forma geral, as maiores tarifas de importação entre os membros do TPP. A formação da área Transpacífica, com a eliminação das barreiras tarifárias, aumenta o comércio intrabloco em 492,66% e reduz o comércio com os demais países, como no caso do Brasil, em 11,42%. Além disso, há redução nas importações mundiais em 180,55% (AGUIAR; MCDOUGALL; NARAYANAN, 2012).

Neste sentido, o setor primário brasileiro teria uma redução em 11,42%, mas os setores da indústria de intensidade baixa e média-baixa e média-alta e alta tecnologia seriam beneficiados em 19,12% e 1,42%, respectivamente (AGUIAR; MCDOUGALL; NARAYANAN, 2012).

No cenário 1, os valores dos fluxos de importações brasileiras foram negativos e relativamente pequenos, variando entre 0,20 e 0,27, em relação ao cenário 2. Esse comportamento está relacionado à desaceleração das economias extrabloco, visto que apresentam redução do PIB, e estas tendem a reduzir o ritmo de consumo. Parte do consumo é oriundo de produtos produzidos internamente e parte externamente, o que acarreta em redução de importações (CARLEIAL; CRUZ, 2012; SILVA, 2016a).

Os resultados dos impactos do TPP no setor primário brasileiro, obtidos nesta pesquisa, são corroborados por Thorstensen e Ferraz (2014a), os quais propuseram o mesmo cenário de análise. Dessa forma, no cenário 1, verifica-se que há reduções dos fluxos comerciais na economia brasileira, o que vai também ao encontro do estudo de Thorstensen e Ferraz (2014b), no qual se observa também piora em termos de bem-estar brasileiro (-0,43% do PIB brasileiro) quando analisada a formação da TPP, para o cenário de 2007.

No cenário 2, os resultados em termos de variação no valor da produção e dos fluxos comerciais, para o caso da eliminação de tarifas de importação de bens, serviços, subsídios à produção e exportação entre os membros do TPP, são apresentados na Tabela 5.

Destaca-se que os resultados positivos indicam ganhos, e os negativos indicam perdas de eficiência econômica, devido à alteração do cenário econômico mundial. Neste cenário, verifica-se que para a maioria dos setores brasileiros os efeitos na produção seriam positivos, a saber: primário; baixa e média-baixa; média-alta e alta intensidade tecnológca.

No setor primário, pode-se acrescentar que a eliminação de subsídios de pesca nos integrantes do TPP pode promover ganhos de competitividade para o setor brasileiro (INTERNATIONAL CENTRE FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENTE- ICTSD, 2017).

Além disso, a redução nos preços domésticos do Brasil pode vir a incentivar suas exportações, pois na medida em que os preços relativos de determinados bens tornam-se menores, o país apresenta vantagem comparativa. As vantagens comparativas implicam na especialização da produção dos bens em que apresenta o menor custo relativo, e, portanto, menor preço relativo, na comparação de dois bens (RICARDO, 1983).

O aumento de competitividade nos setores de baixa e média-baixa intensidade tecnológica podem estar relacionados com o setor de tabaco. O Brasil é o principal produtor e o segundo maior exportador de tabaco do mundo. Entre os integrantes do TPP, o Japão e a Malásia são os principais importadores do tabaco brasileiro. Devido ao EUA não integrar o acordo, parte da demanda dos membros do TPP pode ser alocada ao setor brasileiro (THORSTENSEN; NOGUEIRA, 2017).

No que tange aos produtos de média-alta e alta intensidade tecnológica, pode-se sugerir que os ganhos de eficiência econômica deste setor devem-se ao aumento dos fluxos comerciais da indústria automobilística. O Japão é o principal exportador destes bens aos Estados Unidos. A eliminação dos subsídios entre membros do acordo TPP poderia deslocar os produtos japoneses em direção a outros integrantes do acordo, como para a Austrália, uma das principais compradoras do setor no TPP, em detrimento dos EUA. Neste sentido, sugere-se que há o deslocamento da demanda americana para os produtos automobilísticos brasileiros (YAGIHASHI; SELOVER, 2017).

Além disso, a consolidação do TPP favorece a dinamização do setor automotivo entre Japão e México, uma vez que estes participam de um acordo bilateral assinado em 2005. Apesar disto, a não inclusão dos Estados Unidos no bloco pode aproximar o setor automotivo brasileiro do eixo nipo-mexicano (THORSTENSEN; NOGUEIRA, 2017).

No que tange a este setor, Brasil e México assinaram Acordos de Complementação Econômica, ACE-55, o qual regula o comércio automotivo. Além disso, os principais mercados de destino do setor automobilístico brasileiro são Argentina, Estados Unidos, México e União Europeia, os quais absorvem, aproximadamente, 70% das exportações nacionais (GRAMS et al., 2013).

A indústria automobilística é um importante segmento da indústria brasileira, uma vez que a participação do segmento de fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias representa 7,6% no total do valor de transformação industrial em 2014 (LIMA, 2016).

As importadoras do setor demandam significativas importações de bens de alto valor agregado, além de serem controladas por capital estrangeiro das matrizes de países desenvolvidos. Neste sentido, esta indústria automobilística pode não promover desenvolvimento econômico no país, uma vez que direciona parte do capital para outros países (BOTELHO, 2011).

Conforme a Tabela 6, percebe-se que 12% das importações totais do TPP são de produtos brasileiros, a saber: primário (9,10%), baixa e média-baixa (12,10%), média-alta e alta (14,20%) e serviços (13,10%). As demais exportações brasileiras, 88%, são destinadas a outras regiões, como a China, a União Europeia, os EUA e Argentina, os quais são os principais destinos (GOVERNO DO BRASIL, 2018).

Tabela 6 - Parcela das exportações brasileiras destinadas ao TPP

Setor	TPP (%)	RDM (%)
Primário	9,10	90,90
Baixa e média-baixa	12,10	87,90
Média-alta e alta	14,20	85,80
Serviços	13,10	86,90
Total	12,00	88,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

Conforme a Tabela 6, o setor com intensidade tecnológica média-alta e alta é o que apresenta maior participação nos produtos destinados ao TPP, o que pode corroborar com o ganho de competitividade desse setor frente a transformações comerciais de ordem mundial.

Convém destacar que o cenário 2 provoca maiores impactos na estrutura produtiva e comercial dos setores de intensidade tecnológica baixa e média-baixa, média-alta e alta brasileiro, quando comparado ao cenário 1, que considera somente redução de barreiras tarifárias entre os integrantes do TPP.

5.2 IMPACTOS DO TRANSATLANTIC TRADE AND INVESTMENT PARTNERSHIP (TTIP) NO BRASIL

De acordo com o cenário 1, a formação do TTIP gera perdas de bem-estar para o Brasil (BRA), em torno de US$ 263,73 milhões, e redução no PIB de 0,09%, conforme a Tabela 7. Essa queda de bem-estar pode estar associada a perdas no que diz respeito ao crescimento relativamente pequeno das exportações brasileiras em comparação às exportações do TTIP. Essas perdas ocorrem principalmente devido à menor eficiência na alocação dos insumos e fatores produtivos. Os resultados encontrados para as perdas de bem-estar dos consumidores brasileiros corroboram com os resultados de Silva, Coronel e Silva (2017a).

Cabe destacar que a formação do TTIP traz bem-estar aos consumidores dos países integrantes, cerca de US$ 6.064,42 milhões, e crescimento do PIB de 0,07%. Além disso, há uma relativa queda de bem-estar no resto do mundo (RDM) de US$ 6.120,40 milhões e retração do PIB de 0,07%, conforme a Tabela 7.

Tabela 7 - Mudanças no bem-estar e Produto Interno Bruto do acordo TTIP

Regiões	Cenário 1		Cenário 2	
	Mudanças no bem-estar dos consumidores (ev*)	Mudanças no Produto Interno Bruto (vgdp)	Mudanças no bem-estar dos consumidores (ev*)	Mudanças no Produto Interno Bruto (vgdp)
	Δ US$ milhões	Δ % PIB	Δ US$ milhões	Δ % PIB
BRA	-263,73	-0,09	-12.549,40	-5,95
TTIP	6.064,42	0,07	174.553,48	0,85
RDM	-6.120,40	-0,07	-178.687,80	-4,17

Fonte: Resultados da pesquisa.

No cenário 2, além da liberalização comercial a partir das tarifas de importação, incluem-se a eliminação dos subsídios à exportação e à produção entre as economias norte-americanas e europeias. Todas as regiões extrabloco apresentam queda do bem-estar dos consumidores e redução do PIB, de US$ 12.549,40 milhões e 5,95%, no Brasil, e de US$178.687,80 milhões e 4,17% nas demais regiões do mundo.

Neste sentido, somados os efeitos do Brasil e do resto do mundo em milhões de dólares (-12.549,40 – 178.687,80 = -191.237,20 milhões), para representar o mundo extra TTIP, percebe-se um impacto global negativo (-191.237,20 + 174.553,48 = -16.683,72 milhões) no comércio mundial em relação ao equilíbrio inicial. Os ganhos de bem-estar dos consumidores e do PIB para os integrantes do acordo vão ao encontro de Silva et al. (2015).

Para os integrantes do TTIP, é possível observar crescimento nos níveis de bem-estar dos consumidores de US$ 174.553,48 milhões e crescimento econômico de 0,85%. Este resultado ocorre devido às alterações nos preços relativos dos produtos no comércio internacional, em função da formação do bloco. Neste sentido, a eliminação de subsídios à produção e exportação gera maiores impactos em bem-estar e crescimento econômico, em relação ao cenário 1, corroborando a importância das discussões sobre subsídios em negociações comerciais.

Desta forma, pode-se considerar que o TTIP leva a criação de comércio entre os integrantes do acordo e desvio de comércio em relação às demais economias, o que ratifica os resultados encontrados por Felbermayr, Heid e Lehwald (2013).

Neste sentido, pode-se destacar a questão agrícola no TTIP, como o apoio doméstico à agricultura através da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia e a Farm Bill dos Estados Unidos, as quais trazem distorções no comércio internacional, e, consequentemente, no bem-estar dos consumidores (DONGES; FREYTAG; ZIMMERMANN, 1997).

A PAC tem como intuito aumentar a produção agrícola e reduzir a dependência de importações. São empregados mecanismos de preços administrados, proteção tarifária sobre as importações, preferências a produtos do bloco e o apoio no desenvolvimento tecnológico (CONTINI, 2004).

A Farm Bill é uma lei que estabelece uma série de programas agrícolas e alimentares, os quais tratam de questões como preço, rendimento das commodities agrícolas, conservação e crédito agrícola, comércio, pesquisa, desenvolvimento rural, bioenergia, assistência nutricional doméstica e estrangeira (JOHNSON; MONKE, 2017).

A PAC e a Farm Bill apresentam uma prática de subsídios, os quais estão anulando os efeitos positivos provocados pelas políticas e proporcionando distorções no comércio internacional. Além disso, cabe ressaltar que a prática protecionista incide principalmente por meio de subsídios à produção e à exportação, como os simulados no segundo cenário (BRUNO; AZEVEDO; MASSUQUETTI, 2012).

Os resultados, em termos de variação no valor da produção, dos fluxos comerciais, importações e exportações, e preços domésticos para ambos os cenários de formação do TTIP são apresentados na Tabela 8. Os resultados positivos são interpretados como ganhos de eficiência econômica. Os resultados negativos são analisados como perda de eficiência.

De forma geral, pode-se verificar, a partir do primeiro cenário, que há aumento na produção de todos os setores brasileiros, exceto os de serviços. O crescimento das exportações se concentra, principalmente,

nos setores de serviços, primário e de média-alta e alta intensidade tecnológica. Este último apresenta crescimento devido às vantagens comparativas brasileiras nas exportações de produtos manufaturados destinados aos EUA e UE, conforme a seção 2.

Além disso, observa-se queda nas importações de todas as categorias de análise, devido à maior produção e absorção de bens domésticos e à redução dos preços destes itens. Os valores destes fluxos foram relativamente pequenos, uma vez que as tarifas de importação entre EUA e UE já estão em patamar relativamente baixo, ocasionando em menores efeitos para o Brasil (SONGFENG; YAXIONG; BO, 2014).

No segundo cenário, os produtos industrializados obtêm ganhos de competitividade, com aumento na quantidade produzida, crescimento do fluxo exportador, redução do fluxo importador e queda dos preços domésticos. Esses ganhos são causados pelo aumento dos fluxos de comércio a partir da integração econômica entre Estados Unidos e UE, criando demanda por exportações também de outros países (THORSTENSEN; FERRAZ, 2014a).

Os ganhos de eficiência econômica para a economia brasileira concentram-se principalmente nos setores agrícolas e de média-alta e alta intensidade tecnológica. A partir da eliminação de subsídios no TTIP são retiradas algumas medidas de proteção aos setores norte-americanos e europeus, como da PAC e Farm Bill. Neste sentido, há o fortalecimento do setor agrícola brasileiro, corroborando com os resultados encontrados por Silva, Coronel e Silva (2016).

Nos setores de média-alta e alta intensidade tecnológica, o setor de veículos e peças amplia a competitividade em suas exportações. Nos Estados Unidos o subsídio que mais beneficia o setor automobilístico é o The Cash for Clunkers program, que desde 2009 estimula a troca de carros velhos por carros novos, mais econômicos e híbridos, capazes de poluir menos o meio ambiente. O programa aumentou, aproximadamente, em 16% o volume de compras mensais de automóveis (MIAN; SUFI, 2012).

A competitividade brasileira no setor automobilístico deve-se à inovação, à capacitação tecnológica, aos grandes fluxos de investimentos na indústria, à instalação de novas montadoras no país ocorridos durante à década de 1990 (GRAMS et al., 2013).

Em 2016, a categoria de outros veículos aéreos representou cerca de 12,7% do total exportado pelo Brasil para os EUA, sendo o principal produto exportado (MRE, 2017b). Neste sentido, há o deslocamento dos fatores produtivos intra TTIP e demanda externa de bens deste setor. Em 2016, o setor de partes e peças de veículos aéreos exportou 56% para os EUA, e, aproximadamente, 29% para a União Europeia, principalmente para a França, Espanha e Itália (MDIC, 2017c).

Tabela 8 - Mudanças na quantidade produzida (qo), exportações (vxwfob), importações (viwcif) e nos preços domésticos (pm) brasileiros do acordo TTIP no cenário 1 e 2 - em variações percentuais (Δ%)

Cenário 1				
Setor	Quantidade Produzida (qo)	Valor das Exportações (vxwfob)	Valor das Importações (viwcif)	Preços Domésticos (pm)
Primário	0,03	0,06	-0,12	-0,07
Baixa e média-baixa	0,03	0,02	-0,14	-0,08
Média-alta e alta	0,03	0,05	-0,20	-0,07
Serviços	-0,01	0,23	-0,18	-0,09
Cenário 2				
Setor	Quantidade Produzida (qo)	Valor das Exportações (vxwfob)	Valor das Importações (viwcif)	Preços Domésticos (pm)
Primário	3,38	8,86	-6,51	-4,74
Baixa e média-baixa	2,52	4,33	-7,08	-5,33
Média-alta e alta	1,45	11,10	-11,84	-5,26
Serviços	-0,88	10,21	-10,13	-5,79

Fonte: Resultados da pesquisa.

Pode-se ressaltar, de forma geral, que os efeitos gerados pelo TTIP são similares em ambos os cenários. Porém, no segundo, estes são de maior magnitude, uma vez que medidas protecionistas como subsídios promovem distorções em diversas variáveis econômicas, como a PAC, Farm Bill e The Cash for Clunkers program.

Os setores primário (23,81% do total das tarifas mundiais) e de média-alta e alta tecnologia (13,67% do total das tarifas mundiais) apresentaram, de forma geral, as maiores tarifas de importação entre os membros do TTIP (AGUIAR; MCDOUGALL; NARAYANAN, 2012).

De forma geral, a formação da área Transatântica, com a eliminação das barreiras tarifárias, aumenta o comércio intrabloco em 66,17%, e reduz o comércio com os demais países, como no caso do Brasil, em 43,13%, o que influencia os níveis de bem-estar e PIB.

Na Tabela 9, percebe-se que o TTIP importa 29,20% de produtos brasileiros, a saber: primário (27,50%), baixa e média-baixa (27,60%), média-alta e alta (22,00%) e serviços (43,90%).

Tabela 9 - Parcela das exportações brasileiras destinadas ao TTIP

Setor	TTIP (%)	RDM (%)
Primário	27,50	72,50
Baixa e média-baixa	27,60	72,40
Média-alta e alta	27,00	73,00
Serviços	43,90	56,10
Total	29,20	70,80

Fonte: Resultados da pesquisa.

A distribuição das exportações é relativamente homogênea, em que os integrantes do TTIP, EUA e UE são o segundo e terceiro principais destinos das exportações brasileiras de produtos industriais, como os de baixa e média-baixa e média-alta e alta intensidade tecnológica. O setor de serviços representa 43,90% das exportações brasileiras destindas ao TTIP. Os principais destinos destas exportações são os EUA, Países Baixos, Alemanha, Reino Unido e Suíça em 2015, referindo-se, principalmente, a serviços profissionais, técnicos, gerenciais, financeiros, de pesquisa e desenvolvimento, de engenharia de transporte, entre outros (MDIC, 2015). As demais exportações brasileiras, 70,80%, são destinadas, principalmente, para a China e Argentina (GOVERNO DO BRASIL, 2018).

5.3 IMPACTOS DO MERCOEURO NO BRASIL

De acordo com cenário 1, a eliminação de tarifas de importação de bens e serviços entre as regiões do Mercosul e União Europeia gera perdas de bem-estar para a economia brasileira (BRA) de US$ 106,56 milhões e no PIB de 0,03%. Essa queda de bem-estar pode estar associada a perdas nos fluxos comerciais, primordialmente, no setor primário.

Além disso, os impactos da formação do Mercoeuro sobre sua própria economia são positivos com aumento em US$ 1.332,44 milhões no bem-estar dos consumidores e de 0,03% no PIB. Esses ganhos podem ocorrer, principalmente, devido à maior eficiência na alocação dos insumos e fatores produtivos globais.

Todavia, o resto do mundo (RDM) tem piora na participação do PIB (US$-1.340,15 milhões). Assim, há uma relativa queda de bem-estar no resto do mundo (-0,01%) devido à redução da oferta de bens, assim como preços mundiais mais elevados, conforme a Tabela 10.

Ainda, no cenário 1, caso na simulação fosse considerado a inclusão do Brasil no acordo Mercoeuro, percebe-se que há um crescimento nos níveis de bem-estar do bloco (4.745,64 milhões) e do PIB (0,11%). Este resultado relaciona-se com o fato de o Brasil ser a principal economia integrante do Mercosul, apresentando, aproximadamente, 83% do PIB do bloco, em 2009 (GRÄF; AZEVEDO, 2013).

Por outro lado, no restante do mundo ocorreria efeito negativo no bem-estar na ordem de US$ 4.962,57 milhões e perda no PIB de 0,05, conforme o Apêndice C. No entanto, nessa mesma relação para o cenário 2,

o Mercoeuro apresenta um efeito líquido maior (US$140.989,90 - US$136.995,30 = US$3.994,6 milhões) sem incluir o Brasil. Nessa mesma relação há um aumento no PIB do Mercouro da ordem de 3,47%, porém não conseguindo ultrapassar o aumento que é gerado no PIB na formação do Mercoeuro (4,01%), sem a inclusão do Brasil. Estes resultados vão ao encontro do trabalho de Gonçalves, De Lima e Teixeira (2014).

Assim, é mais benéfico para os demais integrantes do Mercoeuro a exclusão da participação brasileira, uma vez que o Brasil atrai grande parcela dos investimentos e exportações do bloco (MDIC, 2017b).

Tabela 10 - Mudanças no bem-estar e Produto Interno Bruto do acordo Mercoeuro

	Cenário 1		Cenário 2	
Regiões	Mudanças no bem-estar dos consumidores (ev*)	Mudanças no Produto Interno Bruto (vgdp)	Mudanças no bem-estar dos consumidores (ev*)	Mudanças no Produto Interno Bruto (vgdp)
	Δ US$ milhões	Δ % PIB	Δ US$ milhões	Δ % PIB
BRA	-106,56	-0,03	-7.385,39	-3,38
Mercoeuro	1.332,44	0,03	136.995,30	4,01
RDM	-1.340,15	-0,01	-127.387,00	-2,53

Fonte: Resultados da pesquisa.

No cenário 2, apresentam-se os resultados da eliminação de tarifas de importação, subsídios à exportação e à produção entre as economias do Mercoeuro. A proposta de liberalização de comércio entre os membros do acordo gera perdas de bem-estar em todas as regiões extrabloco.

As perdas de bem-estar para o Brasil são de US$ 7.385,39 milhões e para o resto do mundo de US$ 127.387,00 milhões. Apesar disso, somados os efeitos do Brasil e do resto do mundo em milhões de dólares (-7.385,39 -127.387,00 = -134.772,39 milhões), para representar o mundo extra Mercoeuro, percebe-se um impacto global positivo (136.995,30 - 134.772,39 = 2.222,91 milhões) no comércio mundial, em relação ao equilíbrio inicial.

As perdas de bem-estar no Brasil e resto do mundo ocorrem principalmente devido às alterações nos preços relativos dos produtos no comércio internacional, como consequência da formação do Mercoeuro. Os preços intrabloco tendem a diminuir com a diminuição e/ou eliminação de barreiras tarifárias entre países integrantes do acordo, o que pode estar estimulando o desvio de comércio global.

Ainda no cenário 2, sugere-se que a eliminação de subsídios agrícolas à produção e à exportação entre o comércio entre integrantes do Mercoeuro aumenta a competitividade dos membros do acordo, bem como o desvio de comércio mundial, acarretando uma retração contínua das economias extrabloco (GURGEL; BITENCOURT; TEIXEIRA, 2002).

Por outro lado, os impactos da liberalização comercial do Mercoeuro sobre o PIB do Brasil são significativos, apresentando uma redução de 3,38%, conforme a Tabela 10. Essa perda ocorre, principalmente, devido à maior ineficiência na combinação dos insumos e aumento no desvio de comércio global, em detrimento do crescimento econômico intrabloco. Assim, as economias participantes do acordo Mercoeuro direcionam parte do seu fluxo comercial para membros do acordo, e diminuem as importações do Brasil e do resto do mundo.

Os resultados em termos de variação no valor de produção, exportação, importação e preços domésticos para o caso de eliminação das barreiras tarifárias entre membros do Mercoeuro, cenário 1, são apresentados na Tabela 11. Os resultados positivos são interpretados como ganhos de eficiência econômica. Em contrapartida, os valores negativos, na maioria dos casos, indicam que a produção passou a ser menos rentável, menos eficiente, alocando os recursos em outras atividades.

Tabela 11 - Mudanças na quantidade produzida (qo), exportações (vxwfob), importações (viwcif) e nos preços domésticos (pm) brasileiros do acordo Mercoeuro no cenário 1 e 2 - em variações percentuais ($\Delta\%$)

Cenário 1				
Setor	Quantidade Produzida (qo)	Valor das Exportações (vxwfob)	Valor das Importações (viwcif)	Preços Domésticos (pm)
Primário	-0,03	-0,24	-0,14	-0,04
Baixa e média-baixa	0,03	0,08	-0,05	-0,03
Média-alta e alta	0,01	0,01	-0,07	-0,02
Serviços	0,00	0,09	-0,07	-0,03
Cenário 2				
Setor	Quantidade Produzida (qo)	Valor das Exportações (vxwfob)	Valor das Importações (viwcif)	Preços Domésticos (pm)
Primário	2,26	7,1	-7,81	-2,58
Baixa e média-baixa	0,68	-0,63	-3,93	-3,03
Média-alta e alta	0,99	8,21	-6,72	-2,99
Serviços	-0,43	8,48	-7,15	-3,28

Fonte: Resultados da pesquisa.

Dessa forma, é possível verificar que, os impactos econômicos nas regiões extrabloco são negativos, prejudicando a produção brasileira no setor primário, embora ocorra benefício nas produções da indústria com intensidade tecnológica baixa e média-baixa, média-alta e alta. Os preços dos produtos intrabloco são reduzidos devido à queda de barreiras comerciais, tornando os preços dos produtos extrabloco, como no caso brasileiro, menos competitivos.

Neste sentido, há criação de comércio intrabloco e desvio de comércio com os não integrantes do acordo, como o Brasil. A redução da demanda por produtos brasileiros, por meio de importações, provoca uma queda dos preços domésticos.

A redução de importações também está atrelada a redução da geração de divisas do setor primário. Porém, o aumento da quantidade produzida do setor industrial é justificado pela demanda interna destes itens (PINTO, 2000; FONSECA, 2000; DE PAIVA, 2006).

Os setores primários (11,88% do total mundial) e de média-alta e alta intensidade tecnológica (11,73% do total mundial) apresentaram, de forma geral, as maiores tarifas de importação entre os membros do Mercoeuro. A formação da área, com a eliminação das barreiras tarifárias, aumenta o comércio intrabloco em 14,77% e reduz o comércio com os demais países, como no caso do Brasil, em 10,78%. Além disso, há redução nas importações mundiais em 166,96% (AGUIAR; MCDOUGALL; NARAYANAN, 2012).

Assim, após serem eliminadas as tarifas, mediante a formação do acordo, têm-se o aumento nas importações intrabloco do Mercoeuro desses setores. As importações do Mercoeuro do setor primário brasileiro teriam uma redução em 4,80%. Apesar disso, os setores brasileiros da indústria de intensidade baixa e média-baixa e média-alta e alta tecnologia são pouco beneficiados, com um aumento das importações do Mercoeuro de 5,37% e 0,94%, respectivamente (AGUIAR; MCDOUGALL; NARAYANAN, 2012).

No cenário 1, os valores dos fluxos de importações brasileiras foram negativos e relativamente com menor intensidade em relação ao cenário 2. Porém, é importante ressaltar que, de forma geral, não foram suficientes para tornar a variação no PIB brasileiro positiva, uma vez que a diminuição na quantidade importada não é acompanhada por um aumento na produção e exportação, o que engendra a redução no PIB do Brasil.

Esse comportamento está relacionado à desaceleração no dinamismo das economias extrabloco, pois ao se produzir menos riquezas, gera-se menos renda, o que diminui o consumo externo do Brasil (SILVA, 2016b). Os resultados dos impactos do Mercoeuro no setor primário brasileiro, obtidos nesta pesquisa, corroboraram com a pesquisa de Gurgel, Bitencourt e Teixeira (2002).

Ainda de acordo com a Tabela 11, no cenário 2, verificam-se para a maioria dos setores brasileiros, que os efeitos na produção seriam positivos, a saber: primário; baixa e média-baixa; média-alta e alta intensidade tecnológica.

Esse fato sugere que a existência de blocos comerciais na conjuntura de comércio internacional favorece os setores em que o Brasil apresenta vantagens comparativas na sua produção e exportação. Fato importante para isso é a redução dos subsídios à produção e exportação entre os principais países integrantes do acordo nesses setores, principalmente pela PAC da UE.

Com isso, os produtos dos setores primário e secundário brasileiro se tornam mais competitivos em relação a países integrantes do Mercoeuro, uma vez que se pressupõe que a eliminação de subsídios intrabloco provoque aumento dos preços relativos em produtos não competitivos, produzidos entre membros do Mercoeuro.

Além disso, a redução nos preços domésticos do Brasil incentiva a exportações do país, uma vez que os preços externos podem se tornar superiores. Esse resultado vai ao encontro do resultado alcançado por Waquil et al. (2015); Bruno, Azevedo e Massuquetti (2012); Schunke e Azevedo (2016), os quais analisaram a relação entre as barreiras comerciais no Mercosul, na União Europeia e na economia brasileira, e constataram que as exportações brasileiras seriam beneficiadas caso houvesse uma redução no subsídios para produção do setor primário e secundário nesses blocos.

Conforme a Tabela 12, percebe-se que o Mercoeuro importa grande quantidade dos produtos brasileiros, a saber: primário (26,80%), baixa e média-baixa (23,00%), média-alta e alta intensidade tecnológica (51,00%) e serviços (25,10%).

Tabela 12 - Parcela das exportações brasileiras destinadas ao Mercoeuro

Setor	Mercoeuro (%)	RDM (%)
Primário	26,80	73,20
Baixa e média-baixa	23,00	77,00
Média-alta e alta	51,00	49,00
Serviços	25,10	74,90
Total	29,60	70,40

Fonte: Resultados da pesquisa.

O setor com intensidade tecnológica média-alta e alta apresenta o principal resultado positivo nas exportações brasileiras, corroborando com o ganho de competitividade desses setores, frente a transformações comerciais de ordem mundial. É possível sugerir aumento dos fluxos comerciais da indústria automobilística. De acordo com a Tabela 12, 70,40% das exportações brasileiras são destinadas a outras regiões, principalmente para a China e os EUA (GOVERNO DO BRASIL, 2018).

A eliminação dos subsídios entre membros do acordo Mercoeuro beneficia não somente os integrantes do acordo, mas a economia global, ou seja, qualquer concorrente direto de seus produtos.

Na União Europeia, o subsídio à indústria automobilística em Portugal e Espanha tem estimulado o setor, favorecendo a produção e venda intrabloco (União Europeia) em detrimento de veículos importados fora do bloco (HANCKÉ, 2000; STANFORD, 2017; PAVLÍNEK, 2017; DE MELO; TARR, 2017).

Assim, uma queda dos subsídios de produção nos países do acordo Mercoeuro faz com que os produtos brasileiros se tornem mais competitivos em razão de sua estrutura cambial promover as exportações.

Convém destacar que o cenário 2 provoca maiores impactos na estrutura produtiva e comercial dos setores de intensidade tecnológica baixa e média-baixa, média-alta e alta brasileiros, quando comparado ao cenário 1, devido à redução de barreiras tarifárias entre os integrantes do Mercoeuro. O segundo cenário traz maiores alterações nas políticas dos países integrantes do acordo, como nos subsídios à produção e à exportação, principalmente, nos setores agrícola e automobilístico da União Europeia.

6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comércio internacional promove a troca de bens e serviços entre os diferentes países e regiões, buscando a máxima eficiência econômica. Diferentes regiões possuem dotações, naturais ou adquiridas de fatores produtivos, os quais são essenciais na produção de diversos setores. As regiões que apresentam vantagem em exportar determinados produtos se especializam e importam de outras regiões os demais itens em que não apresentam vantagens.

Por meio do processo de globalização, as trocas comerciais ampliaram-se a partir da maior conexão entre os diferentes países. A interligação entre as economias torna possível que um mesmo item tenha componentes de diferentes origens, por meio das cadeias globais de valor.

Neste sentido, a integração econômica desenvolve um papel estratégico nas economias nacionais e mundiais. As relações comerciais entre os países podem prover ganhos de bem-estar para os consumidores, aumentar a quantidade produzida, ampliar os fluxos comerciais, promover crescimento econômico e desenvolvimento.

A ampliação dos níveis de renda está estreitamente relacionada ao estágio de industrialização no qual um país enfrenta. No Brasil, diversas políticas industriais foram implementadas com o intuito de fomentar o setor industrial.

A indústria de transformação brasileira, apesar da promoção de algumas políticas, vem apresentando redução na participação da economia, devido, principalmente, a ampliação de custos industriais, tais como o de energia, capital de giro, pessoal, produção e tributário. Além disso, a crescente absorção de produtos industriais chineses, os quais são produzidos com menores custos, influencia na produção nacional destes itens.

A perda de competitividade da indústria nacional frente a integração econômica, e discussão da consolidação de diversos acordos econômicos, tais como o TPP, TTIP e Mercoeuro foi o objeto de análise deste trabalho.

Neste sentido, buscou-se analisar o impacto no setor industrial brasileiro da consolidação dos acordos regionais de comércio, a partir dos setores primário, de baixa e média-baixa, alta e média-alta intensidade tecnológica, e de serviços.

Para isso foram realizadas duas simulações. A primeira que pressupõe a liberalização de tarifas de importação entre os países membros e a segunda que compreende a liberalização de tarifas de importação e de subsídios à produção e a exportação dos integrantes do acordo.

Este trabalho foi elaborado com o intuito de responder os seguintes objetivos: analisar os impactos dos acordos regionais nos fluxos comerciais do setor industrial brasileiro; mensurar os efeitos dos acordos regionais na quantidade produzida e nos preços domésticos do setor industrial brasileiro e analisar os impactos nos níveis de bem-estar e PIB, utilizando-se do modelo GTAP.

A partir da formação do TPP, TTIP e do Mercoeuro, no primeiro cenário, foi possível identificar que os impactos econômicos na indústria brasileira, de baixa e média-baixa; média-alta e alta intensidade tecnológica, são relativamente pequenos (variam entre -0,46% a 0,24%).

Tanto no primeiro, quanto no segundo cenário, há perdas de bem-estar dos consumidores e de PIB, revelando que estes acordos são prejudiciais para a economia como um todo. Neste sentido, há criação de comércio nas economias intrabloco e desvio de comércio com as demais regiões, como o Brasil.

No segundo cenário, os ganhos de competitividade para a economia brasileira são relativamente maiores (variam entre 0,62% a 11,10%), uma vez que os subsídios são levantes nas relações econômicas internacionais, principalmente no que diz respeito a PAC, Farm Bill e The Cash for Clunkers program.

O setor industrial brasileiro é beneficiado, principalmente, nos setores automobilístico e de veículos aéreos. A formação do TPP pode promover a aproximação do setor industrial automobilístico do eixo nipo-mexicano, em detrimento dos produtos norte-americanos. A consolidação do TTIP e do Mercoeuro altera o subsidio a indústria automobilística nos EUA, pelo The Cash for Clunkers program , e em Portugal e Espanha.

O setor aeronáutico é afetado por meio da consolidação do TTIP, uma vez que este é o principal setor exportador brasileiro para os EUA. O TTIP promove o deslocamento dos fatores produtivos intra TTIP, resultando em maior demanda do bem brasileiro.

Em suma, a consolidação de todos os acordos comerciais analisados é prejudicial para o país em termos de bem-estar dos consumidores e de PIB. No entanto, alguns setores industriais de baixa e média-baixa e média-alta e alta intensidade tecnológica são beneficiados com ganhos de eficiência econômica. Os impactos são maiores na medida em que se retiram subsídios.

Além disso, a consolidação dos acordos por meio da eliminação de tarifas de importação não gera impactos significativos na estrutura produtiva brasileira, visto que estas tarifas são geralmente baixas.

Entre os três acordos analisados, observa-se que o TTIP seria o mais benéfico para a indústria brasileira, principalmente no setor de média-alta e alta intensidade tecnológica, como o automobilístico.

Pode-se destacar como limitações do trabalho, a agregação por intensidade tecnológica, a qual retira certo grau de detalhamento da análise e o fato do modelo utilizar uma amostra dos anos de 2004, 2007 e 2011, sendo que os últimos dados estavam inseridos em um cenário de crise econômica. Além disso, o trabalho realiza uma análise agregada, por país e bloco, e não por macrorregiões.

A partir deste estudo, algumas questões podem ser analisadas, tais como o impacto da consolidação de acordos comerciais em diferentes regiões brasileiras e os impactos destes acordos nas finanças públicas regionais e nacionais. Estas são questões que devem permear a pauta de formuladores de políticas públicas e de pesquisadores da área.

REFERÊNCIAS
E
APÊNDICES

REFERÊNCIAS

[1] AMICO, F. Crecimiento, distribución y restricción externa en Argentina. Revista argentina de economia-Circus, n. 5, p. 31-80, 2013.

[2] ARBACHE, J. O Brasil está na direção certa? Revista Interesse Nacional, n. 20, jan. 2013.

[3] ABREU, S.; FLORÊNCIO, L. Trajetória do Mercosul e mudança de paradigmas e de posições da política externa brasileira: começo virtuoso e crise recente – possíveis interpretações. Texto para discussão IPEA, n. 2125, ago., 2015.

[4] AGÊNCIA BRASIL. Recessão no Brasil deve continuar em 2017, diz OCDE. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-06/recessao-no-brasil-deve-continuar-em-2017-diz-ocde>. Acesso em: 01 jun. 2016.

[5] AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL- ABDI. Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.abdi.com.br/Paginas/politica_industrial.aspx>. Acesso em: 10 abr. 2017a.

[6] AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL- ABDI. Brasil Maior. Disponível em: <http://www.abdi.com.br/paginas/pdp.aspx>. Acesso em: 10 abr. 2017b.

[7] AGUIAR, A.; MCDOUGALL, R.; NARAYANAN, B. Global trade, Assistance, and production: the GTAP 8 data base. Center for Global Trade Analysis, Purdue University, 2012.

[8] ALESINA, A.; SPOLAORE, E.; WACZIARG, R. Economic Integration and Political Disintegration. The American Economic Review, v. 90, n. 5, Dec., 2000.

[9] ALMEIDA, P. R. As relações econômicas internacionais do Brasil dos anos 1950 aos 80. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 50, n. 2, p. 60-79, 2007.

[10] ALMEIDA, P. R. Uma história do Mercosul (1): do nascimento à crise. Revista espaço acadêmico, n. 199, abr., 2011.
AMARAL, G. G.; MATTOS, T. C. L. A Parceria Trans-Pacífico como uma estratégia de contenção da China. Revista Aurora, v. 7, n. 1, p. 111-134, 2013.

[11] ANDREONI, A. Variedades de política industrial: modelos, pacotes e ciclos de transformação. In: STIGLITZ, J. E.; NOMAN, A. (Org.). Efficiency, Finance, and Varieties of Industrial Policy: guiding resources, learning and technology for sustained growth. New York: Columbia University Press, 2016.

[12] ARAÚJO, E.; GALA, P. Regimes de crescimento econômico no Brasil: evidências empíricas e implicações de política. Estudos avançados, v. 26, n. 75, p. 41-56, 2012.

[13] ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS – ASEAN. About. Disponível em: <http://www.asean2017.ph/about-asean/>. Acesso em: 20 jan. 2018.

[14] ASIAN DEVELOPMENT BANK- ADB. Asian Economic Integration Report 2016: what drives foreign direct investment in Asia and the Pacific? Mandaluyong City: Asian Development Bank, 2016.

[15] ALVARENGA, G. V.; ALVES, P. F.; SANTOS, C. F.; DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R.; PASSOS, M. C. Políticas anticíclicas na indústria automobilística: uma análise de cointegração dos impactos da redução do IPI sobre as vendas de veículos. Texto para discussão IPEA, n. 1512, 2010.

[16] AVELLAR, A. P. M.; DAMASCENO, A. O.; CARVALHO, L. Panorama da indústria brasileira nos anos 2000. In: VIEIRA, F. V. Indústria, crescimento e desenvolvimento. Campinas: Editora Alínea, 2014.

[17] AZEVEDO, A. F. Z.; FEIJÓ, F. T. Análise empírica do impacto econômico da ALCA e da consolidação do Mercosul sobre o Brasil. Economia, v. 36, n. 2, p. 119-149, maio/ago., 2010.

[18] BALDWIN, R. E.; VENABLES, A. J. Regional economic integration. Graduate Institute of International Studies, Aug., 2004.

[19] BANCO MUNDIAL. Dados. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/pais/brasil>. Acesso em: 09 mar. 2017.

[20] BANDARA, J. S. Computable general equilibrium models for development policy analysis in LDS. Journal of Economic Surveys, v. 5, n. 1, 1991.

[21] BENEDICTIS, L.; TAJOLI, L. The World Trade Network. World Economy, v. 34, n. 8, p. 1417-1454, 2011.

[22] BHAGWATI, J. Termites in the trading system: How preferential agreements undermine free trade. [s.l.] Oxford University Press, 2008.

[23] BHAGWATI, J. N. US trade policy: The infatuation with FTAs. [s.l.] Columbia University, Department of Economics, 1995.

[24] BHAGWATI, J.; PANAGARIYA, A. Preferential Trading Areas and Multilateralism: Strangers, Friends or Foes? The Economics of Preferential Trade Agreements - AEI Press, 1996.

[25] BOTELHO, A. Reestruturação produtiva e produção do espaço: o caso da indústria automobilística instalada no Brasil. Revista do Departamento de Geografia da USP, n. 15, p. 55–64, 2011.

[26] BRAGA, M. B. Integração Econômica Regional na América Latina: Uma interpretação das Contribuições da CEPAL. Cadernos PROLAM/USP, v. 1, n. 1, p. 9-30, 2002.

[27] BRESSER-PEREIRA, L.C. A tendência à sobreapreciação da taxa de câmbio. Econômica, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 7-30, jun. 2009.

[28] BRESSER-PEREIRA, L.C. Desindustrialização e câmbio. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Papers/Interviews/2010/10.09.Entrevista_Bresser-NI.pdf>. Acesso em: 14 out. 2010a.

[29] BRESSER-PEREIRA, L.C. Doença Holandesa e Indústria. São Paulo: FGV Editora, 2010b.

[30] BRUNO, F. M. R.; AZEVEDO, A. F. Z.; MASSUQUETTI, A. Os subsídios à agricultura no comércio internacional: as políticas da União Europeia e dos Estados Unidos da América. Ciência Rural, v.42, n.4, abr., 2012.

[31] CARLEIAL, L.; CRUZ, B. A hora e a vez do desenvolvimento regional brasileiro: uma proposta de longo prazo. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15089>. Acesso em: 15 out. 2016.

[32] CAVALCANTE, J.; MERCENIER, J. Uma avaliação dos ganhos dinâmicos do Mercosul usando equilíbrio geral. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 29, n. 2, p. 153-184, ago., 1999.

[33] CAVALCANTI, M. Conhecimento e desigualdade. Trabalho e Sociedade, ano 2, n. especial, dez. Rio de Janeiro: IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2002.

[34] CHAND, S. General Equilibrium in Economics: Meaning, Assumptions, Working and Limitations. Disponível em: <http://www.yourarticlelibrary.com/economics/general-equilibrium-in-economics-meaning-assumptions-working-and-limitations/28937/>. Acesso em: 12 set. 2017.

[35] CIEŚLIK, A.; HAGEMEJER, J. The Effectiveness of Preferential Trade Liberalization in Central and Eastern Europe. Working Papers- University of Warsaw, n. 21, 2011.

[36] COMISSÃO EUROPEIA. TTIP: UE e EUA publicam avaliação dos progressos alcançados. Disponível em: < http://europa.eu/rapid/press-release_IP-17-49_pt.htm >. Acesso em: 04 set. 2017.

[37] CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. Mapa estratégico da indústria 2013-2022. 2. ed. – Brasília: CNI, 137 p, 2013.

[38] CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA- CNI. Indústria brasileira perde competitividade há uma década. Informativo CNI, v. 1, n. 1, jan., 2015.

[39] CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA- CNI. A indústria em números, p. 1-8, dez. 2016.

[40] CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA- CNI. Manufatura avançada transforma indústria mundial. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/agenciacni/noticias/2017/06/manufatura-avancada-transforma-industria-mundial/>. Acesso em: 29 dez. 2017a.

[41] CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA- CNI. Indicadores CNI. Disponível em: <http://www6.sistemaindustria.org.br/gpc/externo/estatisticaAcessoSistemaExterno.faces>. Acesso em: 05 abr. 2017b.

[42] CONGRESSO NACIONAL. Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Disponível em: <http://www.camara.leg.br/mercosul/blocos/ASEAN.htm>. Acesso em: 20 jan. 2018a.

[43] CONGRESSO NACIONAL. Globalização e integração. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/mercosul/blocos/introd.htm>. Acesso em: 23 jan. 2018.

[44] CONTINI, E. Agricultura e política agrícola comum da União Europeia. Revista de Política Agrícola, an. XIII, n. 1, jan./fev./mar., 2004.

[45] CORONEL, D. A. O Processo de Substituição de Importações. Revista de Economia Política, v. 30, n. 2, abr./jun., 2010a.

[46] CORONEL, D. A. Impactos da Política de Desenvolvimento Produtivo na economia brasileira. 2010. 121 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2010.

[47] COUTINHO, L. FERRAZ, J. C. Estudo da competitividade da indústria brasileira. Campinas: Papirus Editora, 1995.

[48] COUTINHO, M.; HOFFMANN, A. R.; KFURI, R. Raio X da Integração Regional. Estudos e Cenários, p. 1-58, maio, 2007.

[49] COZENDEY, C. M. B.; GURGEL, I. M. A Parceria Transpacífico e suas consequências para o Brasil: uma aproximação preliminar. Cadernos de Política Exterior, an. II, n. 3, p. 141-157, 2016.

[50] CURY, S. Modelo de equilíbrio geral para simulação de políticas de distribuição de renda e crescimento no Brasil. 1998. 269 p. Tese (Doutorado em Economia de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, 1998.

[51] CURZEL, R. Integração regional e liberalização comercial: uma análise para o Mercosul com um modelo aplicado de equilíbrio geral. 2007. 130 p. Tese (Doutorado em Integração da América Latina)- Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

[52] DE CONTI, B.; BLIKSTAD, N. Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que querem que sejamos e o que queremos ser. Texto para Discussão Unicamp- IE, n. 292, p. 1-33, abr. 2017.

[53] DE LIMA, C. Z.; GONCALVES, M. F.; TEIXEIRA, E. C. Impacts of a trade liberalization agreement between the United States and the European Union on Brazilian Agribusiness. In: 5th Regional Meeting: Public Policy Analysis with Computable General Equilibrium Models, 2014, Bogota. Anais... Bogota: 5th Regional Meeting: Public Policy Analysis with Computable General Equilibrium Models, v. 1, 2014.

[54] DE MELO, J.; TARR, D. Industrial policy in the presence of wage distortions: the case of the US auto and steel industries. In: Trade Policies for Development and Transition, p. 575-593, 2017.

[55] DE PAIVA, S. C. F. Estratégias de politica industrial e desenvolvimento econômico: ideias e ideais de Fernando Fajnzylber para a América Latina. Tese (Doutorado em Economia Aplicada)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

[56] DIAO, X.; SOMWARU, A. An Inquiry on General Equilibrium Effects of MERCOSUR—An Intertemporal World Model. Journal of Policy Modeling, v. 22, n. 5, p. 557–588, Sept., 2000.

[57] DOMINGUES, E. P.; HADDAD, E. A.; HEWINGS, G. Sensitivity analysis in applied general equilibrium models: An empirical assessment for MERCOSUR free trade areas agréments. The Quarterly Review of Economics and Finance, v. 48, n. 2, p. 287-306, May, 2008.

[58] DONGES, J. B.; FREYTAG, A.; ZIMMERMANN, R. TAFTA: Assuring its Compatibility with Global Free Trade. The World Economy, v. 20, n. 5, Aug. 1997.

[59] DREHER, A. Does globalization affect growth? Evidence from a new index of globalization. Applied Economics, v. 38, n. 10, p. 1091-1110, 2006.

[60] EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO- EBC. Países da Parceria Transpacífico se articulam para manter tratado sem os EUA. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-01/paises-da-parceria-transpacifico-tpp-se-articulam-para-manter-o>. Acesso em: 01 maio 2017a.

[61] EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO- EBC. EUA, Japão e mais 10 países assinam acordo histórico de livre comércio. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-10/tratado-transpacifico-de-livre-comercio-e-assinado-por-12-paises>. Acesso em: 04 maio 2017b.

[62] EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO- EBC. Mercosul convoca reunião de emergência para discutir situação da Venezuela. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-03/mercosul-convoca-reuniao-de-emergencia-para-discutir-situacao-da>. Acesso em: 19 jun. 2017c.

[63] EUROPA. Sobre a U.E, a União Europeia. Disponível em: <https://europa.eu/european-union/about-eu/eu-in-brief_pt>. Acesso em: 02 fev. 2017a.

[64] EUROPA. Sobre a U.E, a economia. Disponível em: <https://europa.eu/european-union/about-eu/figures/economy_pt>. Acesso em: 29 abr. 2017b.

[65] FEDERAL RESERVE BANK- FRED. Database. Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/series/PRINTO01CNA663N>. Acesso em: 18 Dec. 2017.

[66] FEIJÓ, F. T.; STEFFENS, C. Comércio internacional, alocação do trabalho e a questão da

[67] desindustrialização no Brasil: uma abordagem utilizando Equilíbrio Geral Computável. Revista de Economia Contemporânea, v. 19, n. 1, p. 135-161, jan./abr., 2015.

[68] FELBERMAYR, G.; HEID, B.; LEHWALD, S. Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP): who benefits from a free trade deal? Global Economic Dynamics, June, 2013.

[69] FERRAZ, J. C.; DE PAULA, G. M.; KUPFER, D. Política Industrial. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Orgs.). Economia industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

[70] FIGUEIREDO, A. M. R.; FERREIRA, A.V.; TEIXEIRA, E. C. Impactos da Integração Econômica nas Commodities da Economia Brasileira e da União Européia. Revista Brasileira de Economia, v. 55, n. 1, jan./mar., 2001.

[71] FOCHEZATTO, A. Construção de um Modelo de Equilíbrio Geral Computável Regional: aplicação ao Rio Grande do Sul. Texto para discussão IPEA, n. 944, abr., 2003.

[72] FOCHEZATTO, A. Modelos de equilíbrio geral aplicados na análise de políticas fiscais: uma revisão de literatura. Análise (PUCRS), Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 113-136, 2005.

[73] FONSECA, P. C. D. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. Revista Brasileira de Economia, v. 54, n. 3, jul./set. 2000.

[74] FONSECA, P. C. D. O Processo de Substituição de Importações. In: REGO, J. M.; MARQUES, R. M. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003.

[75] FRIEDMAN, M. Capitalism and freedom. [s.l.] University of Chicago press, 2009.

[76] FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL- FMI. Estátisticas. Disponível em: <http://www.imf.org/external/index.htm>. Acesso em: 5 dez. 2017.

[77] GADELHA, C. A. G. Política industrial, desenvolvimento e os grandes desafios nacionais. In: Lastres, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; LAPLANE, G.; SARTI, F. (Orgs.). O futuro do desenvolvimento. Campinas: UNICAMP, IE, 2016.

[78] GALA, P. Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/Contraponto, 2017.

[79] GARCÍA, F.; GRIGONYTE, I.; OLIVER, J. Trade relationship analysis among EU members by means of cluster analysis. In: 1st International Conference on Business Management, 2015, Valência. Anais... Valência: 1st International Conference on Business Management. Disponível em: <http://ocs.editorial.upv.es/index.php/ICBM/1ICBM/paper/view/1313/719>. Acesso em: 10 dez., 2015.

[80] GEISMER, L. Life after the Great Industrial Extinction: Remaking the Rust Belt: The Postindustrial Transformation of North America and From Steel to Slots: Casino Capitalism in the Postindustrial City. In: New Labor Forum. Sage CA: Los Angeles, CA: SAGE Publications, p. 106-110, 2017.

[81] GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. The governance of global value chains. Review of International Political Economy, v. 12, n. 1, Feb, p. 78–104, 2005.

[82] GLOBAL TRADE ANALYSIS PROJECT- GTAP. GTAP Models. Disponível em: <https://www.gtap.agecon.purdue.edu/models/cge_gtap_n.asp>. Acesso em: 22 abr. 2017a.

[83] GLOBAL TRADE ANALYSIS PROJECT- GTAP. About GTAP. Disponível em: <https://www.gtap.agecon.purdue.edu/>. Acesso em: 22 abr. 2017b.

[84] GONÇALVES, M. F.; DE LIMA, C. Z.; TEIXEIRA, E. C. A criação do Mercoeuro e seus efeitos no bem-estar, PIB e comércio dos países membros: uma aplicação de equilíbrio geral. In: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 2014, Goiânia. Anais ... Goiânia: SOBER, 2014.

[85] GOVERNO DO BRASIL. China lidera ranking de maiores compradores do Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/06/china-lidera-ranking-de-maiores-compradores-do-brasil>. Acesso em: 23 jan. 2018.

[86] GRÄF, C. O.; AZEVEDO, A. F. Z. Comércio bilateral entre os países membros do Mercosul: uma visão do bloco através do modelo gravitacional. Economia Aplicada, v.17, n.1, jan./mar., 2013.

[87] GRAMS, J. C.; CYPRIANO, L. A.; CORONEL, D. A.; MARTINS, R. S. Competitividade das Exportações da Indústria Automobilística Brasileira: uma análise Constant-Market-Share. Desenvolvimento em Questão, an. 11, n. 23, maio/ago., 2013.

[88] GURGEL, A. C.; BITENCOURT, M. B.; TEIXEIRA, E. C. Impactos dos Acordos de Liberalização Comercial Alca e Mercoeuro sobre os Países Membros. Revista Brasileira de Economia, v. 56, n. 2, p. 335- 369, abr./jun., 2002.

[89] GURGEL, A..; CAMPOS, A. C. Impactos da Alca sobre o agronegócio brasileiro na presença de economias de escala e competição imperfeita. Pesquisa e Planejamento Econômico, v.33, n.3, dez., 2003.

[90] HADDAD, E. A.; DOMINGUES, E. P.; PEROBELLI, F. S. Regional effects of economic integration: the case of Brazil. Journal of Policy Modeling, v. 24, n. 5, p. 453-482, Aug., 2002.

[91] HANCKÉ, B. European works councils and industrial restructuring in the European motor industry. European Journal of Industrial Relations, v. 6, n. 1, p. 35-59, 2000.

[92] HERTEL,T.W.; TSIGAS, M. E. Structure of GTAP. In: HERTEL, T. W. (Ed.). Global trade analysis: modeling and applications. New York: Cambridge University Press, p. 13-73, 1997.

[93] HIRATUKA, C. Inserção comercial brasileira frente às transformações na economia global: desafios pós-crise. In: BARBOSA, N.; MARCONI, N.; PINHEIRO, M. C.; CARVALHO, L. (Orgs.). Indústria e desenvolvimento produtivo no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier- FGV, 2015.

[94] INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS- IBRE FGV. Medidas de estímulo à economia podem ser válidas, mas todo cuidado é pouco. Disponível em: <http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageId=4028818B379EFC9401379FA912825D74&contentId=8A7C82C5593FD36B0159886B8DC1622C>. Acesso em: 04 mar. 2017.

[95] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Séries históricas e estatísticas. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=8&de=27 >. Acesso em: 05 abr. 2017.

[96] INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL –IEDI. Brasil na indústria mundial: 11a posição. 2015. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20150731_industria.html>. Acesso em: 08 jan. 2018.

[97] INTERNATIONAL CENTRE FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENTE- ICTSD. Trans-Pacific Partnership pact clinched, fisheries subsidies cuts targeted. Disponível em: <https://www.ictsd.org/bridges-news/biores/news/trans-pacific-partnership-pact-clinched-fisheries-subsidies-cuts-targeted>. Acesso em: 20 dez., 2017.

[98] IRWIN, D. A. Against the tide: an intellectual history of free trade. Princeton: Princeton University Press, 1998.

[99] JOHNSON, R.; MONKE, J. What Is the Farm Bill? Congressional Research Service, p. 16, Oct., 2017.

[100] KALDOR N. Causes of the Slow Rate of Economic Growth of the United Kingdom. London: Cambridge University Press, 1966.

[101] KALEMLI-OZCAN, S.; SORENSEN, B. E.; YOSHA, O. Economic integration, industrial specialization, and the asymmetry of macroeconomic fluctuations. Journal of International Economics, n. 55, p. 107–137, 2001.

[102] KILSTAJN, S. O acordo de Bretton Woods e a evidência histórica: o sistema financeiro internacional no pós-guerra. Revista de Economia Política, v. 9, n. 4, p. 88-100, out./dez., 1989.

[103] KUPFER, D. Em busca do setor ausente. In: SICSÚ, J.; PINHEIRO, A. C. (Orgs.). Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ipea, p. 211-222, junho, 2009.

[104] LACERDA, A. C. Políticas macroeconômicas para o desenvolvimento brasileiro. In: Lastres, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; LAPLANE, G.; SARTI, F. (Orgs.). O futuro do desenvolvimento. Campinas: UNICAMP, IE, 2016.

[105] LAPLANE, M. F. Inovação, competitividade e reindustrialização no Brasil pós-crise. In: BARBOSA, N.; MARCONI, N.; PINHEIRO, M. C.; CARVALHO, L. (Orgs.). Indústria e desenvolvimento produtivo no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier- FGV, 2015.

[106] LEÃO, J. NOGUEIRA, G. O Acordo de Parceria Transatlântica entre a UE e os EUA constitui uma ameaça ou uma oportunidade para a Economia Portuguesa? Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE), n. 53, p. 1-24, 2014.

[107] LEE, T.; LEE, P. T. W. South-South trade liberalisation and shipping geography: a case study on India, Brazil, and South Africa. International Journal of Shipping and Transport Logistics, v. 4, n. 4, p. 323-338, 2012.

[108] LIMA, P. G. C. Evolução recente da indústria automotiva. Consultoria legislativa, set., 2016.

[109] MALAMUD, A. Regional Integration in Latin America: Comparative theories and institutions. Sociologia, Problemas e Práticas, n.44, p.135-154, 2004.

[110] MANSFIELD, E.D.; MILNER, H.V.; PEVEHOUSE, J.C. Democracy, veto players and the depth of regional integration. World Economy, v. 31, n. 1, p. 67-96, 2008.

[111] MEDEIROS, C. A. Inserção Externa, Crescimento e Padrões de Consumo na Economia Brasileira. Brasília: IPEA, 2015.

[112] MERCOSUL. Países do Mercosul. Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/v/7824/3/innova.front/paises-do-mercosul>. Acesso em: 28 jun. 2017a.

[113] MERCOSUL. Objetivos e Princípios. Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/v/6337/10/innova.front/objetivos-e-principios>. Acesso em: 28 jun. 2017b.

[114] MENDONÇA, H. F.; GALVÃO, D. J. C.; LOURES, R. F. V. Regulação e transparência: evidências a partir da crise do subprime. Economia Aplicada, v. 15, n. 1, jan./mar. 2011.

[115] MERCOSUL. En pocas palabras. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/>. Acesso em: 29 abr. 2017c.

[116] MIAN, A.; SUFI, A. The effects of fiscal stimulus: Evidence from the 2009 cash for clunkers program. The Quarterly journal of economics, v. 127, n. 3, p. 1107-1142, 2012.

[117] MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS- MDIC. Serviços: panorama do comércio internacional. 2015. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITORIO/scs/decin/Estat%C3%ADsticas_de_Com%C3%A9rcio_Exterior/2015/Panorama_Oficial_2015_-_Com_Capa.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2018.

[118] MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS- MDIC. Alice Web. Disponível em: < http://aliceweb.mdic.gov.br/>. Acesso em: 09 mar. 2017a.

[119] MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS- MDIC. Balança comercial brasileira: Países e Blocos. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-mensal-2 >. Acesso em: 05 abr. 2017b.

[120] MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS- MDIC. Comex Vis: Principais Produtos Exportados. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-ppe?ppe=3718>. Acesso em: 20 dez. 2017c.

[121] MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES- MRE. 10ª Rodada de negociações Mercosul-UE: Comunicado Conjunto dos países do Mercosul e da União. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/tags/tag/mercosul-uniao-europeia>. Acesso em: 29 dez. 2017a.

[122] MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES- MRE. Brasil - Estados Unidos: Balança Comercial. Disponível em: <https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDEstadosUnidos.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017b.

[123] MONTE, E. Z.; TEIXEIRA, E. C. Impactos da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), com gradual desgravação tarifária, na economia brasileira. Nova economia, v. 17, n. 1, jan./abr., 2007.

[124] MORA, M. A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010. Texto para discussão IPEA, n. 2022, jan., 2015.

[125] MORETTO, L. G.; AZEVEDO, A. F. Z.; MASSUQUETTI, A.; TAMIOSSO, R. L. O. Integração comercial entre Brasil e China: será o fim das exportações brasileiras de produtos primários para o mercado chinês? In: Associação Nacional dos centros de Pós-Graduação em Economia- ANPEC SUL, 2017, Porto Alegre. Anais ... Porto Alegre: ANPEC SUL, 2017.

[126] MUKUNOKI, H. Preferential trade agreements and antidumping actions against members and nonmembers. 2016. Disponível em: <http://ir.ide.go.jp/dspace/handle/2344/1574>. Acesso em: 15 fev. 2016.

[127] NORTH AMERICAN FREE TRADE AGREEMENT- NAFTA. About NAFTA. Disponível em: <http://www.naftanow.org/agreement/default_en.asp>. Acesso em: 20 jan. 2018.

[128] NETHERLANDS BUREAU FOR ECONOMIC POLICY ANALYSIS. Data. Disponível em: <https://www.cpb.nl/en/figure/cpb-world-trade-monitor-october-2017>. Acesso em: 09 jan. 2018.

[129] OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. Revista de Economia Política, v. 30, n. 2, abr./jun., 2010.

[130] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS- ONU. Charter of the United Nations. Disponível em: < http://www.un.org/en/charter-united-nations/index.html>. Acesso em: 20 dez. 2017.

[131] ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO- OCDE. Agricultural Outlook. 1964. Disponível em: <http://www.stats.oecd.org/>. Acesso em: 4 maio 2017.

[132] OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. Revista de Economia Política, v. 30, n. 2 (118), p. 219-232, abr./jun., 2010.

[133] PALÁCIO DO PLANALTO. Mercosul é principal fonte de superávit comercial do Brasil. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/07/mercosul-e-principal-fonte-de-superavit-comercial-do-brasil>. Acesso em: 20 dez. 2017a.

[134] PALÁCIO DO PLANALTO. Principal parceiro comercial desde 2009, China amplia investimentos no Brasil. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/05/principal-parceiro-comercial-desde-2009-china-amplia-investimentos-no-brasil>. Acesso em: 21 jun. 2017b.

[135] PALÁCIO DO PLANALTO. 5ª maior economia do mundo e 295 milhões de pessoas: conheça mais sobre o Mercosul. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/07/5-maior-economia-do-mundo-e-295-milhoes-de-pessoas-conheca-mais-sobre-o-mercosul>. Acesso em: 29 abr. 2017c.

[136] PANAGARIYA, A. Preferential Trade Liberalization: The Traditional Theory and New Developments. Journal of Economic Literature, n. 38, v. 2, p. 287-331, 2000.

[137] PANZINI, F. S.; SPADANO, L. E. F. A.; ALVIM, E. F.; ROSAR, S. Políticas industriais e comerciais da China: sob a perspectiva das regras da OMC. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

[138] PARLAMENTO EUROPEU. Brexit: O desafio das relações entre a UE e o Reino Unido. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/priorities/20160701TST34439/20170509IPR73931/brexit-eurodeputados-saudam-unidade-dos-27-e-defendem-reforma-da-ue>. Acesso em: 04 set. 2017.

[139] PAVLÍNEK, P. Dependent Growth: Foreign Investment and the Development of the Automotive Industry in East-Central Europe. Economic Geography, p. 1-25, 2017.

[140] PEREIRA, L. V. O Efeito China nas exportações brasileiras em terceiros mercados: uma análise do Constant Market Share. Texto para discussão- IPEA, n. 2002, p.1-59, 2014.

[141] PINHEIRO, A. C. A justiça e o custo Brasil. Revista USP, n. 101, p. 141-158, mar./abr./maio, 2014.

[142] PINTO, A. Natureza e implicações da heterogeneidade estrutura da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos ao pensamento na CEPAL. RJ: Editora Record, 2000.

[143] PORTAL BRASILEIRO DE COMÉRCIO EXTERIOR- COMEX. Participação do Brasil no comércio mundial devera ficar pela primeira vez abaixo de 1%. Disponível em: <http://www.comexdobrasil.com/participacao-do-brasil-no-comercio-mundial-devera-ficar-pela-primeira-vez-abaixo-de-1/>. Acesso em: 05 mar. 2017.

[144] PORTAL DA INDÚSTRIA. Ranking dos estados. Disponível em: <http://perfilestados.portaldaindustria.com.br/ranking?cat=10&id=1506>. Acesso em: 06 jan. 2018.

[145] PORTUGAL, M.; AZEVEDO, A. Abertura comercial e política econômica no Plano Real, 1994-1999. Economia aberta--ensaios sobre fluxos de capitais, câmbio e exportações. Viçosa: UFV, 2000.

[146] REITZES, J. et al. Agricultural Trade Liberalization and Capital Flows in the Americas. GATT Research Paper, Dec. 1997.

[147] RICARDO, D. Princípios de Política Econômica e Taxação (1817). Os Economistas. São Paulo: Abril, 1983.

[148] RODRIK, D. How Far Will International Economic Integration Go? Journal of Economic Perspectives, v. 14, n. 1, p. 177-186, 2000.

[149] RODRIK, D. Industrial development: stylized facts and policies. Disponível em: <http://drodrik.scholar.harvard.edu/files/dani-rodrik/files/industrial-development.pdf>. Acesso em: 12 out. 2006.

[150] RODRIK, D. Premature deindustrialization. Journal of Economic Growth, v. 21, n. 1, p. 1-33, 2016.

[151] SAKURAMOTO, C. Y.; DI SERIO, L. C. Indústria automobilística no Brasil: protagonista no palco de uma eminente transformação global. Fórum de Inovação- EAESP, 2015.

[152] SAMPAIO, L. M. B.; SAMPAIO, Y. Prioridade Brasileira entre Acordos de Livre Comércio Utilizando Equilíbrio Geral Aliado à Teoria dos Jogos. EconomiA v.10, n.3, p.533–551, set./dez., 2009.

[153] SARQUIS, S. J. B. Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

[154] SARTI, F.; HIRATUKA, C. Assimetrias no processo de internacionalização da economia brasileira no século XXI. In: Lastres, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; LAPLANE, G.; SARTI, F. (Orgs.). O futuro do desenvolvimento. Campinas: UNICAMP, IE, 2016.

[155] SARTI, F.; HIRATUKA, C. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. Texto para Discussão- Unicamp, n. 290, p.1-38, abr., 2017.

[156] SCHIFF, M.; WINTERS, L. A. Regional Integration and Development. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 2003.

[157] SCHEVE, K. F.; SLAUGHTER, M. J. What determines individual trade-policy preferences? Journal of International Economics, n. 54, p. 267–292, 2001.

[158] SCHUNKE, J. C.; AZEVEDO, A. F. Z. Análise da integração do Brasil-União Europeia-BRICS através de um modelo de equilíbrio geral. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v. 10, n. 1, p. 1-20, 2016.

[159] SILVA, R. C. M. O Brasil, a América Latina e a Europa: O acordo Mercosul/União Europeia, um retrospecto de uma negociação ainda não concluída. Revista Espacialidades, v. 9, n. 1., p. 191- 224, jan./jun., 2016a.

[160] SILVA, J. A. O crescimento e a desaceleração da economia brasileira (2003-2014) na perspectiva dos regimes de demanda neokaleckianos. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 44, 2016b.

[161] SILVA, A. S. B.; BARBIERI, A. C. Prospectando influências entre o Custo-Brasil e investimento direto estrangeiro à luz do modelo de regressão linear múltipla. Cadernos de Prospecção, v. 8, n. 4, p. 697-709, out./dez., 2015.

[162] SILVA, M.L.; CORONEL, D. A.; FREITAS, C. A.; SILVA, R. A. O impacto da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) para as economias norte-americana e europeia. Perspectiva Econômica, v. 11, n. 2, p. 143-154, 2015.

[163] SILVA, M.L.; CORONEL, D. A.; SILVA, R. A. O impacto da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) para a economia brasileira. Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE), v. 47, n. 1, abr. 2017a.

[164] SILVA, R. A.; CORONEL, D. A.; SILVA, M.L. Impactos do Acordo de Preferência Comercial Transpacífico no agronegócio brasileiro. In: XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2017, São Paulo. Anais...São Paulo: XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2017b.

[165] SILVA, M.L.; CORONEL, D. A.; SILVA, R. A. The impact of TransatlanticTrade and Investiment Partnership (TTIP) on the Brazilian Economy. European Journal of Scientific Research, v. 140, n. 2, p. 187-202, 2016.

[166] SIMANDAM, D. Industrialization. Elsevier, p. 419-425, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Dragos_Simandan/publication/305725435_Industrialization/links/579d20f108ae5d5e1e14c1a8/Industrialization.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2018.

[167] SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – SIDRA. Pesquisa Industrial Anual – Produto. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pia-produto/tabelas/brasil/2015>. Acesso em: 06 jan. 2018.

[168] SOARES, C. S.; CORONEL, D. A.; MARION FILHO, P. J. A recente política industrial brasileira: da "Política de Desenvolvimento Produtivo" ao "Plano Brasil Maior". Revista Perspectivas Contemporâneas, v. 8, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2013.

[169] SONGFENG, C.; YAXIONG, Z.; BO, M. The Impact Analysis of TTIP on BRICs: based on dynamic GTAP model considering GVC. Disponível em: <https://www.gtap.agecon.purdue.edu/resources/res_display.asp?RecordID=4385>. Acesso em: 27 mar. 2015.

[170] SOUZA, F. E. P. Por que a indústria parou? In: BARBOSA, N.; MARCONI, N.; PINHEIRO, M. C.; CARVALHO, L. (Orgs.). Indústria e desenvolvimento produtivo no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier- FGV, 2015.

[171] STANFORD, J. When an Auto Industry Disappears: Australia's Experience and Lessons for Canada. Canadian Public Policy, v. 43, n. 1, p. 57-74, 2017.

[172] STRANGLEMAN, T. Deindustrialisation and the historical sociological imagination: Making sense of work and industrial change. Sociology, v. 51, n. 2, p. 466-482, 2017.

[173] SUZIGAN, W. Experiência histórica de política industrial no Brasil. Revista de Economia Política, v. 16, n. 1 (61), jan./mar., 1996.

[174] SUZIGAN, W. A Industrialização de São Paulo: 1930-1945. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 89-111, 1971.

[175] SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Política Industrial e Desenvolvimento. Revista de Economia Política, v. 26, n. 2 (102), p. 163-185, abr./jun., 2006.

[176] SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Instituições e Políticas Industriais e Tecnológicas: Reflexões a Partir da Experiência Brasileira. Estudos Econômicos, v. 40, n. 1, P. 7-41, jan./mar., 2010.

[177] SZIRMAI, A. Industrialisation as an engine of growth in developing countries, 1950–2005. Structural Change and Economic Dynamics, v. 23, p. 406–420, 2012.

[178] TEIXEIRA, E. C. Impact of the Uruguay Round Agreement and Mercosul on the Brazilian Economy. Revista Brasileira de Economia, v. 52, n. 3, p. 441-462, jul./set., 1998.

[179] THORSTENSEN, V.; FERRAZ, L. O isolamento do Brasil em relação aos acordos e megaacordos comerciais. Boletim de Economia e Política Internacional, n. 16, jan./abr. 2014a.

[180] THORSTENSEN, V.; FERRAZ, L. The impacts of the mega agreements on the BRICS: in search for a new global governance for trade at the WTO. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16358/BRICS-TERN-Impacts%20of%20TTIP-TPP%20on%20the%20BRICS%20Economies%20%281%29.pdf >. Acesso em: 26 dez. 2014b.

[181] THORSTENSEN, V.; NOGUEIRA, T. O Tratado da Parceria Transpacífico (TPP): Impactos do novo marco regulatório para o Brasil. São Paulo: VT Assessoria Consultoria e Treinamento Ltda., 2017.

[182] TOURINHO, O. A. F.; KUME, H. Os impactos setoriais de acordos de comércio: análise com um modelo CGE da economia brasileira. Texto para discussão IPEA, n. 851, 2002.

[183] UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION- UNIDO. Industrial Development Report 2017: Industrial energy efficiency for sustainable wealth creation – capturing environmental, economic and social dividends. Viena: UNIDO, 2017.

[184] UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE- USTR. What is the TPP? Disponível em: <https://ustr.gov/tpp/#what-is-tpp>. Acesso em: 8 fev. 2016.

[185] UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE- USTR. T-TIP Issue-by-Issue Information Center. Disponível em: <https://ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/transatlantic-trade-and-investment-partnership-t-tip/t-tip>. Acesso em: 01 maio 2017.

[186] UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE- USTR. North American Free Trade Agreement (NAFTA). Disponível em: < https://ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/north-american-free-trade-agreement-nafta>. Acesso em: 20 jan. 2018.

[187] VARIAN, H.R. Microeconomic analysis. 3. ed. New York: Norton, 1992.

[188] VEIGA, P. M.; RIOS, S. P. O capitalismo do Estado chinês e sua agenda de reformas. In: PANZINI, F. S.; SPADANO, L. E. F. A.; ALVIM, E. F.; ROSAR, S. (Org.). Políticas industriais e comerciais da China: sob a perspectiva das regras da OMC. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

[189] VIGEVANI, T.; FAVARON, G. M.; RAMANZINI JÚNIOR, H.; CORREIA, R. A. O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 51, n. 1, p. 5-27, 2008.

[190] VINER, J. The customs union issue. New York: Carnegie endowment for international peace, 1950.

[191] WAQUIL, D. P.; ALVIM, A. M.; SILVA, L. X.; TRAPP, G. P. Vantagens comparativas reveladas e orientação regional das exportações agrícolas brasileiras para a União Europeia. Revista de Economia e Agronegócio–REA, v. 2, n. 2, 2015.

[192] YAGIHASHI, T.; SELOVER, D. D. How Do the Trans-Pacific Economies Affect the USA? An Industrial Sector Approach. The World Economy, v. 40, n. 10, p. 2097-2124, 2017.

APÊNDICE A- CHOQUES EMPREGADOS NA SIMULAÇÃO – CENÁRIO 1

Shock tms(TRAD_COMM,"TTIP","TTIP") = target% 0 from file tms.shk;
Shock tms(TRAD_COMM,"TPP","TPP") = target% 0 from file tms.shk;
Shock tms(TRAD_COMM,"MERCOEURO","MERCOEURO") = target% 0 from file tms.shk;

APÊNDICE B- CHOQUES EMPREGADOS NA SIMULAÇÃO – CENÁRIO 2

Shock tms(TRAD_COMM,"TTIP","TTIP") = target% 0 from file tms.shk;
Shock to(TRAD_COMM,"TTIP") = target% 0 from file to.shk;
Shock txs(TRAD_COMM,"TTIP","TTIP") = target% 0 from file txs.shk;

Shock tms(TRAD_COMM,"TPP","TPP") = target% 0 from file tms.shk;
Shock to(TRAD_COMM,"TPP") = target% 0 from file to.shk;
Shock txs(TRAD_COMM,"TPP","TPP") = target% 0 from file txs.shk;

Shock tms(TRAD_COMM,"MERCOEURO","MERCOEURO") = target% 0 from file tms.shk;
Shock to(TRAD_COMM,"MERCOEURO") = target% 0 from file to.shk;
Shock txs(TRAD_COMM,"MERCOEURO","MERCOEURO") = target% 0 from file txs.shk;

APÊNDICE C- MERCOEURO

Tabela 13 - Mudanças no bem-estar e Produto Interno Bruto do acordo Mercoeuro (inclui o Brasil)

	Cenário 1		Cenário 2	
Regiões	Mudanças no bem-estar dos consumidores (ev*)	Mudanças no Produto Interno Bruto (vgdp)	Mudanças no bem-estar dos consumidores (ev*)	Mudanças no Produto Interno Bruto (vgdp)
	Δ US$ milhões	Δ % PIB	Δ US$ milhões	Δ % PIB
Mercoeuro	4.745,64	0,11	140.989,90	3,47
RDM	-4.962,57	-0,05	-133.659,00	-2,76

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela 14 - Mudanças na quantidade produzida (qo), exportações (vxwfob), importações (viwcif) e nos preços domésticos (pm) brasileiros do acordo Mercoeuro (inclui o Brasil) no cenário 1 e 2 - em variações percentuais (Δ%)

Cenário 1				
Setor	Quantidade Produzida (qo)	Valor das Exportações (vxwfob)	Valor das Importações (viwcif)	Preços Domésticos (pm)
Primário	0,09	1,90	2,06	0,11
Baixa e média-baixa	-0,03	0,43	0,42	0,06
Média-alta e alta	0,05	0,50	0,59	0,05
Serviços	-0,01	-0,19	0,23	0,13
Cenário 2				
Setor	Quantidade Produzida (qo)	Valor das Exportações (vxwfob)	Valor das Importações (viwcif)	Preços Domésticos (pm)
Primário	-3,13	-7,42	7,57	3,02
Baixa e média-baixa	2,45	0,61	-1,14	-2,91
Média-alta e alta	-1,69	-5,61	3,27	-0,81
Serviços	0,01	-8,50	9,00	4,69

Fonte: Resultados da pesquisa.

APÊNDICE D- LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ADB	Asian Development Bank
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations
BNTs	Barreiras Não Tarifárias
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CEE	Comunidade Económica Europeia
COMEX	Portal Brasileiro de Comércio Exterior
CNI	Confederação Nacional da Indústria
EBC	Empresa Brasileira de Comunicação S/A
IBRE FGV	Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICTSD	International Centre for Trade and Sustainable Development
GTAP	Global Trade Analysis Project
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPEs	Micro e Pequenas Empresas
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NAFTA	North American Free Trade Agreement
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial de Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEG	Projeto de Análise de Equilíbrio Geral da Economia Brasileira
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PSI	Processo de Substituição das Importações
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
TEC	Tarifa Externa Comum
TPP	Trans-Pacific Partnership
TTIP	Transatlantic Trade and Investment Partnership
UE	União Europeia
VA	Valor Adicionado
VAB	Valor Adicionado Bruto
VTI	Valor de Transformação Industrial

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7042-101-2
9 788570 421012